

F A C H

FACULDADE ANHANGUERA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Revista Comemorativa - Goiânia-GO, novembro de 98



001 (05)

REV

E 1

Exemplar consulta

Os Grandes Colaboradores

CORPO DOCENTE



2

Abigail Vieira Queiroga
Agostinho Amélio de Miranda
Alenir das Graças Nascimento
Alexandre Francisco e Silva
Amélio Divino Mariano
Amilton Paulo Borges
Ana Maria Gonçalves de Souza
Ana Mônica Beltrão da Silva
Ângela Margarida de Souza
Antônio Anatalino Cardoso
Antônio Umbelino dos Santos
Arnaldo Santana
Ataíde Henrique D. Júnior
Áurea Maria de Oliveira
Brandina Fátima M. de Castro
Cairo de Matos
Calixto Elias Sebba
Camilo dos Santos Filho
Carlos Divino Vaz dos Reis
Carlos Eduardo Ascoli Silva
Carmem Silva
Cláudia Maria de Souza
Cleuton Clenes da Silva
Cristina Rachel Pereira Diniz
Cristina Socorro da Silva
Dalli Aparecida de Moraes
Delcy de Souza Barros
Delmira M. Fernandes de Souza
Divino Alves de Oliveira
Donizeth Alves Vilela
Donizetti Alessandro C. Ferreira
Dorvalina Cardoso Cunha
Durval Barbosa de Araújo
Eber Vaz
Edson Alves Novaes
Eliane Luzia de Moura
Elisângela Carvalho
Elizeu de Lima
Emílio Manoel de O. Nunes
Emilse Terezinha Naves

Estela Mares Stival
Fátima de Paula Ferreira
Felipe José Nascimento Gillet
Fernando Marques de Araújo
Fernando Silva Rezende
Francisco Antônio Nunes
Geraldo da Silva Melo
Ginaldo Rossi Leles
Graciele Pinheiro Teles
Henrique Linhares Melo
Hugo Caetano Júnior
Isaac Benchimol Ferreira
Isivone Pereira Chaves
Jaime Máximo da Costa
Joana Teresa Caldas M. Santos
Joanildes Coelho de Souza
João Batista José Pereira
José Alves de Souza
José Carlos Costa e Silva
José Donizete Lobo
José Gilmar Carvalho de Brito
José Morched Carneiro
José Pedro Toschi
José Rodrigues de Souza
Júnio César da Silva
Juscelino de Araújo Pimpim
Karina Adorno de La Cruz
Laerte Amorim Mendonça
Lélio Mazotti Lopes
Lênia Ungarelli G. de Oliveira
Luciana Tesi
Luciana Valéria B. S. Carval
Luiz Antônio Alves Bezerra
Luiz Antônio F. P. da Costa
Luiz Henrique de Almeida
Luiz Omar Pereira da Rocha
Manuel Alves
Marcos Ferreira de Magalhães
Maria Antônia Gomes
Maria José Del Peloso

Maria Natália Pereira
Maria Rosa Gomes dos Santos
Mário Felipe N. de Almeida
Milton Rego de Paula
Muhamad Elkadi
Nélia Cruvinel Resende
Nelson Balduino de Araújo
Neusa Teixeira Costa
Nival Ferreira Guimarães
Odete Wadih Ghannam
Odivanir Pereira Machado
Osório José da Silva
Patrícia Costa e Silva
Paulo Borges Campos Júnior
Paulo Roberto de Andrade
Paulo Tomé de Oliveira
Paulo Wascheck
Pedro Ferreira Arantes
Pedro Nicomedes de Rezende
Ralph Waldo Rangel
Rinaldo Ribeiro Siqueira
Roberto Gondim da Silva Maia
Roberto Martins Alves
Roberto Rodrigues
Roseane Cavalcante de Souza
Rui Dias da Costa
Sandro Teixeira de Carvalho
Sérgio Teixeira de Carvalho
Sirlene Pires Moreira
Sueli Pereira Dutra
Suely Ferreira
Trajano Gomes de Almeida
Urias Rodrigues de Moraes
Waldecy Rodrigues
Walter Lúcio Silva Pacheco
Wanessa Pazini Rocha
Wellington Campos
Wilame Gomes de Abreu
Willian Kardek Mendes



0 0 0 0 0 0 0 4 0 9 9 4

EDITORIAL

Valeu a pena

Chegamos aos 25 anos da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas e, quando digo chegamos, estou me referindo a todos nós, que participamos de sua construção, no sentido mais amplo da palavra.

Dizer que trabalhamos muito para isso seria cair no lugar comum? Pode ser. O fato é que nos envolvemos de tal maneira com o projeto da Associação Goiana de Ensino que nem vimos o tempo passar. Quando nos demos conta, estávamos às portas de nosso jubileu de prata.

É com um misto de orgulho e saudosismo que me reporto àqueles primeiros tempos, quando a vontade de concretizar o nosso ideal de ensino era capaz de transpor todas as barreiras. O objetivo foi atingido há muito, mas a determinação não ficou no passado. Afinal, novos obstáculos sempre surgem no caminho daqueles que não param no tempo.

Com os olhos voltados para o futuro, a direção da Associação Goiana de Ensino fez questão de registrar esse jubileu de prata através de uma revista. Uma revista que não apenas contasse a história da instituição, mas que, principalmente, demonstrasse a produção intelectual de nosso Estado.

Esta revista, digna de ser guardada como uma referência histórica do ensino em Goiás, é composta por vários artigos, de autoria de alunos, professores, de profissionais de cada um dos cursos que a FACH ministra e também de colaboradores de outras instituições de ensino.

Ficamos satisfeitos com o resultado.

Podemos dizer que, graças à colaboração de tantos que estão ao nosso lado, conquistamos uma vitória chegando aos 25 anos de existência. Agora, é guardar os louros e partir em busca de outros.

Paulo de Lima

Diretor da FACH



3

EXPEDIENTE

Associação Goiana de Ensino

R. Piragibe Leite, 456 - V. Canaã - Goiânia - GO

Paulo de Lima - Presidente

José Umbelino dos Santos - Diretor Financeiro

Raymar Leite Santos - Diretor Administrativo

Geraldo Luccas

Jovenny Sebastião Cândido de Oliveira

Yvone de Souza Nogueira Magalhães

Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas

Paulo de Lima - Diretor

Ronilda Moreira da Paz - Secretária Geral

Revista do Jubileu de Prata

Conselho Editorial:

Delcy de Souza Barros, Isivone Pereira Chaves,

Marcos Ferreira Magalhães, Sandro Teixeira de

Carvalho e Wanessa Pazini Rocha

Agradecimento: Márcia Inês da Silva

Respons. Técnica: Kátia Bueno - Conrerp 663/DF

Arte e Fitolito: Preview - (062) 251-4456

Impressão: Art Form

Tiragem: 5.000 exemplares

Distribuição Gratuita

Doação
CLASS: 002 (106)
RCV
DATA: 05/06/06
TOMBO: 40994 ex. 01

UM SONHO, UMA HISTÓRIA



No início da década de 70, um irrequieto professor de Economia ousou sonhar uma instituição de ensino diferente. Compartilhando esse sonho com alguns colegas, encontrou num outro professor de Economia o espírito realizador que faltava para transformar aquela idéia em realidade. O ano era 1973. O sonhador era Sérgio Sebastião Magalhães. O realizador, Paulo de Lima. Ao lado de José Umbelino dos Santos, Joveny Sebastião Cândido de Oliveira, Geraldo Luccas, Raymar Leite Santos, Getúlio Targino Lima e Lázaro Costa, todos professores, eles fundaram a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas - FACH e a Associação Goiana de Ensino - AGE, sua mantenedora, para que pudessem colocar em prática o ideal de ensino no qual acreditavam.

Como todo começo, o dessa nova faculdade também foi difícil. Em 1974 iniciaram-se três cursos - Administração de Empresas e Pública, Ciências Contábeis e Direito, ministrados em salas de aula cedidas pelo Colégio Santa Clara. O espaço físico era reduzido, os alunos eram poucos, as dificuldades muitas. Contudo, a confiança de todos que vivenciavam aquele ideal, o apoio moral da comunidade e, principalmente, o empenho daqueles jovens professores viabilizaram, apenas dois anos depois, a compra de um terreno de 20 mil m² na Vila Canaã - um setor novo, de imóveis acessíveis e ótimas perspectivas de crescimento.



Com a morte do companheiro Lázaro Costa, seus sucessores e Getúlio Targino resolveram se afastar da Associação Goiana de Ensino. Os outros seis continuaram apostando na FACH. Com muito esforço, foi

construído o bloco A, com 4.700 m², que, já a partir de 1976, passou a sediar a instituição. O tempo foi passando, o sonho crescendo cada vez mais. Foi fundado o Colégio Anhanguera, no intuito de preparar, a partir da 5^a série, os futuros acadêmicos da Faculdade. Dois novos cursos de graduação foram introduzidos (Ciências Econômicas e Processamento de Dados), além de três cursos de especialização (Direito Processual Civil, Administração Gerencial e Auditoria Contábil). As instalações se tornaram pequenas diante do crescente número de alunos - para atender a demanda, a área do terreno foi aumentada para 47 mil m² e mais dois blocos foram construídos. Atualmente, a Faculdade Anhanguera dispõe de dois auditórios, uma biblioteca central, 78 salas de aulas, dois laboratórios de informática, mais a estrutura de apoio, totalizando 17 mil m² de área construída. Com a incorporação do quarto bloco, que está sendo edificado para abrigar toda a parte administrativa da instituição, serão aproximadamente 20 mil m².

A estrutura física da FACH cresceu muito, é verdade. Contudo, sua estrutura educacional cresceu muito mais. Além do número de professores, que hoje chega à casa dos 150, a AGE investiu, e vem investindo cada vez mais, no constante



Os "sonhadores" no dia da inauguração do prédio da FACH (da esquerda para a direita): Paulo de Lima, José Umbelino dos Santos, Raymar Leite Santos, Geraldo Luccas, Lázaro Costa, Joveny Sebastião Cândido de Oliveira e Sérgio Sebastião Magalhães (só faltou Getúlio Targino Lima).

aprimoramento do seu ensino. Além de participar ativamente de todos os eventos regionais (e alguns nacionais) relacionados aos cursos que ministra, a Faculdade Anhanguera promove, todos os semestres, um seminário dirigido a cada um

desses cursos, trazendo profissionais gabaritados para expor novas idéias e compartilhar conhecimentos com seus alunos.

Cada um dos cursos da Faculdade Anhanguera tem sua Coordenadoria, ou seja, apesar de fazerem parte da mesma instituição e seguirem suas diretrizes administrativas, eles são geridos de forma autônoma, de modo que desenvolvam características próprias e perfil compatível às necessidades de seus acadêmicos. O curso de Direito, por exemplo, dispõe de um Escritório Modelo, coordenado por quatro professores, propiciando a indispensável formação empírica aos seus alunos, através do atendimento a pessoas de baixa renda e a participação no programa "Justiça Itinerante". Além disso, seus dirigentes conseguiram que fosse instalado o 5^o Juizado Especial Cível nas dependências da Faculdade (somente os alunos da FACH e da UFG têm esse privilégio). O curso de Processamento de Dados, por sua vez, possui um moderníssimo laboratório de informática para uso exclusivo de seus alunos (há um segundo laboratório para os demais cursos). À noite, esse laboratório é utilizado durante as aulas, e no período vespertino, fica à disposição dos alunos do curso para

realização de estudos e trabalhos. A marca registrada do curso de Economia é a defesa de uma tese ao final do último ano. Cada aluno tem que desenvolver uma idéia e defendê-la, por escrito, mediante a entrega de uma monografia, e oralmente, perante uma banca examinadora. Através dessa prática, padrão nas Universidades dos Estados Unidos, o concluinte pode demonstrar o nível de aprendizagem adquirido durante o curso - um dado importante tanto para ele quanto para a Faculdade.

Os cursos de Administração e Contábeis utilizam-se do mesmo método para a preparação de seus alunos: o desenvolvimento de projetos práticos em estágios supervisionados. O grande diferencial

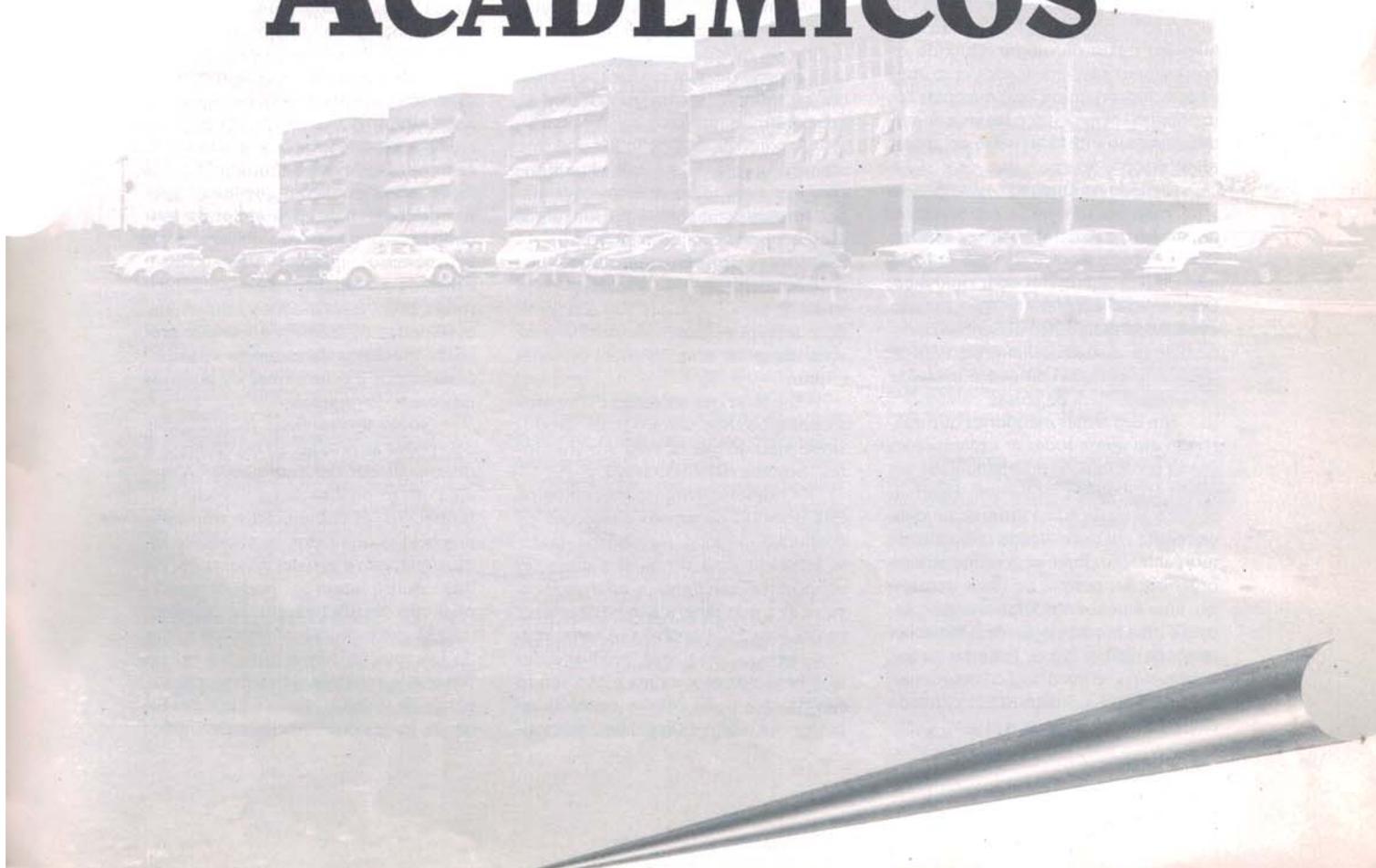
reside no fato desses estágios se realizarem em empresas buscadas pelos alunos, mas avaliadas pela Faculdade.

A história não pára. A cada ano, várias novidades são incorporadas pela Associação Goiana de Ensino no intuito de que o ensino da FACH seja cada vez melhor. No momento, estão sendo estruturados dois novos cursos de especialização: Direito Civil e Administração e Gerência de Estabelecimentos de Ensino.

Por tudo isso, a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas há muito deixou de ser o sonho de seus fundadores para se transformar na realizadora de sonhos de seus alunos. Hoje ela não tem apenas sua própria história para contar - ela faz parte da história dos mais de 0000 acadêmicos que por ela passaram nesses últimos 25 anos.



ARTIGOS ACADÊMICOS



O FENÔMENO DAS MUDANÇAS MUNDIAIS

Humberto Marques de Carvalho

Mudança é, nos dias de hoje, uma palavra mágica. Vive-se a época das grandes mudanças e, provavelmente, nunca houve consciência tão acentuada para o fato. Realmente é possível acompanhar e, mais que isso, sentir a ocorrência de modificações significativas no nosso ambiente através das mensagens que nos chegam de todas as fontes e momentos.

Conhecer, sentir e acompanhar a dinâmica da mudança é uma necessidade que se impõe sob o aspecto de atualização permanente. E, sobretudo, é uma questão de sobrevivência. Mas o que parece ser mais dramático na mística da mudança que vivencia-se, é a sua aceleração. A rapidez crescente com que ocorrem as mudanças leva à perplexidade do "ser ou não ser", mas, ao mesmo tempo, a adaptação se impõe como a condição de permanência.

"Do purgatório para o inferno", "quem está dormindo não mente", "não se pode ensinar truques novos para um cachorro velho", são velhos ditados dos que têm medo de mudar. Quando os profissionais são ameaçados com mudanças nas organizações, máximas semelhantes sobre certas pessoas e departamentos são utilizadas a fim de prevenir alterações no status quo.

O medo da mudança é compreensível, mas, como o ambiente muda rapidamente, e assim tem sido de forma cada vez mais intensa, as organizações não podem sobreviver sem mudança. Deve-se levar em consideração que não existe nada mais difícil de ser realizado, nem de sucesso mais duvidoso, nem de trato mais perigoso do que o início de uma nova ordem de coisas.

Um dos temas mais fortes que aparecem em quase todas as organizações é uma preocupação pela habilidade em reagir à mudança ambiental. Salienta-se que a aceleração no ritmo de mudança resulta em necessidade crescente de reorganização. Teme-se geralmente a reorganização, porque significa transtorno, uma ameaça aos interesses das pessoas e uma preocupação de estabelecer meios de realizar coisas. Por estas razões, a necessária reorganização é freqüentemente adiada, resultando em perda de eficiência e aumento nos custos.

Os acontecimentos subsequentes confirmam a importância desta preocupação por mudança organizacional. Hoje em dia, um número cada vez maior de administradores tem que lidar com novas leis, novos produtos, crescimentos, maior concorrência, evolução tecnológica e uma força de trabalho em transformação. Ninguém ignora que a sociedade como um todo vem sofrendo o impacto do afloramento de novas correntes de idéias que influenciam desde a maneira de vestir até os valores que se prezam nas relações interpessoais. A cada momento, o ser humano é colocado frente a frente com novas informações sobre assuntos até então desconhecidos. Um índice muito grande de questionamentos é observado no que diz respeito ao papel do indivíduo no contexto social. O retorno às práticas do passado passa a ser condenado.

Alvin Toffler (1983) em seu livro "Previsões e Premissas", indicava a chegada prematura do futuro, demonstrando o processo de mudança na sociedade. Toffler explora a direção da mudança, acentuando os custos de não mudar certas coisas com a rapidez necessária. Descreve a civilização industrial moribunda em termos de "tecnosfera", uma "socioesfera", uma "infoesfera" e "ponderosfera"; depois dispõe-se a mostrar como cada uma destas está sofrendo mudança revolucionária no mundo atual: tenta mostrar as relações destas partes, de uma com a outras, bem como com a "biosfera" e "psicosfera" - essa estrutura de relações psicológicas e pessoais através da qual mudanças ocorridas no mundo exterior afetam as nossas vidas mais íntimas.

O ponto de vista de Toffler pode até ser uma utopia ou ser uma simplificação, mas com todas as limitações que podem oferecer, o certo é que suas obras oferecem um conjunto ordenado de idéias sobre os novos conceitos de homem, trabalho, família, escola, política e uso da tecnologia, que têm seu sentido e servem de ponto de partida para uma instigante reflexão sobre presente e futuro.

Um fator que sobressai é o avanço tecnológico. Nos últimos anos, produziu-se mais do que nos séculos anteriores. Segundo RIBEIRO (1993, p. 7).

"O desenvolvimento tecnológico está gerando profundas alterações na economia mundial. Na verdade, pode-se falar em uma verdadeira mutação econômica, mediante a qual perdem valor as coisas tangíveis, e passam a ser valorizadas as intangíveis. A terra, matérias-primas, máquinas, prédios e outros bens convencionais estão sendo substituídos pelas células energéticas, holografia, fibras óticas, laser, automa-

tização, programas de computação e engenharia genética, somente para citar alguns dos novos valores que passam a ser significativos em termos de economia mundial".

Certamente muitos outros valores estão sendo atingidos pelo desenvolvimento tecnológico, como, por exemplo, os relacionados à individualização, criatividade, flexibilidade, patrimônio, limites, autonomia, informação e tantos outros característicos de uma nova era, resultante de uma nova onda.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento cobriram os mais diferentes campos de atividade humana. O efeito de tais pesquisas é tão multiplicador que novas maneiras de fazer as coisas surgem a cada momento, tornando transitório o que antes era duradouro. Basta analisar a tecnologia da informação para se ter em vista um quadro vivo.

TOFFLER (1983, p. 120) afirma que "Os canais de comunicações instalados durante a era industrial - os sistemas telefônicos, por exemplo - ficaram sobrecarregados, despreparados como estavam para lidar com a nova enxurrada de dados computadorizados. Por isso mesmo, presenciamos nas duas últimas décadas a abertura de uma pletoira de novos canais de comunicações, e novos instrumentos para manejar dados surgiram também - processadores de palavras, perscrutadores óticos, armazenamento em microfilmes e centenas de tecnologias correlatas - uma explosão de inovações, com o objetivo de aliviar a sobrecarga das informações.

Podemos assim, fechar um ciclo: mais diversidade e mudança são iguais a mais informações - e isto, acho, leva a ainda mais diversidade e mudança. É essa a dinâmica que impulsiona a revolução nas informações que fazem apenas parte de uma onda maior de mudança que ora começa a obliterar a velha sociedade industrial. Demais disso, à medida que ampliamos e organizamos todas essas informações adicionais, aprofundamos também nossa compreensão científica da natureza e, assim, começamos a transformar os próprios processos de produção".

Novas ferramentas tecnológicas dão poder às pessoas ao expandirem a disponibilidade das informações. À medida que as publicações, os boletins informativos, os comunicados transmitidos pelo computador, os shows de rádio e televisão e as redes de serviços "on line" multiplicam-se, pode-se tomar melhores decisões e formular opiniões.

O que exatamente significa a "Era da Informação"? Pela primeira vez na história, a inteligência - sabedoria, experiência, talento, visão - tomou o lugar da força como determinante maior

do sucesso. Os ricos em recursos não dominam mais o mundo. Hoje, os avanços são feitos por aqueles que pensam adiante dos demais e não por aqueles com o dobro de dinheiro ou de maquinário. Isso explica porque o microprocessador - alguns reais de recursos físicos - custa alguns milhares de reais.

Não se pode administrar a informação do mesmo modo que se cuida da terra na Era da Agricultura, ou do dinheiro na Era Industrial. O quadro a seguir mostra as modificações e a implicação destas mudanças:

| | Sociedade Agrícola (até 1850) | Sociedade Industrial (1850-1950) | Sociedade da Informação (Desde 1960) |
|-----------------------|-------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
| Visão do Tempo | O Passado | O Presente | O Futuro |
| Recurso Estratégico | A Terra | O Capital | A Informação |
| Recurso Transformador | Força Física | Energia Processada | Inteligência |

Ao analisar o referido quadro, salienta-se que:

• O Tempo: O enfoque no tempo presente, apropriado na Era Industrial, hoje causa problemas. Organizações sofrendo pressões financeiras, por exemplo, eliminam o treinamento, cortam o marketing e diminuem recursos para a pesquisa. Isto lhes trará ônus quanto a resultados futuros.

• Recursos Estratégicos: São os de que necessita-se para ter sucesso. Com as mudanças do capital para a informação, tem que projetar-se novamente tanto o trabalho quanto a organização.

• Recursos Transformadores: Conseguir-se a maior produtividade com a re-organização e a automação. Logicamente a utilização da inteligência é fundamental.

Um segundo fator considerável e, em grande parte, consequente do primeiro, é o aumento da visão holística do trabalho. Atualmente o conceito da divisão do trabalho atingiu outras conotações.

Na Era Industrial, acreditava-se em independência e especialização. As organizações, conseqüentemente, tornaram-se coletâneas de equipes independentes que enfocavam seu próprio trabalho, ao invés de dedicarem-se à razão de existir da organização: servir da melhor maneira possível aos clientes.

No entanto, nas organizações voltadas para o futuro, ouve-se termos como colaboração, formação de redes, alianças estratégicas, uniões, times e formação de parcerias. Tais organizações reconhecem que o trabalho em conjunto as ajuda a alcançar seus objetivos e metas

mais rapidamente.

RIBEIRO (1993, p. 7) afirma:

"A administração holística é o fruto desta mutação tecnológica, ou seja, ela é a contrapartida, na área da administração, das alterações que estão ocorrendo como decorrência dessa nova era. É importante, entretanto, se associar essas alterações às mudanças de valores pois, se de um lado o círculo vicioso da riqueza parecia gerar uma concentração de poder nos setores mais adiantados tecnologicamente, por outro, a mudança de valores tem sido historicamente a solução

geradora de um novo equilíbrio com a restauração da viabilidade para setores, aparentemente condenados a uma posição de inferioridade".

Ao observar-se estes aspectos, salienta-se que à medida que as organizações crescem em tamanho e complexidade, altera-se o conceito do que deve ser o processo administrativo.

Encarando-se a sociedade como um todo, é inegável perceber a existência de um terceiro fator de mudança, que é a oferta de mais educação. Mesmo num país em desenvolvimento como o Brasil, onde problemas agudos são observados neste campo, verifica-se a maior possibilidade de o indivíduo adquirir educação. O fundamento de tal constatação está apoiado na revolução técnico-científica, cujo avanço está ligado ao apoio econômico, através do financiamento direto das pesquisas nos centros de desenvolvimento e laboratórios, nas universidades ou nas empresas. Sallenta-se ainda que hoje é aceita universalmente a necessidade de encontrar meios de planejamento do desenvolvimento científico-tecnológico, cabendo também a organismos estatais ou por eles patrocinado o delineamento das estratégias de políticas em ciências e tecnologia.

Este processo traz a automação que substitui o trabalho repetitivo e alienado do trabalhador direto pelas máquinas, pelas usinas modernas e pelos robôs, aumenta a flexibilidade da jornada de trabalho e transforma os grupos de trabalhadores em unidades primárias de produção e serviço, permitindo e exigindo uma noção muito mais diferenciada de educa-

ção e flexível do processo produtivo.

Estas mudanças favorecem necessariamente a democratização do sistema empresarial e exigem um enfoque distinto da realidade sindical, da co-gestão e da auto-gestão que se encontram já em marcha, em diferentes partes do mundo. Na medida em que as novas tecnologias se imponham universalmente, estes novos padrões de gestão e participação terão que generalizar-se, assim como os tipos de movimentos sociais que seguem estas novas realidades sócio-econômicas.

As experiências de mudança organizacional chocam-se frequentemente com uma certa forma de resistência humana. Embora profissionais experientes sejam de um modo geral plenamente conscientes deste fato, um número surpreendentemente reduzido deles destina seu tempo antes de uma mudança organizacional, para avaliar sistematicamente quem poderia resistir à iniciativa de mudança e por quais motivos. Esta atitude limitada pode criar sérios problemas. Por causa das diversas modalidades de reações à mudança, demonstrada por indivíduos ou grupos, avaliações corretas muitas vezes deixam de ser intuitivamente óbvias e exigem cuidadosa consideração.

Naturalmente todas as pessoas afetadas pelas mudanças sentem-se emocionalmente perturbadas. Mesmo mudanças que pareçam "positivas" ou "racionais" envolvem perdas e incertezas. No entanto, por diversos motivos, indivíduos ou grupos podem reagir à mudança de modo completamente diferente - desde a resistência passiva ou a agressiva tentativa de enfraquecê-la insidiosamente, até a aceitação sincera da idéia.

Para prognosticar que forma de resistência podem adotar os administradores, precisa-se estar consciente dos quatro motivos mais comuns que levam as pessoas a resistir à mudança. Estes incluem: um desejo de não perder algo de valor, uma idéia equivocada sobre a mudança e suas implicações, uma convicção de que a mudança não tem sentido para a organização e uma fraca tolerância por mudanças.

É neste contexto que deve-se analisar as Instituições de Ensino Superior, frente a estes novos desafios.

Humberto Marques de Carvalho é Bacharel em Administração, Mestre em Gestão Universitária, Doutorando em Ciências Empresariais, Professor da Universidade Gama Filho (RJ) e autor de diversos livros na área de Administração.

BIBLIOGRAFIA

RIBEIRO, Carlos Reinaldo M. A. *Empresa Holística*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1993.

TOFFLER, Alvin. *Previsões e Premissas*. São Paulo: Ed. Record, 1983.

PREPARAN-DO-SE PARA A PROFISSÃO DO FUTURO

José Carlos Marion

Talvez, se chamasse este texto de profissão do futuro, um leitor que não é da área contábil poderia discordar dele e até não lê-lo. Ele poderia indagar que essa profissão é uma das mais antigas que existe; poderia dizer que esteriótipo da imagem desse profissional em nossa sociedade não é o melhor possível (aparentemente não muito criativo, talvez um pouco tímido e, em alguns casos extremos, até com suspeita de ausência de idoneidade profissional). A despeito de qualquer juízo já concebido, rogaria ao leitor que lesse este artigo até o fim e fizesse um novo juízo, não olhando basicamente o momento que vivemos, mas projetando uma nova realidade que é emergente, inquestionável e irreversível.

Os historiadores dizem que a Contabilidade já existia há pelo menos quatro mil anos A.C. Eu diria que ela existe desde o início da civilização humana, pois, se a Contabilidade mensura riqueza e o homem (a razão da existência dessa ciência) é ambicioso por natureza, ainda que de modo muito precário, ela acompanha esse homem ambicioso desde o princípio. Veja casos na Bíblia, como os de Jó, Jacó e outros, que tiveram a sua riqueza avaliada, bem como a variação dessa riqueza.

Considerando o fim da escrituração tradicional em função dos meios eletrônicos; as críticas que o profissional contábil sofreu temporariamente em função dos escândalos dos bancos Econômico e Nacional; e o esteriótipo, superficialmente abordado desse profissional, parece loucura iniciar este artigo com o título tremendamente ousado: "Preparando-se para a profissão do futuro". Todavia, navegue comigo nesta aventura de descobrir algumas facetas muitas vezes ocultas dessa profissão.

Em primeiro lugar, precisamos entender que a imagem dessa profissão no Brasil ou em países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento) está muito aquém da conquistada nos países desenvolvidos. A certificação do contador na Inglaterra é dada pela rainha. Nos Estados Unidos, se você perguntar qual a vocação que alguém quer para seu filho, aparecem as profissões de médico, advogado e contador. Em alguns estados americanos, o contador é o mais

bem remunerado entre os profissionais liberais. Lá, os auditores são uma classe privilegiada, ganham uma fortuna, jogam golfe e são muito respeitados. Isso acontece em outros países desenvolvidos.

No momento, no Brasil, não vivemos esses privilégios. Mas, na verdade, eles estão chegando e dentro de muito pouco tempo surpreenderão a muitos. Em meu livro "Contabilidade Empresarial", publicado pela Editora Atlas S/A, início dizendo que, ao contrário de outras profissões, a Contabilidade oferece um leque de pelo menos dez alternativas diferentes de exercício profissional. Farei menção a algumas dessas alternativas.

Na verdade, na área de negócios, a linguagem universal é a Contabilidade. Assim, como muitas pessoas querem aprender inglês como um idioma internacional para se comunicar, é mister se conhecer a Contabilidade para se comunicar no mundo dos negócios. Temos hoje um pouco mais de 100.000 contadores registrados em Conselhos Regionais em todo o país (os Estados Unidos formam 50.000 novos contadores a cada ano). Considerando que nosso universo de empresas chega a quase 4,5 milhões, podemos obter um quociente de um profissional habilitado para cada 45 empresas. Em sentido meramente algébrico, cada contador que se forma teria 45 empresas aguardando seus serviços.

Poderíamos argumentar que o contador enfrentaria a concorrência dos técnicos em contabilidade (em torno de 220.000) e dos escritórios de Contabilidade; que o Imposto de Renda dispensa grande parte das empresas de fazer Contabilidade e que poucos estariam interessados em fazer os relatórios contábeis. A resposta é muito simples: as empresas estão percebendo que, sem uma boa contabilidade, não há dados para a tomada de decisões numa economia que a cada dia exige mais competência e competição; que os técnicos e escritórios de maneira geral estão mais voltados para a avalanche de guias fiscais, legais, não tendo aptidão, salvo algumas exceções, de enfatizar primordialmente os relatórios para as tomadas de decisão; que a empresa precisa de profissionais que ajudem no processo decisório, interpretando as informações e não de serviços de "despachantes contábeis", ou, exclusivamente, escrituradores (passando essa tarefa para o computador); que a dispensa da escrituração contábil pelo Imposto de Renda (ausência dessa escrituração contábil formal facilita o ilícito fiscal) é uma faca de dois gumes, pois, sem controle, não há saúde financeira. Assim, o contador, em sua nova função, tem muito espaço pela frente, como o "médico da

empresa".

Não se admite hoje uma empresa, independentemente do seu tamanho (até mesmo a microempresa), sem custos. Na época da inflação alta, toda a ineficiência e incompetência eram jogadas no preço. Hoje, com estabilidade monetária, a margem de lucro foi reduzida sensivelmente, e só com uma boa administração de custo se pode pensar em sobrevivência. Assim, a Contabilidade Financeira, a de Custos e a Gerencial têm, mais do que nunca, um espaço garantido. Sem uma boa Contabilidade, a empresa é como um barco em alto mar, sem bússola, à mercê dos ventos, quase sem chance de sobrevivência, totalmente à deriva.

Holland (1) divide a carreira de contabilista em três níveis: Nível I - Técnicos de Contabilidade e assistentes de contador, Nível II - Contador geral, contador e auditor, Nível III - Contador Gerencial e executivo em auditoria. Para o autor citado, no Nível III, a remuneração é bem acima de R\$ 100.000,00 anuais.

Dentro da Contabilidade Financeira, as especializações, como Contabilidade Rural, Contabilidade Hospitalar, Contabilidade Imobiliária etc. e os "casamentos" Contabilidade e Informática, Contabilidade e Direito Tributário etc., são excelentes opções para essa mudança de milênio.

E quanto ao auditor? Segundo o professor e contador Stephen Charles Kanitz, não existe corrupção no Brasil. O país ressurte-se, isso sim, da falta de auditores e a auditoria. Somos talvez o país menos auditado do mundo. Por exemplo, existe aqui um auditor independente para cada grupo de 25.000 habitantes. Na Holanda, há um auditor independente para cada 900 habitantes; na Grã Bretanha, uma para cada 1.300; nos Estados Unidos, um para cada 2.300. Quase todas as empresas nos países desenvolvidos são auditadas. No Brasil, somente 3.000 empresas (das 4,5 milhões existentes) estão sujeitas à auditoria obrigatória. Já existem projetos para mudar esse quadro e, certamente, antes da virada do século, teremos muitas empresas procurando auditores externos. A nova proposta da Lei das Sociedades por Ações obriga para todas as grandes empresas, independente do tipo societário, a serem submetidas a auditoria externa. Certamente, ainda neste século, haverá uma grande demanda por esse profissional.

Por outro lado, a auditoria interna, que, segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2), é a opção de 9% dos contadores brasileiros, cresce assustadoramente, principalmente na área de auditoria de gestão, em que se examina o desempenho administrativo dos

gestores da empresa.

Nunca foram vistas tantas causas judiciais envolvendo empresas no Brasil como no momento. Quase todos os processos requerem a pessoa do perito contábil, que, assim como o auditor, é de competência exclusiva do contador. Com a terceirização, as empresas buscam os consultores contábeis (em diversas áreas de especialização), que substituem com vantagens o empregado permanente. Em recente divulgação do SEBRAE (s), 70% das pequenas e microempresas que entram em contato com a instituição para a obtenção de crédito, não dispõem de condições para receber financiamento, necessitando de consultoria contábil para reduzir seus custos financeiros. O analista financeiro (de mercado de capitais, de crédito e de desempenho da empresa) é cada vez mais procurado no mercado. Bolsa de Valores é o melhor negócio dos últimos 20 anos.

Para preparar essa demanda enorme de contadores, são necessários docentes e pesquisadores. E aqui encontramos grandes nichos no mercado. Temos hoje apenas 250 mestres em Contabilidade, enquanto os Estados Unidos formam 6.000 a cada ano. Temos só 55 doutores (para mais de 330 cursos superiores de Contabilidade), enquanto os americanos formam 220 novos doutores por ano, não conseguindo, assim mesmo, atender a sua demanda. Os livros didáticos estão nas mãos de meia dúzia de autores e atendem mais de 90% das instituições de ensino. Revistas e boletins são raríssimos pelo escassez de autores. Há verbas disponíveis para pesquisas contábeis, porém são "moscas brancas" os pesquisadores. Muitas universidades querem introduzir mestrados e doutorados (com bons salários), mas não há ofertas de docentes e pesquisadores no mercado. Praticamente, não há autores, docentes de carreira e pesquisadores disponíveis. A demanda por docentes titulados e pesquisadores tem-se intensificado após a iniciativa do Provão, a ponto de existir instituição de ensino superior que propõe, ao docente doutor, remuneração de cinco aulas por cada aula dada.

Os dados estatísticos mostram que os graduados em Contabilidade têm um índice maior de aproveitamento nos concursos públicos em áreas afins que outros graduados. Muitos concursos vêm por aí. Em 1970, o Brasil tinha 20.000 fiscais na Receita Federal. Hoje, fala-se em 5.500 para controlar todas as fronteiras, litoral, aeroportos e portos, milhões de empresas e 30 milhões de contribuintes. Diversas áreas estão

nessa situação no setor público. Não bastasse tudo isso, é notório o desempenho do contador em cargo administrativo, pois é homem que normalmente mais conhece a empresa.

Outros aspectos interessantes da perspectiva profissional nessa área poderiam ser abordados. Todavia, analisando a História, chegamos à Era da informação e do conhecimento. Começamos com uma sociedade primitiva (caça e pesca), passamos para uma sociedade agrícola e, há 250 anos, atingimos a sociedade industrial que parecia ficar para sempre. Não aconteceu. Vemos uma revolução na sociedade que concentra sua atenção em um novo recurso, que é a informação. A Contabilidade, por excelência, é uma ciência de informação.

Temos hoje 330 cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Há em torno de 250 processos (pedidos de instituição de ensino superior) solicitando abertura de novos cursos de Contabilidade no MEC. Isso mostra que os "empresários" do ensino superior visualizam um futuro promissor para a profissão contábil.

Por outro lado, novas perspectivas profissionais vão surgindo, como, por exemplo, a de Investigador Contábil (profissional que investiga fraudes, o lado podre das empresas), a Contabilidade Ecológica, a Auditoria Ambiental, a Contabilidade Estratégica, a Contabilidade Prospectiva (voltada para cenários e procedimentos futuros), o empresário contábil com um novo perfil etc.

Em pesquisa recente (4) que revela o perfil do fraudador nas empresas, detecta-se que 43% fraudam por apropriação indébita, sendo que Caixas, Bancos e Estoques são os itens mais visados. As empresas norte-americanas perdem cerca de US\$ 9.00 por dia devido a fraudes. Esse tipo de ação ilícita consome dezenas de bilhões de dólares por ano naquele país. As perdas das empresas podem chegar até 6% de seu faturamento com fraudes. Por aí, é possível se ter uma idéia do campo de trabalho para o Investigador Contábil, área ainda quase inexplorada pela profissão. Nos Estados Unidos e Europa, é rotina fazer o trabalho de investigador contábil duas vezes por ano; portanto, essa especialização profissional é bastante conhecida. No Brasil, temos ainda menos de 30 profissionais nessa área, com a remuneração em torno de R\$ 100,00 por hora.

O novo perfil do profissional contábil

Diante deste quadro sensivelmente favorável, alguns aspectos prepon-

derantes deveriam ser considerados no planejamento profissional. É comum ouvir dizer que: 1) o emprego duradouro está perto do fim; 2) fala-se muito, dentro da profissão contábil, em administração de conflitos (em poucos profissões vamos encontrar tantos conflitos como na de contador), sobre inteligência emocional, isto é, saber lidar com emoções, empatia, facilidade em se relacionar com outras pessoas.

Este segundo enfoque, saber lidar com pressões, frustrações, ser integrado e, principalmente, saber criar empatia com os outros, evitando julgamentos críticos baseados em sensações e não em fatos, alavancam a carreira de qualquer pessoa, em qualquer área de atuação. Investir na inteligência emocional é indispensável no mundo moderno.

No que tange à nova tendência do fim do emprego duradouro, o profissional contábil é levado a administrar sua própria carreira. Requer o fato de estar atento para as oportunidades de mercado, descobrir os nichos existentes e investir em marketing pessoal (muito mal cuidado, diga-se de passagem, pelos profissionais contábeis).

O emprego assalariado no Brasil está acabando. Até 1980 (5), de cada 10 ocupações criadas pelo mercado de trabalho, oito eram assalariadas (sendo sete com registro em carteira e uma sem registro). As outras duas eram de trabalho por conta própria, incluindo os sem remuneração e os empregadores. De 1989 a 1995, de cada 10 novas ocupações, duas eram assalariadas e oito não assalariadas (cinco por conta própria e três sem remuneração). Essa tendência de redução do trabalho assalariado com registro é ainda mais acentuada na profissão contábil.

A idéia de "empregabilidade" é transformar cada profissional em administrador da própria carreira. Em certo sentido é o fim do compromisso com a empresa e o início das responsabilidades com a administração pessoal de sua carreira. Assim, cada profissional se transforma em uma empresa e passa a administrar sua própria profissão como um produto que precisa ser vendido no mercado.

De certa maneira, o empresário contábil, aquele que presta serviços para terceiros por meio de uma infraestrutura pessoal ou de um escritório, já vem fazendo isso: sai de cena o padrão único e surgem diversos clientes. Entendemos, todavia, que, de maneira geral, isso tem sido feito de forma amadorística, sem investimento em marketing para garantir uma "boa marca".

A marca do profissional

Pode-se dizer que as empresas estão constantemente diante de inúmeros desafios e que há necessidade de muita competência, habilidade, marketing pessoal e criatividade do profissional contábil para superar as expectativas do cliente.

Para melhorar o marketing pessoal deve-se pensar em ser executivo-chefe de si mesmo. Nós, pessoas físicas, somos uma empresa e precisamos ter nossa marca. Precisamos de marketing pessoal para fazer negócios. Como agentes livres que a profissão e a economia nos proporcionam ser, temos chances de nos destacar, ter uma marca registrada. Não só os produtos que se vendem pela marca. Quando você tem um caso grave de saúde, procura um médico de marca; na área jurídica, busca um advogado de marca; para uma auditoria ou avaliação de uma empresa, um nome conhecido é indispensável. É interessante que o patrimônio físico, o ativo tangível, parece já não ter peso como alguns anos atrás, surgindo o intangível, principalmente a marca, como ponto fundamental.

É preciso definir exatamente a área de atuação, a especialidade, criar uma mensagem e uma estratégia para promover a marca pessoal. Destacar cuidadosamente em que o seu serviço se diferencia dos outros. A marca deve encantar o cliente. Deve ficar claro qual o benefício que se trará para o cliente. O prestador de serviço deverá acrescentar valor mensurável para seu cliente. As pessoas deverão elogiar o profissional, e o marketing boca a boca estará iniciado. No que tange à Contabilidade, pode-se dizer que ela só é útil se acrescentar valor, se seu benefício for mais representativo que o custo de fazê-la. Assim, a prestação de serviços fiscais, aspectos burocráticos como fim, nunca acrescentarão valor. Deixe que os menos ambiciosos façam isso. Dar aulas, palestras, escrever em jornais da região, participar de debates, ter uma "home page" na Internet, ter logotipo moderno em seu cartão, alimentar redes de amigos influentes, ter um bip, usar seu poder de influência podem, entre outras coisas, ser fundamental para se construir o marketing pessoal.

Tom Peters (6) faz algumas perguntas interessantes para que você avalie sua marca: "Você sempre entrega o trabalho dentro do prazo? Seu cliente interno ou externo recebe um atendimento confiável que satisfaz as suas necessidades estratégicas? Você antecipa e resolve os problemas antes que eles se transformem em crises? Seu cliente poupa dinheiro e dor-de-

cabeça pelo simples fato de contar com você na equipe? Você sempre completa seus projetos dentro do orçamento previsto? (não sei de nenhum cliente de uma firma de serviços profissionais que não vire uma fera quando os custos excedem o orçamento previsto)". Eu ainda acrescentaria uma pergunta: Seu cliente acha você ético?

Quando há "solidariedade" de qualquer profissional num processo espúrio, como por exemplo a sonegação, parece que o prestador de serviço está agradando o cliente. Mas saiba que o cliente, até mesmo inconscientemente, tem uma imagem ruim desse profissional. Imagine aquela prática antiga (felizmente, parece que já não existe mais) em que um funcionário público era subornado para desembaraçar um documento ou adiantar um papel emperrado na burocracia. Os beneficiados estimulavam essa atitude, mas, certamente, não a aplaudiam. Será que o beneficiado faria alguma parceria empresarial com esse funcionário? Certamente não. Ninguém gosta dessas atitudes, nem mesmo os beneficiados. A marca fica comprometida com atitudes desse tipo.

Foco no cliente

Por outro lado, parece que, de maneira geral, os profissionais contábeis brasileiros têm dificuldade em adaptar-se a era do cliente. Os slogans "o cliente em primeiro lugar" ou "o cliente sempre tem razão" ou "o cliente satisfeito sempre está disposto a nos remunerar melhor" ou "o usuário (cliente) da Contabilidade é a pessoa mais importante no mundo contábil" ainda não têm causado a ressonância desejada na classe contábil brasileira.

Algumas perguntas podem direcionar-nos para a conclusão de que, geralmente, os profissionais contábeis, principalmente os voltados para micros, pequenas e médias empresas, não têm centrado sua prestação de serviços no principal usuário da Contabilidade, ou seja, o administrador, o gerente, o sócio-gerente que administra seu negócio:

- A prestação de serviço contábil tem sido totalmente voltada para o cliente (customer-driver), o principal gestor, a pessoa que toma decisão na empresa?

- O profissional contábil ou a empresa que presta serviços de Contabilidade faz regularmente pesquisas de opinião com o principal cliente (usuário da Contabilidade), exatamente aquele que remunera a prestação de serviço?

- Esse profissional ou empresa tem uma forma especial de ser ou de

pensar que propicia a definição de cada iniciativa de acordo com a vontade do cliente?

- Na definição da hierarquia dos usuários, o prestador de serviço contábil tem absoluta certeza de que os poderes dominantes (governo, fisco, instituições financeiras ...) não podem influenciar na qualidade das demonstrações contábeis que servirão de base para o principal cliente da Contabilidade?

- Em função dos padrões modernos e das exigências do principal usuário da Contabilidade, o prestador de serviço contábil está disposto a passar por uma mudança fundamental de crenças e valores em sua cultura?

- A universidade (considerada o curso de Ciências Contábeis) tem pesquisado em sua região o perfil ideal de profissionais a serem formados, considerando a demanda, os anseios do principal cliente da Contabilidade?

- Essa mesma universidade tem reavaliado o currículo e/ou curso em relação ao feedback obtido junto dos agressos (ex-alunos) e aos usuários dos serviços contábeis desses agressos?

- O prestador de serviço contábil é um aliado no sucesso de seu cliente: ajuda-o na redução de custos, no melhor perfil de endividamento, nos avanços tecnológicos, no encurtamento do ciclo de produção, no aumento da qualidade, rentabilidade, na fiação do mercado? Esse prestador de serviço tem se reunido com o cliente para tratar desses assuntos?

Se a maioria das repostas for "sim", há tendência em focalizar o principal usuário da Contabilidade (o cliente). Em recente pesquisa feita pelo Conselho Federal de Contabilidade, feita em 1995/1996 (2), apenas 1.98% dos contadores está interessado de forma direta em contribuir para o crescimento dos clientes.

Qualquer tipo de serviço que não acrescentar valor e/ou satisfação ao cliente não perdurará nos dias de hoje. De maneira geral, serviços excessivamente voltados para a escrituração, ênfase fiscal, serviços burocráticos etc., não agregam valor, não aumentam riqueza do cliente e, consequentemente, não podem trazer satisfação. A Contabilidade é um processo para servir e satisfazer ao cliente e não para a satisfação do criador e idealizador de métodos contábeis.

Geralmente, parece que, em termos de cultura brasileira, não se levam muito a sério as necessidades do cliente. Como exemplo, podemos citar a seguinte afirmação: "No Brasil, o empreendedor olha para o próprio umbigo ao escolher onde investir seu dinheiro: o que eu sei fazer, o que eu vou vender.

o quanto eu posso ganhar. Desde a década de 60, a maioria das inovações mercadológicas americanas obedece um parâmetro básico: uma necessidade desatendida do consumidor. Novos produtos e serviços, portanto, estão quase sempre ligados ao esforço de satisfazer demandas, desejos e caprichos do cliente. É nisso que o empreendedor americano pensa ao perscrutar oportunidades de mercado" (7).

Diversas situações poderiam aqui ser destacadas sobre como no Brasil se tem maltratado o consumidor. Uma grande empresa automobilística manteve, por quase 40 anos, sem praticamente nenhuma alteração, a sua perua Van, sendo que as famílias grandes, ainda que tivessem poder aquisitivo para adquirir um automóvel maior, amargaram um transporte próprio de quinta categoria (que chamar de carroça, como o ex-presidente Collor fez, era um elogio!). Se se quiser tomar um táxi para um aeroporto de uma cidade satélite, como é o caso de Guarulhos, o passageiro precisa pagar quase o dobro, pois o taxista não pode pegar passageiro para o retorno (que "se dane" o consumidor, o importante são as regras imbecis!). Por outro lado, as Vans americanas e japonesas são veículos extremamente confortáveis e modernos, a um preço bastante baixo. Uma Limousine do aeroporto JFK até o centro da cidade vizinha, New York, é muito mais barata que um táxi de São Paulo a Guarulhos.

Esses são exemplos típicos de desprezo ao consumidor. Poderíamos dizer que a Contabilidade brasileira também tem maltratado seus usuários (clientes)? Normalmente sim e, se não mudarmos o foco para o cliente principal, nosso imagem, marca, sucesso, ficarão comprometidos. A profissão do futuro está diretamente ligada à solução dos problemas dos consumidores. Para isso, é necessário ouvir o cliente, comportamento esse que, como regra geral, a classe dos contabilistas não tem tido. Creio existirem algumas explicações para isso.

O berço da Contabilidade é a Itália. No século XV, o cenário mundial da Contabilidade era a Itália. Praticamente, durante quase quatro séculos, esse país foi o grande formador da doutrina contábil, perdendo a primazia para os norte-americanos nos primórdios deste século. Se há um fator preponderante na mudança do cenário da Contabilidade da Itália para os Estados Unidos, certamente, esse fator foi o foco no cliente, no usuário principal da Contabilidade.

Enquanto na Itália havia exagerado culto à personalidade, ou seja, aos grandes teóricos da Contabilidade, nos Estados Unidos o usuário era consultado, sendo proporcionada a ele a manifestação de seus anseios em relação às informações contábeis. Essa manifestação do usuário estimulava o desenvolvimento da Contabilidade Gerencial, que se contrapunha à ênfase teórica dos italianos. Quando o foco está nos grandes estudiosos (gênios) da Contabilidade, a Auditoria tem papel secundário. Todavia, quando o usuário é o centro das atenções, a Auditoria desenvolve-se, ganha papel proeminente. Auditoria continua sendo a ênfase maior no cenário mundial da Contabilidade, que são os Estados Unidos.

Este novo cenário mundial da Contabilidade coloca como objetivo principal da Contabilidade propiciar ao usuário avaliar a situação econômica e financeira da entidade, em sentido estático, bem como fazer inferências sobre a tendência futura. A Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (8) afirma que "Os objetivos da Contabilidade devem, pois, ser aderentes, de alguma forma explícita ou implícita, àquilo que o usuário considera como elementos importantes para o seu processo decisório. Não tem sentido ou razão de ser a Contabilidade como uma disciplina neutra, que se contenta em perseguir esterilmente sua verdade ou beleza. A verdade da Contabilidade reside em ser instrumento útil para a tomada de decisões pelo usuário, tendo em vista a entidade".

Voltando ao Brasil, parece-nos que ainda não absorvemos essa realidade. Uma mistura forte de influência da escola contábil italiana e de imposições governamentais tem conduzido os profissionais contábeis a darem um tratamento no mínimo criticável ao cliente, fazendo com que esse geralmente não esteja satisfeito com o nível de serviço prestado e, consequentemente, proporcionando uma imagem duvidosa para a profissão. Por outro lado, não exercitamos em profundidade o lado dogmático da escola contábil italiana (embora, a nosso ver, isso não seja desejável) e, muito menos, o lado pragmático da escola contábil americana.

Por fim, conclui-se que as perspectivas da profissão realmente são extraordinárias, mas nada vai acontecer sem um planejamento adequado. Nos dias que seguem, as empresas serão vistas como clientes (ou, quem sabe, parceiras); os profissionais como fornecedores de serviços, exigindo-se por parte destes diversas ênfases: competência,

profissionalismo, inteligência emocional e marketing pessoal (ver o mundo como um mercado e as pessoas em volta como clientes). Certamente a idéia de empresário da Contabilidade será estimulada, mas com um "cara" muito diferente do que se tem visto no momento.

Para aqueles que pretendem se manter com vínculo empregatício por um bom tempo ainda, é importante lembrar que se vive na base de um novo vínculo entre empresa e empregados. Com a globalização, caiu o velho vínculo que trocava a lealdade do funcionário por segurança no emprego. Diante da necessidade de competitividade, reestruturação, pelo impacto da tecnologia, reengenharia, downsizing e outras iniciativas da empresa, essas não exitaram em demitir empregados que julgavam estar seguros, confortáveis, rompendo assim um grau de confiança entre as duas partes.

Com o fim do emprego garantido, descobre-se o fim da lealdade, da submissão cega, da obediência permanente dos funcionários. Hoje, os colaboradores querem cada vez mais transparência da empresa no sentido de melhor conhecer a sua visão, sua estratégia, sua missão e valores. Por outro lado, cabe aos colaboradores estarem investindo no seu talento, sabendo que não se permanece mais eternamente numa mesma empresa.

Notas

- (1) HOLLAND, Charles B. - Contador: uma profissão em ascensão. Boletim do Ibracon n° 229/97
- (2) O perfil do contabilista brasileiro - CFC - Pesquisa realizada em 1995/1996
- (3) Jornal "O Estado de São Paulo", Caderno de Economia, em 24/08/97
- (4) Jornal "Folha de São Paulo", Folha de Empregos, em 17/08/97
- (5) Jornal "O Estado de São Paulo", Caderno de Economia e Negócios, em 24/08/97
- (6) Corra, Reportagem de capa da revista Exame n° 643, de agosto/97
- (7) Por que os americanos são melhores do que nós?, reportagem da revista Exame n° 644, de setembro/97
- (8) Aprovada pela Deliberação da CVM n° 29/86 e Ibracon de janeiro/96

José Carlos Marion é docente e pesquisador na área contábil, presta serviços à FEA/USP ao mestrado da PUC/SP, FEA/USP de Bragança Paulista e UNIP de Campinas. É autor de 17 livros na área contábil (sendo alguns em co-autoria), mestre, doutor e livre docente pela FEA/USP com pós-doutoramento pela Kansas University (USA).

NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO

José Pedro Toschi

A globalização, como fato histórico-econômico relativamente novo, tem provocado no mundo mudanças sociais de conseqüências inesperadas pela maioria da sociedade, em especial nos países periféricos. Essas mudanças conjunturais estão testando continuamente a capacidade das organizações empresariais de se ajustarem às novas situações, impondo-lhes a necessidade de disporem de novas tecnologias e metodologias voltadas às inovações do ambiente.

No Brasil, nas últimas décadas, houve implantação de vários planos econômicos, cujas alterações diziam respeito explicitamente ao sistema econômico nacional. O alcance e a influência nos sistemas estratégicos e operacionais das empresas podiam ser previstos e perfeitamente planejados. Hoje, entretanto, a situação é gravemente diversa. O plano econômico implantado e em vigor, o plano Real, agente legitimador da inserção do Brasil no mundo globalizado, tem criado alternativas e exigências que influenciam as decisões e operações das empresas. Uma das exigências desse processo é a de dar respostas rápidas às situações presentes, obrigando os tomadores de decisão a agirem intuitivamente, premidos pela urgência de solução.

Os problemas estratégicos para as empresas decorrentes da nova ordem econômica, da competição e da concorrência entre os mercados, das atitudes dos mercados financeiros internacionais, dos aspectos sociais, do mercado interno e da própria soberania nacional, se confundem num todo como um gigantesco problema, com várias vertentes de solução, exigindo dos tomadores de decisão nas organizações empresariais um constante acompanhamento e interpretação das informações oriundas do ambiente externo. Nesse sentido é que o presente estudo objetiva demonstrar o cenário no qual empresas e sociedade convivem, sintetizando parte do conhecimento sobre NEOLIBERALISMO e a globalização.

AS ORIGENS

Friedrich Hayek, em 1944, elaborou "O Caminho da Servidão", texto origem do neoliberalismo, cujo propósito era combater o estado de bem-estar social keynesiano e o solidarismo reinantes, visando preparar as bases de um novo capitalismo. Na época suas teses eram consideradas exóticas, e tidas como polêmicas nas décadas de 50 e 60, quando o capitalismo avançado apresentou o crescimento mais rápido da história.

Após 1973 (primeira crise do petróleo), quando o mundo capitalista avançado experimentava uma grande crise, discutia-se, na época, a derrocada do modelo de expansão econômica vigente desde o "boom" do pós-Segunda Guerra. A crise fiscal, a inflação e a dificuldade de retomada do crescimento econômico eram sintomas de uma crise do padrão de desenvolvimento estabelecido em Bretton Woods, no final da Segunda Grande Guerra. A partir desse momento as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. Segundo Anderson (1995:11), Hayek e seus seguidores entendiam que

"as bases da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que haviam corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova

e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas".

Os anos 80 foram marcados por tentativas dos agentes econômicos e dos governos centrais em se ajustarem a este novo quadro, cuja melhor definição encontra-se no termo "estagflação", isto é, uma combinação perversa entre estagnação econômica com inflação. Os ajustes realizados eram, em geral, uma combinação de diminuição da oferta de trabalho, reestruturação dos processos de trabalho com vistas a torná-lo mais eficiente, introdução de novas práticas administrativas, como a administração de estoques no estilo "just-in-time", e outras, cujo sentido era a busca por diminuição de custos para sobrevivência num ambiente crescentemente competitivo em nível mundial. A "reengenharia" realizada, o "emagrecimento" das empresas e a queda dos gastos públicos, especialmente no que diz respeito ao dispêndio com programas sociais, passaram a fazer parte do discurso oficial tanto de empresas como do setor público.

Desde a queda do muro de Berlim, a falta de alternativa socialista foi interpretada como a vitória do capitalismo e que estaria em curso uma tendência à convergência política e social no mundo, instituindo uma nova ordem econômica com base no capitalismo vigente no lado vitorioso da Guerra Fria, o capitalismo dos EUA e da Inglaterra e seus aliados europeus. Esta nova ordem não apenas econômica, mas também sócio-político cultural, trata-se de uma nova configuração do capitalismo mundial, baseada no neoliberalismo, e apoiada nos mecanismos que levam a sua sustentação como sistema hegemônico. Em conseqüência, é a primeira vez na história, que a economia do planeta é capitalista. Segundo Therborn (1996: 139),

"O termo "neoliberalismo" tem um significado específico no que concerne a um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70, e têm como fonte de inspiração principal as obras de Milton Friedman, que por sua vez remetem a Hayek. Concomitantemente, ocorre no mundo uma mudança histórica nas instituições nacionais entre o Mercado e o Estado e entre as empresas e os mercados..."

Com efeito, podem-se analisar as economias modernas numa tríade de instituições centrais: Os Estados, as empresas e os mercados. Cada uma delas detém um poder específico: O Estado,

o poder político: as Empresas, o poder empresarial (poder de mando e poder de negociação), e o Mercado, o poder da competição (Therborn). Essa evolução pode ser descrita em quatro fases:

1) Capitalismo competitivo clássico - Segunda metade do século XIX. Os atores, Estado, Mercado e Empresas com poderes iguais:

2) Capitalismo monopolista - Período anterior à 2ª guerra. As empresas atuando mais fortemente, com poder de mando e negociação:

3) Capitalismo de Bem Estar - pós 2ª guerra. Hegemonia e pressão do modelo norte-americano

4) Novo Capitalismo competitivo (atual) - neoliberalismo. O mercado como centro do poder.

O capitalismo competitivo clássico, teórico, abrigou à época o desenvolvimento das teorias administrativas e conceitos que buscavam a competitividade pela eficiência produtiva.

No capitalismo monopolista, segundo o mesmo autor, a partir da década de 30, as empresas eram fortes e Estados e mercados relativamente pequenos, período de expansão dos cartéis, das alianças entre as grandes empresas monopolísticas, conhecido também como "capitalismo desorganizado".

O período após a segunda guerra mundial caracterizou-se por uma nova abertura do comércio mundial sob a hegemonia e a pressão do modelo norte-americano, gerando uma forte tendência ao aumento da competição. Esse período, também, foi de crescimento dos Estados, com clara expansão pela difusão dos Estados de bem-estar keynesianos, representando forte intervenção estatal.¹

A nova configuração do capitalismo ocorreu por volta dos anos 70 e durante os anos 80, com a mudança das relações entre empresas e mercados, e de forma mais contundente, a mudança dos paradigmas de produção, ou seja, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo em forma muito mais fina que no passado, isto é, abandonando a rigidez no processo de trabalho do fordismo, e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens peculiares que diversos países e regiões do mundo ofereciam.

Ao mesmo tempo, outro fator contribuía fortemente para distinguir esta nova ordem do paradigma anteriormente vigente: a evolução das tecnologias. Um novo padrão tecnológico baseado nos avanços da microeletrônica, biotecnologia e outras tecnologias mais recentes, permitiu uma maior capacidade de adaptação à demanda de mercado, com inovações de manejo eletrônico e com-

putadorizado do processo de produção, e a aplicação de novos materiais desenvolvidos a custo mais competitivo. Some-se a isso, o desenvolvimento das tecnologias da informação que, juntamente com a tecnologia de transportes, transformaram o mundo numa verdadeira aldeia global com intensa interação de transportes e informação.

A GLOBALIZAÇÃO

O neoliberalismo é a legitimação teórica do processo de globalização e juntos, neoliberalismo e globalização, constituem-se na tendência hegemônica em nosso tempo, não só porque representam as características atualmente predominantes, mas porque representam um vetor que alavanca, difunde e integra as demais características econômicas presentes nessa época.

O processo de globalização pode ser definido como um processo de difusão de idéias e valores, formas de produção e comércio, estruturas organizacionais e formas de conduta, através das fronteiras. Um processo que está conduzindo o mundo a uma crescente articulação e interdependência das nações.

O fenômeno da globalização tem sido caracterizado de diversas maneiras e são utilizados diversos termos para descrevê-lo. Por isso, é conveniente nesse momento fazer a distinção entre os conceitos de internacionalização, transnacionalização e globalização (Santos, 1997:54).

Internacionalização existe pelo menos desde o começo da Idade Moderna, quando surgiram os Estados nacionais, nos quais, um dos atributos é o de manter relações com outros Estados, sem perder a autonomia e soberania nacional. Isto se expressou sempre no intercâmbio de diplomatas, soldados, intelectuais, banqueiros, comerciantes e naturalmente, de bens e serviços. À internacionalização dos países associa-se, principalmente, o aumento do comércio internacional que se registrou ao longo da Idade Moderna, mais precisamente a partir da segunda metade do século passado, coincidindo com a fase do capitalismo clássico.

A transnacionalização é um fenômeno distinto que começou a ser percebido em meados dos anos 60, quando o valor da produção das subsidiárias das grandes empresas multinacionais tomou importância acima do esperado anteriormente no mercado internacional. A competição no mercado internacional mostrava vantagens para determinadas regiões em certos produtos ou componentes. Iniciava-se uma redistribuição da produção entre subsidiárias produtivas de empresas multinacionais, de acordo com a efici-

ência de cada unidade. Um exemplo claro desta fase foi o da indústria automobilística, com produção de partes ou conjuntos em subsidiárias localizadas em vários países, com a montagem final em algumas delas. Este processo iniciou-se ainda na fase do capitalismo de bem-estar e é caracterizado como uma fase de transição à globalização.

A globalização é o processo de mundialização do atual capitalismo competitivo e apresenta várias faces: a comercial e produtiva, a financeira e a sócio-política. (Santos, 1997:57)

A globalização na face comercial e produtiva corresponde ao fenômeno da tendência à homogeneização das estruturas de demanda e oferta, propiciando ganhos no aumento da escala da produção e obedece a uma uniformização de práticas comerciais e administrativas através de um processo de difusão de normas previamente concebidas pela administração central da empresa. É o caso de empresas que nem sempre estão presentes nos países em que suas marcas são negociadas, como o Carrefour, a Reebok, a Nike, a Benetton, e outras. Elas se abastecem de bens de consumo padronizados onde forem mais baratos. Terceirizam com produtores locais e comercializam os produtos de forma indistinta da região de consumo. É um processo que se pauta pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Desta forma, ocorrem deslocamentos das atividades produtivas, já que, com o aumento da escala de produção em razão da uniformização do consumo a nível mundial, as empresas podem arcar com o custo de estabelecer relações de interdependência produtiva em muitas partes do planeta.

A globalização financeira foi o resultado da desregulamentação dos mercados financeiros mundiais. Desde a década de 80 os bancos cederam espaços para instituições não bancárias, manifestando-se como principais agentes neste mercado os fundos mútuos de investimentos, de pensão e seguradoras. Conforme Chesnay (apud Santos, 1997), em 1993

Somente a liquidez concentrada nas mãos de tais agentes correspondia a 126% do PIB norte-americano e 165% do PIB britânico. Esta concentração não foi produto da atuação das chamadas 'forças de mercado', mas de iniciativas de política econômica desregulacionistas dos governos Reagan nos EUA e da Senhora Thatcher, na Grã-Bretanha".

Observe-se, entretanto, que a globalização só pode ser entendida na sua extensão no âmbito das inovações das

novas tecnologias da informação e transportes. Redefiniu-se o conceito de distância, possibilitando a ampliação dos espaços de atuação para todo o globo. Nestas condições, os mercados financeiros internacionais operam em tempo real, em todo o mundo e a todo momento, aumentando a fluidez deste volume de capitais, muito sensível a quaisquer modificações do desempenho econômico das economias nacionais. É o chamado "capital volátil", ou "virtual", que só existe nos chips do computador que transmitiu as ordens de compras ou venda de títulos. Note-se o que aconteceu recentemente (1998) nas economias dos chamados tigres asiáticos e as repercussões nas economias de todo o mundo, quando os Estados da região, em relação à suas políticas cambiais, caíram em descrédito junto aos mercados financeiros internacionais, fazendo com que, em questão de minutos, acontecesse seqüência de "déblaces"² nas principais bolsas de valores do planeta.

A expansão enorme do mercado financeiro internacional criou uma hipertrofia em relação à esfera comercial e produtiva das nações. Segundo Therborn, (1996, 141) *"durante um dia em Londres, é negociado um montante de divisas correspondente ao PIB mexicano de um ano inteiro. Em um dia e meio, os traficantes de divisas vendem e compram o equivalente ao PIB anual do Brasil!"*

Diante destes números, observa-se que os Estados nacionais chegaram a ser muito menores que estes novos mercados financeiros internacionais, ao mesmo tempo que passaram a depender da confiança desses mercados para poder implementar suas políticas estatais. O Estado, hoje, é refém dos mercados internacionais por decorrência da mudança nas relações de força entre Estados e os mercados.

A GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL

A inserção do Brasil nesse processo se deu a partir de Collor, que iniciava campanha com pregações que apresentava o Estado desperdiçador, desorganizado e segundo comentário de Oliveira (1995:26), *"incapaz de regular nem o jogo de bicho, nem as brigas de galo, nem os créditos do BNDES"*.

A bem da verdade, o Estado brasileiro encontrava-se delapidado, ação iniciada durante o regime ditatorial, com gigantescos investimentos do Estado (muitos realizados sem controle de gestão dos recursos e de forma desperdiçadora, como por exemplo, as

rodovias Transamazônica e a Perimetral Norte, entre outros) e que prosseguiram sem interrupções no mandato de José Sarney.

Esse cenário propiciou o clima para a vitória eleitoral "collorida", no qual ecoaram pregações antiestatais por parte das corporações elitistas e, somados a isto, a insatisfação geral popular pela erosão da eficácia do Estado na gestão macro-econômica e pelo arremedo de social-democracia ou do Estado de bem-estar que aparentemente tinha fracassado completamente. Simultaneamente, as posições oficiais de controle da inflação brasileira não encontravam bases de apoio no próprio sistema do governo, e índices de magnitude sem precedentes propiciaram o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse aqui terreno fértil. Esse processo "modernizante", como assim o chamava Collor, foi continuado no governo Itamar Franco, porém, só foi sentida a sua influência no governo atual, de Fernando Henrique Cardoso.

A REPERCUSSÃO

O Brasil sempre teve disponibilidades de fatores de produção, e atualmente as vantagens decorrentes dessas disponibilidades são rapidamente superadas por inovações tecnológicas. Se em passado recente, a industrialização brasileira foi possível estimulando-se a substituição de importações, calcada num forte protecionismo e numa reserva de mercado, hoje a continuidade do desenvolvimento brasileiro depende substancialmente da capacidade de se adequar aos novos paradigmas que definem os mercados internacionais, aumentando a competitividade para poder participar da melhor maneira possível da economia mundial em processo de globalização.

A década de 90 tem evidenciado as mudanças nos planos político, social e econômico, caracterizados pela transição de uma economia fechada com reserva de mercado para uma economia competitiva internacionalmente, buscando, em tese, integrar-se nas correntes internacionais de finanças e tecnologia. Compulsoriamente, essas mudanças têm forçado o setor produtivo brasileiro a se defrontar com o mercado internacional, na total extensão de sua competitividade, sem que esteja preparado estruturalmente em sua organização, e tecnologicamente em seus produtos. Esse conjunto de mudanças que se processam constantemente na

"revolução" dos meios de produção, tem provocado transformações e desdobramentos na realidade contemporânea brasileira: a baixa produtividade e falta de competitividade forçaram o país a competir com base em baixos salários e à custa de um igualmente baixo padrão de bem-estar social. Este parece ser, até o momento, o resultado real desse processo no Brasil, a despeito dos ganhos apontados pelos entusiastas da globalização.

José Pedro Toschi é professor do Curso de Administração de Empresas da FACH

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). Pós - neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BORÓN, Atílio. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (org.). Pós - neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CHIAVENATO, Idalberto. Os novos Paradigmas. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Carlos Estevão. Globalização e Democracia. In: Nação em Revista. Fundação Pedroso Horta. Brasília, 1996.
- NEVES, Luiz Augusto de Castro. Seminário Internacional: Globalização na América Latina. Funag, Brasília, 1997.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (org.). Pós - neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Angela M. Penálva Santos. Seminário Internacional: Globalização na América Latina. Funag, Brasília, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.
- SINGER, Paul. Globalização Positiva e Globalização negativa In: Novos Estudos nº 48 - Cebrap
- THERBORN, Göran Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (org.). Pós - neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995
- ¹ O Brasil, nesse período desenvolveu a industrialização dessa forma, com o Estado, durante o regime militar, intervindo nos setores básicos como mineração, comunicação, geração de energia etc.
- ² Ruína financeira no mercado de ações.

O FIM DAS EMPRESAS

Durval Barbosa de Araújo

Com a globalização da economia e conseqüente plano econômico implantado no Brasil a partir de 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso, nosso país começou a sentir o gosto de conviver com moeda forte, além de terem surgido novas perspectivas de negócios no mercado interno e no mercado externo.

Falta de planejamento



As empresas, por necessidade, deveriam ter passado por um processo de reestruturação em todos os aspectos, devido à forte concorrência que começava a emergir. Muitas empresas conseguiram implantar novas estratégias de gestão para sobreviverem ao processo global; porém, algumas não se incomodaram e não conseguiram se sobressair nas novas rotinas dos negócios: mudanças na tecnologia, produtos globais, rapidez nas negociações, concorrência mundial, vendas virtuais, novas filosofias empresariais, entre outros fatores. Grande parte das empresas está até hoje sem a bússola para começar nova vida e conseqüentemente atingir melhores resultados.

Podemos observar que os empresários possuem sempre uma justificativa para as distorções negativas que a suas empresas alcançaram, são desculpas tipo: o governo é o culpado, meu fornecedor não me ajudou, os juros estão altos, o meu concorrente principal é grande empresa, enfim, podemos enumerar vários fatores, sendo que muitos deles são plena-

mente satisfatórios para justificar alguma distorção.

Sabemos porém, que muitas das vezes as empresas, devido a essas distorções empresariais, chegam ao fim, em função de fatores externos e/ou fatores internos às organizações, que interferem diretamente no processo empresarial, sendo que alguns deles poderiam ser corrigidos a tempo para evitar o processo de fechamento. Vejamos alguns exemplos:

Prevenção

1. *Faça um projeto detalhado de sua empresa antes de iniciá-la: seu tamanho, os recursos necessários, mão-de-obra a empregar, legislação sobre o negócio, o público alvo a atingir, ou seja estude seu negócio antes de iniciá-lo.*
2. *Para negócios já existentes deve-se antecipar as ações antes de colocá-las em prática, faça os estudos detalhadamente e com rapidez.*



Localização Inadequada

Prevenção

1. *Realização de estudos de localização é fundamental, pois a visualização de concentração de futuros consumidores no local é indispensável.*
2. *Caso o estabelecimento for indústria deve-se verificar a distância favorável entre os fornecedores, distribuidores do produto e o consumidor final.*

Falta de experiência no negócio ou na gestão



Prevenção

1. *Procure conhecer bem o ramo de atividade antes de abrir o negócio.*

2. *Caso necessário busque apoio de especialistas através de entidades existentes.*

3. *Faça cursos e entrevistas com quem já está atuando no mercado.*

4. *Busque o maior número de informações possíveis sobre o negócio.*

Forte Concorrência

Prevenção

1. *Usar a criatividade é fator fundamental para agregar serviços a um negócio, é um excelente diferencial frente à concorrência.*
2. *Fique atento às necessidades dos clientes.*



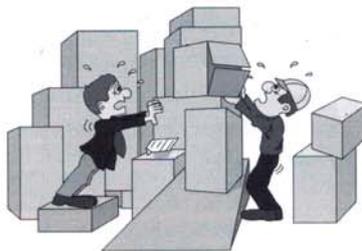
Produtos comercializados



Prevenção

1. Seu produto deve ser adequado às necessidades dos clientes.
2. Faça estudos dos locais onde serão comercializados os produtos, pois os consumidores das diversas regiões possuem características diferentes entre si.
3. A qualidade do produto comercializado é fundamental, lembre-se que seu produto concorre com o mundo inteiro.
4. Adquirir mercadorias/produtos no volume correto, evite excesso de estoques.

Mão-de-obra não qualificada



Prevenção

1. Pessoal preparado para desenvolver as atividades diárias é um fator que reduz os custos operacionais, além de aumentar a produtividade.
2. Pessoal de atendimento deve estar preparado para sempre atender muito bem, fique atento as técnicas de atendimento e às estratégias de mercado.
3. Invista em treinamento de pessoal

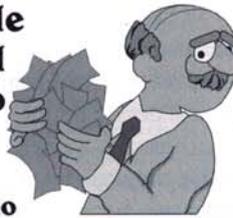
Falta de crédito



Prevenção

1. Mantenha os pagamentos de seus fornecedores em dia, pois caso ele deixe de fornecer os produtos/mercadorias, provavelmente faltará produtos e em consequência seus clientes não comprarão.
2. Mantenha a documentação da empresa em dia para que possa utilizar linhas de créditos especiais quando necessário.

Falta de capital de giro



Prevenção

1. Planeje os investimentos com base nos gastos e nos prazos recebidos.
2. Não recorra a empréstimos para capital de giro sem antes ter certeza de que os lucros da empresa possam saná-los no período programado.
3. Não se esqueça de que a quantia de capital de giro necessária não é determinada somente por valores monetários, depende de prazos, % de compras/vendas a prazo e a vista/descontos de duplicatas e cheques, ou seja, das operações da empresa.

Inadimplência de clientes



Prevenção

1. Inadimplência de clientes gera distorções negativas no fluxo de caixa da empresa.
2. Para autorizar créditos a clientes faça consultas a centrais de cadastros/empresas especializadas em fornecimento de créditos e no cadastro da própria empresa.
3. Não faça compromissos contando com valores a receber de clientes.

Alto Custo

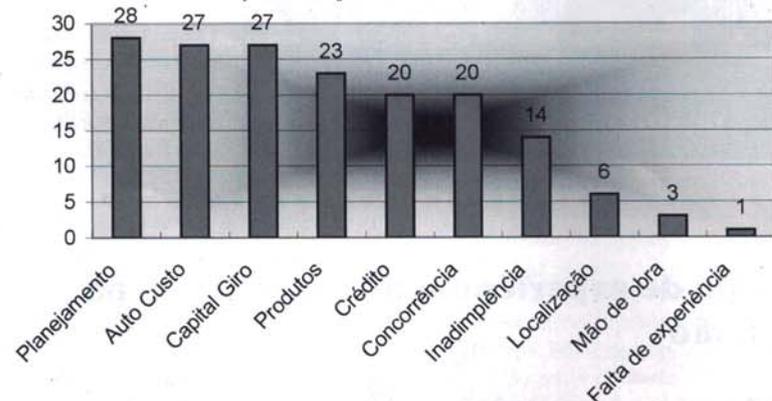


Prevenção

1. Deve-se atentar para os custos da empresa, medi-los constantemente é tarefa básica para a tomada de decisões.
2. Os custos ditos como fixos são os que normalmente são desembolsados sem a percepção dos Diretores, controle-os através da realização de previsões.
3. Os resultados negativos auferidos (prejuízos) podem ser reflexos do alto custo (operacional* e/ou mercadoria/produto).
4. Alto custo coloca a empresa fora da realidade de mercado.

Os fatores descritos anteriormente, foram frutos de consultorias realizadas em diversas empresas de porte médio, pequeno e micro.

Os fatores foram diagnosticados como causas de distorções negativas nas finanças das empresas, onde alguns apareceram isoladamente como causa principal ou combinados entre si; vejamos o gráfico abaixo que ilustra a ocorrência dos referidos fatores em trinta empresas diagnosticadas:



Gostaríamos de salientar que as empresas normalmente possuem pessoas capazes de alavancar processos de mudanças, e que às vezes ocorre resistência. Podemos concluir que decisões não acertadas são tomadas normalmente por ingerência a medições/estudos/análises, sendo os resultados negativos obviamente absorvidos pela própria empresa, podendo o acúmulo de resultados negativos levar as organizações para o fim.

Durval Barbosa de Araújo é Administrador de Empresas; Pós Graduado em Gestão da Qualidade Total pela FGV; é professor de Administração Financeira e Orçamentária II e Coordena-

dor do Estágio Supervisionado em Administração de Empresas da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas; Consultor de empresas; instrutor de vários treinamentos gerenciais.

MEIO AMBIENTE E DIREITO

Eduardo dos Santos Batista

O tema concernente ao meio ambiente é extremamente amplo, tornando-se amplíssimo quando se faz junção entre meio ambiente e direito, pois, devido a grandiosa degradação ambiental que tem ocorrido nos últimos anos, este assunto encontra-se em voga por todo o mundo, deixando estudiosos de todos os setores da inteligência preocupados com a natureza como um todo. Acontece que o ser humano, com a desculpa de que tudo é válido para se chegar ao desenvolvimento, tem destruído toda uma gama de recursos energéticos, florestais, aquáticos, animais etc., sem se dar conta de que precisa e precisará deles num futuro próximo.

Para que possamos entender perfeitamente o que vem a ser Direito Ambiental, necessário se faz, primeiramente, que analisemos o que é meio ambiente: "A palavra ambiente indica a esfera, o círculo, o âmbito que nos cerca, em que vivemos. Portanto tudo que nos cerca, que envolve os seres vivos e as coisas é chamado de *Meio Ambiente*".

O meio ambiente do ser humano inclui fatores como temperatura, suprimento de alimentos e as pessoas que o rodeiam. O meio ambiente de uma planta pode ser formado de solo, luz solar e animais que comem a planta². O meio ambiente de uma rocha pode ser as algas marinhas, água e peixes.

Os fatores ambientais sem vida, tais como temperatura, luz do sol e terra formam o **meio ambiente abiótico**. E os seres vivos ou os que recentemente deixaram de viver, tais como as algas e os alimentos, constituem o **meio ambiente biótico**. Tanto o meio ambiente abiótico como o biótico atuam um sobre o outro para formar o meio ambiente total de seres vivos e sem vida³.

De sorte que podemos perceber, sobretudo, quando falamos em meio ambiente, que este está intimamente relacionado ao conceito de *vida*. Mas o que é a vida? Segundo Aurélio Buarque de Holanda é "o conjunto de propriedades e qualidades, graças às quais animais e plantas, ao contrário dos organismos mortos ou da matéria bruta, se mantêm em contínua atividade, manifestada em funções orgânicas tais como o metabolismo, o crescimento, a reação a estímulos, a adaptação ao meio, a reprodução e outros; é a própria existência"⁴. A vida é o que temos de mais precioso neste planeta, "pois que daria o homem em

recompensa de sua alma?"⁵ A vida seria aquele, assim chamado, fôlego de vida, que nos seres humanos ainda é mais complexo, pois além do fôlego de vida, o "homem" também possui um senso de existência, ou seja, nós sabemos que existimos, pelo fato de possuímos inteligência, a qual nos capacita a articulação de pensamentos, daí a célebre frase: "Penso, logo, existo". Assim, vida e existência se equivalem.

Do conjunto de meio ambiente biótico e abiótico costumam os doutrinadores, didaticamente, fazer, ainda outras divisões, quais sejam a de considerar acerca do **meio ambiente** ⁶ **natural, cultural, artificial e do trabalho**⁷. Pois, o meio ambiente é, também, segundo José Afonso, "a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida humana"⁸.

Para a lei o meio ambiente é "**o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas**"⁹, sendo este conceito acolhido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, que preleciona o seguinte em seu art. 225: "**todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.**"¹⁰ Da análise destes dois artigos, um constitucional e outro infraconstitucional, chega-se à conclusão de que o art. 225 da Constituição Federal acolheu o conceito do art. 3.º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PN.M.A.), pois, **somente um meio ambiente ecologicamente equilibrado pode "permitir, abrigar e reger a vida em todas as suas formas", oferecendo, ainda, uma qualidade de vida saudável para todos.**

Visto o que vem a ser meio ambiente e atentando para o ordenamento jurídico brasileiro, veremos que este traz consignado em sua Carta Magna, mais precisamente no "caput" de seu art. 5.º, que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do **direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade..." (*grifo nosso*). Desta maneira, partindo do fato de que, como já vimos, o meio ambiente está intimamente relacionado com a vida e esta, por sua vez, é protegida pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive por cláusula pétreia, chegamos ao nosso conceito de Direito Ambiental que vem a ser, segundo nosso entendimento, **o estudo sistematizado**

das variadas circunstâncias que poderiam degradar o meio ambiente e torná-lo impróprio para as presentes e futuras gerações, com a finalidade encontrar soluções para os impasses que abalam a natureza, preservando a vida em todas as suas formas, com a devida criação, estudo e aplicação de leis que se destinem a proteger ao meio ambiente, da forma mais justa e equânime possível, distribuindo a lei ambiental em seus variados enfoques

¹¹. Este conceito provém de nossa concepção de que, não só biólogos, ecólogos e outros profissionais especializados necessitam conhecer profundamente o meio ambiente, mas todos nós, estudiosos dos mais variados ramos científicos, inclusive do ramo do direito, devemos nos unir para que, juntos, possamos trabalhar por um meio ambiente melhor agora e no futuro. No entanto, para que ocorra esta parceria é preciso que o meio ambiente com suas peculiaridades seja estudado pormenorizadamente, com o intuito de que tanto o administrador público ou privado, quanto o jurista, o psicólogo, o delegado e outros saibam o que determinada ação humana pode acarretar ao meio ambiente, para que possam tomar as devidas precauções ou se não houver como prevenir, pelo menos as melhores formas para remediar a situação.

Assim, primeiramente, Direito Ambiental é **o estudo sistematizado das variadas circunstâncias que poderiam degradar o meio ambiente e torná-lo impróprio para as presentes e futuras gerações**, com isto queremos que se entenda que os estudiosos de Direito Ambiental, devem também conhecer profundamente ou sistematicamente acerca da matéria científica ambiental, ou seja, acerca da parte biológica, química, física etc., em que está inserida a matéria ambiental. Ao agirem assim, não esperamos que estes estudiosos invadam a competência de outros profissionais, mas temos o intuito de que possam melhor entender as diversas situações que se repetem na vida jurídico-ambiental, com o intuito de fazer uma melhor aplicação da lei, que deverá atentar, sobretudo, para a aplicação pormenorizada do conceito de **desenvolvimento sustentável**, que vem a ser exatamente "o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem as suas próprias necessidades"¹².

Em segundo lugar temos: **com a finalidade encontrar soluções para os impasses que abalam a natureza, preservando a vida em todas as suas formas**. Notemos que a Constituição Federal em seu art. 5.º c/c art. 225, não se preocupou apenas com a vida humana,

mas com a vida em todas as suas formas, pois a própria vida humana depende da vida que emana de um rio, de uma floresta, do mar etc.

Adiante temos: **com a devida criação, estudo e aplicação das leis que se destinem a proteger ao meio ambiente, do modo mais justo e equânime possível, distribuindo a lei ambiental em seus variados enfoques.** Sabemos que, geralmente, as leis, apesar de serem apresentadas e votadas por nossos representantes eleitos (Deputados Federais e Estaduais, Senadores etc.), antes de serem levadas a plenário passam pelas mãos de pessoas que estudam a matéria da lei, também por isso, o estudo do Direito Ambiental precisa ter conhecimentos precisos acerca das soluções aos impasses ambientais para que possa auxiliar os legisladores na criação das leis. Também é de se analisar que ao fazer a aplicação da lei ambiental em seu enfoque cível, penal ou administrativo, o juiz ou o promotor — se competente for — deverá determinar uma penalidade àquela pessoa que houver infringido a lei ambiental. Deparamo-nos agora com duas hipóteses: se for um juiz conhecedor das possíveis soluções para os impasses ambientais, ele aplicará norma da maneira correta, mas se faltar-lhe um conhecimento específico do assunto, certamente a norma será tida por morta e sua aplicação ineficaz, pois de nada adianta multar uma grande indústria que polui o meio ambiente, sem mostrar quais seriam as possíveis soluções, pois talvez, o juiz pudesse deixar de aplicar a multa para que esta empresa instalasse filtros que evitariam a poluição.

A preocupação com o meio ambiente mundial teve início, oficialmente, em 1972, quando, na cidade de Estocolmo, foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas em prol do Meio Ambiente. Naquela época muitos especialistas acreditavam que a preservação ambiental não combinava com desenvolvimento, ou seja, acreditavam que para haver desenvolvimento era necessário que houvesse degradação do ambiente. Diziam isto porque a própria história das colonizações assim pregava, pois os maiores países conhecidos na época, que continuam sendo os maiores de hoje, só se desenvolveram tanto, a partir da exploração de suas Colônias, ou de outros países pobres. Isto pode ser melhor constatado através das palavras de Mahatma Gandhi, que indagado como ele queria que a Índia fosse quando ficasse independente disse: "se a Inglaterra precisou explorar metade do mundo para ser o que ela é hoje, quantos mundos a Índia teria de explorar?"¹³ De fato Gandhi resumiu em uma única pergunta o que ocorreu em todo o mun-

do, isto é, a lei do mais forte explorando o mais fraco. No entanto, o que estes grandes países não sabiam era que a degradação dos países menores um dia iria afetá-los, pois o planeta é um só, todos vivemos na mesma terra, compartilhamos do mesmo ar, nenhum país pode fazer como nos desenhos animados e colocar um "campo de força" ao redor de si e se ver protegido do ar impuro, das águas poluídas etc., pois o **nosso futuro é comum**. Até um país como os Estados Unidos da América, a maior potência mundial da atualidade, não está isento de ser vítima por algum evento que se dê devido à degradação ambiental, ou será que poderá levar todos os norte-americanos para viverem na lua?

Nos dias atuais vivemos aquilo que os cientistas chamam de "Our Common Future", isto é, "Nosso Futuro Comum". Instantes globais que, em termos de meio ambiente, determinarão o futuro do planeta. O mais interessante é que se fala, não em destruição do Brasil, ou da Austrália, ou dos E.U.A., mas do Planeta. Acontece que as degradações consumadas em desfavor das florestas, das águas, do ar etc., estão atingindo graus tão alarmantes que a preocupação dos cientistas está voltada para o mundo e não para territórios isolados. Entretanto, apesar das pesquisas serem feitas a nível mundial, as mudanças somente serão viáveis localmente.

Atualmente, somente uma pessoa totalmente alienada não consegue perceber as mudanças pelas quais tem passado nosso planeta. Até as crianças já conseguem perceber o óbvio e dizem: "sem meio ambiente eu não sou ninguém"¹⁴. A problemática ambiental vem alcançando índices alarmantes em todo o mundo moderno, levando estudiosos de todos os setores a buscar soluções plausíveis para os problemas ambientais. Hoje "a defesa de um processo alternativo de desenvolvimento ganha cada vez mais adeptos, e a experiência já mostra claramente que o desenvolvimento econômico racional, equilibrado e equitativo só será possível mediante a proteção ambiental. A degradação conduz inevitavelmente a maiores desigualdades que castigarão mais os mais pobres. Entre um desenvolvimento econômico racional e equilibrado e a proteção ecológica não haverá conflito"¹⁵. Segundo este mesmo autor o desenvolvimento verdadeiro é definido como o "processo pelo qual pessoas, comunidades e nações — em suma, todas as camadas sociais — se tornam cada vez mais estáveis exercendo controle cada vez maior sobre seu destino"¹⁶. De fato, quando se fala em desenvolvimento, fala-se, também, na abolição de espectros sociais como a fome, a seca e sobretudo um

desenvolvimento que se preocupe "com um controle cada vez maior da população sobre seu destino". Assim chegamos ao conceito de desenvolvimento sustentável, que como já foi visto é aquele que traz evolução econômica, social etc., sem trazer juntamente a destruição do ambiente, preocupando-se com as presentes e futuras gerações.

Nesta brevíssima explanação, não foi nosso intuito esgotar o tema, aliás, com certeza, ficamos anos-luz de distância deste alvo. Todavia, esperamos, pelo menos ter passado uma pequena noção acerca do Direito Ambiental e suas particularidades, para que futuramente haja uma preocupação maior dos estudiosos do direito com os problemas que afligem ao meio ambiente. Esperamos, sobretudo, que o legislador brasileiro se volte para a votação de uma Lei que institua o **CÓDIGO AMBIENTAL BRASILEIRO**, no qual serão elencadas de forma sistematizada todas as leis ambientais que se encontram esparramadas pelo Universo das Leis, e por isso se denominam Leis Esparsas¹⁷, tendo como finalidade facilitar o estudo e a crítica deste ramo do direito que ultimamente vem se mostrando como uma das faces mais importantes do direito.

Precisamos unir as forças, pensadores de todos os ramos de estudo devem começar a se preocupar mais com o meio ambiente. Urge que a defesa seja feita por toda a sociedade, pois todos serão afetados. É o nosso Futuro Comum ou "Our Common Future". A derrubada de uma mata, pode, agora, não afetar nossas vidas, mas o problema encontra-se no futuro. Futuramente, as florestas se tornarão desertos, os rios ficarão poluídos: os animais não existirão; o ar estará insuportável para se respirar; serão verdadeiros os filmes de ficção científica que mostram um futuro caótico para o nosso planeta; e, o que parece ser ainda pior, o ser humano ficará, se já não é, tão frio quanto as frias colunas de concreto cinzento que o cercarão.

No mais, cremos que é chegado o instante de começarmos a buscar soluções plausíveis à procura de uma despoluição ambiental e de uma preservação daquilo que temos, enquanto ainda temos. Não nos posicionamos contra o desenvolvimento, mas, sim contra todo tipo de desenvolvimento que leve à degradação ambiental. Já temos poucas florestas, poucos rios de águas límpidas e, por isso, devemos preservar aquilo que ainda possuímos. Necessário se faz tornar rios, hoje poluídos, em rios próprios para o uso da população amanhã¹⁸. E quanto àqueles rios que não se encontram poluídos é necessário preservá-los. Precisamos buscar de forma ordenada um desenvolvimento sustentável, que, como vimos, é uma saída muito im-

portante conflagrada nos últimos anos, que consiste em todo e qualquer tipo de avanço tecnológico ou científico, que apesar de se utilizar das energias provin- das do meio ambiente, faz seu uso racio- nal e ordenado, pensando nas presentes e futuras gerações, que também necessi- tarão do meio ambiente. É uma questão de vida ou morte!

BIBLIOGRAFIA

AGAWAL, Anil. *Fome, População, Ambiente*. In: O Correio da Unesco, n.º 11, v. 10, p. 26 1982.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução por João Ferreira de Almeida. São Paulo, Casa, 1.338 pg.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Insti- tui, na República Federativa do Brasil, um Estadó Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos soci- ais e individuais, a liberdade, a seguran- ça, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores su- premos de uma sociedade fraterna, plu- ralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a so- lução pacífica das controvérsias. Publi- cada no Diário Oficial da União n.º 191 - A, Brasília, em 5 de outubro de 1988.

ENCICLOPÉDIA DELTA UNIVER- SAL, Rio de Janeiro, Delta S/A, 1987.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco e RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de Direito Ambiental e legislação aplicá- vel*. São Paulo, Max Limonad, 1997, p. 118

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Por- tuguesa*. Rio de Janeiro, 2.ª ed., Nova Fronteira, 1986, p. 1774.

LEGISLAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: Atos Internacionais e Normas Federais — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 1996, 2 v.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Pau- lo, 5.ª ed., Malheiros Editores Ltda, 1995, 696 p.

Eduardo dos Santos Batista é estudan- te, cursando o 8.º Período do Curso de Direi- to da Faculdade Anhanguera de Ciências Hu- manas.

1 Ecologia e meio ambiente não se confundem, pois a primeira trata do relacionamento entre o organismo e seu habitat, enquanto que o meio ambiente ou ecossistema, por sua vez, vem a ser a própria morada. Assim para ficar mais claro enquanto a eco- logia estuda as relações entre o orga- nismo e seu habitat, o meio ambiente é o próprio habitat, a morada ou onde "moram" os seres vivos.

2 Em relação ao meio ambiente, também podemos vislumbrar um cer- to relativismo, ou seja, cada ser vivo possui um habitat determinado, as-

sim, o habitat em que vive um peixe concerne apenas à água, algas, outros peixes, rochas, peixes maiores que co- mem os menores etc., já o meio ambi- ente em relação ao homem é bem mais abrangente, pois ao mesmo tem- po que dependemos da água, precisa- mos de pescar um peixe para dele nos alimentarmos, ou da carne de um boi, dos frutos de uma mangueira, da car- ne de um frango, do O₂ liberado pe- las algas cianofíceas, ou das árvores de uma floresta, da exuberância dos minérios etc., de forma que o meio ambiente humano é amplíssimo, e, também, por isso, como dependentes de vários aspectos ambientais, deve- mos preservá-los.

3 Enciclopédia Delta Universal, Rio de Janeiro, Delta S/A, 1987.

4 Holanda, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 2.ª ed., Nova Fronteira, 1986, p. 1774.

5 BÍBLIA. Bíblia Sagrada. Novo Testamento. Mateus. Tradução por João Ferreira de Almeida. São Paulo, Casa, p. 22.

6 "Discute-se mesmo a correção da expressão "meio ambiente", a qual, 'em- bora seja bem sonante', não é contudo a mais correta, isso porque envolve em si mesmo um pleonasma. O que aconte- ce é que 'ambiente' e 'meio' são sinô- nimos porque 'meio' é precisamente aquilo que envolve, ou seja, o ambien- te" (Paulo Afonso Leme Machado).

7 A divisão de meio ambiente em cultural, artificial, do trabalho e natu- ral, não possui função senão a de deli- mitar o espectro do meio ambiente a que se está referindo. Todavia, deve fi- car claro que tal dissociação é mera- mente expletiva, vez que o conceito de meio ambiente, por tudo visto, indissocia-se de inextrável lição de di- reito à vida. (FIORILLO, Celso Antônio Pacheco et al. *Manual de Direito Am- biental e Legislação Aplicável*, p. 88).

8 AFONSO, José. *Direito Urbanís- tico Brasileiro*, pág. 435.

9 BRASIL. Legislação Federal. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Brasília. Publicada no Diário Oficial da União aos 2 (dois) dias do mês de setembro de 1981.

10 BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Insti- tui, na República Federativa do Bra- sil, um Estado Democrático, destina- do a assegurar o exercício dos direi- tos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvol- vimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconcei- tos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e in-

ternacional, com a solução pacífica das controvérsias. Publicada no Diá- rio Oficial da União n.º 191 - A, Brá- silia, em 5 de outubro de 1988.

11 Não podemos nos esquecer que o Prof. Sérgio Ferraz, que defen- de a denominação Direito Ecológico, diz que este pode ser definido como "o conjunto de técnicas, regras e ins- trumentos jurídicos organicamente estruturados, para assegurar um com- portamento que não atente contra a sanidade mínima do meio ambiente". No mesmo entendimento se encontra o Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto, segundo o qual Direito Ecológico é "o conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos siste- matizados e informados por princípi- os apropriados, que tenham por fim a disciplina do comportamento relacio- nado ao meio ambiente". Entende ainda Carlos Gomes de Carvalho que Direito Ambiental é o "conjunto de princípios e regras destinados à pro- teção do meio ambiente, compreendendo medidas administrativas e ju- diciais, com a reparação econômica e financeira dos danos causados ao ambiente e aos ecossistemas, de uma maneira geral".

12 FIORILLO, Celso Antônio Pacheco e RODRIGUES, Marcelo Abe- lha. *Manual de Direito Ambiental e legislação aplicável*. São Paulo, Max Limonad, 1997, p. 118.

13 Citado por AGAWAL, Anil. *Fome, População, Ambiente*. In: O Correio da Unesco, n.º 11, v. 10, 1982, p. 26.

14 Propaganda veiculada pela Rede Globo de Televisão.

15 AGAWAL, Anil. *Fome, População, Ambiente*. In: O Correio da Unesco, n.º 11, v. 10, p. 26 1982.

16 AGAWAL, Anil. *Fome, Popula- ção, Ambiente*. In: O Correio da Unesco, n.º 11, v. 10, p. 25 1982.

17 Mas se parecem com Leis Espa- ciais, pois se perdem no Espaço Cósmico, tornando difícil encontrá-las e se vêem lançadas nos buracos negros da ignorância, o que fazem com que estas leis não sejam conhecidas nem aplicadas da forma correta.

18 Já existem técnicas, como exemplo podemos citar o Rio Tâmsa, na Inglaterra; o Rio Reno, na Alema- nha; o Rio Sena, na França; e recen- temente, o projeto do Rio Tietê em São Paulo. A ciência se desenvolve cada vez mais. O exemplo destes rios ou- trora poluídos que agora servem à população, precisam ser colocados em prática em mais rios. Em particular, por que não pensar em purificar o Rio Meia Ponte?

Eduardo dos Santos Batista é estudan- te do 8º período do curso de Direito, pesqui- sador bolsista da FACH.

A FUMAÇA E A POEIRA: AS FERROVIAS EM GOIÁS

Paulo Borges Campos Júnior

O território goiano já era visitado por bandeirantes desde o final do século XVI, que para cá vinham com a finalidade de descobrir ouro e aprisionar índios para as atividades econômicas da colônia. Como bem destacou Chaul:

"A procura de índios e os indícios de existência de ouro em Goiás fizeram com que mais de 20 bandeiras penetrassem em terras goianas em busca da ambiciosa mão-de-obra e da potencial riqueza. De Sebastião Marinho, nas cercanias das nascentes do Rio Tocantins em 1592, a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, os índios e o ouro de Goiás despertavam ambições e atralam bandeirantes e sertanistas que desbravaram o território hostil e selvagem."

Entre 1722 e 1725, Bartolomeu Bueno percorreu esta região vindo a descobrir esse metal amarelo, às margens do rio Vermelho, em quantidade tal que justificou o seu retorno a Goiás, investido agora no cargo de Superintendente das Minas. Em 1726, foi fundado, para dar sustentação à atividade mineradora, o arraial de Sant'ana, que posteriormente veio a ser a capital de Goiás. Assim, surge o território goiano que, sob o signo da mineração, se apresenta como importante região econômica do Brasil, dentro de uma economia de exploração.

Durante o século XVIII, de 1725 até 1778, a economia goiana esteve fortemente voltada para a exploração mineral, destacadamente de produção aurífera. De curta duração, essa riqueza quase nada deixou em Goiás. Quase tudo foi enriquecer a corte portuguesa. Paralelamente ao ouro, existiu a presença de outras atividades econômicas na região: um comércio insignificante restrito às minas, uma agricultura de subsistência e uma ativa pecuária que atendia a outros mercados consumidores além desse.

Com a decadência da atividade mineradora, a economia goiana entra no século XIX com os olhos voltados para a agropecuária. A agricultura tinha na ausência de um sistema viário adequado um de seus problemas mais graves. O gado, por se auto-transportar, sofria menos de tal mal, rompendo o seu isolamento territorial em busca de mercados consumidores.

O atraso geral da economia era

confundido com a decadência do ouro em Goiás. Saint-Hilaire, Phol e D'Alincourt são apenas alguns dos viajantes europeus que passaram pela região goiana e descreveram, a seus olhos, a desgraça que se fazia presente aqui.

"Os viajantes, que passavam por Goiás com seus olhares repletos de progressos europeus, conseguiram vislumbrar a decadência comum a todos, imagem gravada como se fosse a memória de um povo, como se fosse a realidade vivida por todos e não como se fosse o desejo do que não viam: a imagem do progresso invertida na janela do tempo."

Mesmo com o discurso do atraso, Goiás se inseria numa economia de mercado, comercializando sua pecuária com outras localidades, tentando romper os limites desse seu isolamento. Borges, ao descrever tal quadro, escreve:

"A economia goiana, após a crise da mineração, tornou-se essencialmente agrária. As condições geográficas de Goiás, como estado interiorano quase isolado do resto do País pela falta de meios de transporte, faziam com que a economia regional se encontrasse, na sua grande parte, estagnada depois do esgotamento das minas; exceto o setor da pecuária, que ao longo do século XIX manteve-se organizado dentro de uma produção mercantil e exportando regularmente gado bovino para os mercados do Centro-Sul e Norte-Nordeste. Então, até as primeiras décadas deste século, a pecuária garantia as parcas divisas obtidas pelo Estado e a reduzida taxa de lucros do setor agrário regional."

Quanto à agricultura, como já foi dito, as dificuldades de escoamento da produção e também no que se refere ao armazenamento da mesma, não permitia o crescimento da atividade, tornando-a secundária em relação ao gado.

Pode-se perceber claramente que a expansão do capitalismo em Goiás esbarra na falta de meios de comunicação aqui presente, que dificultava sua ligação com o resto do país, principalmente com a região Centro-Sul. A economia se estrangulava por conta da ausência de um sistema viário adequado. Portanto, a presença do trilhos aqui serve para definir os novos rumos desse sistema.

A marcha do café em São Paulo e Minas Gerais provocou a necessidade de se incorporar novas terras à estrutura produtiva do Brasil. Goiás responde a esse problema nacional, por possuir uma vasta extensão territorial com grande potencial econômico. Bastava, portanto, criar as condições de transporte, para que a economia goiana atendesse à demanda nacional.

Em sintonia com o quadro mundial e nacional, a resposta para a ausência de um sistema viário eficiente em

Goiás chega através da construção das estradas de ferro na região, financiadas inicialmente pelo capital estrangeiro. É o moderno alterando profundamente as relações de produção nesse Estado. Desde a segunda metade do século XIX, a economia brasileira conhece a importância do trem para a sua sustentação. Agora é Goiás que prova o gosto desse meio de transporte. Como bem observou Borges:

"(...) uma das condições imprescindíveis para o capital expandir sua frente pioneira rumo ao Centro-Oeste seria a implantação de uma infra-estrutura de transporte que possibilitasse a ligação dessa região ao Centro-Sul. (...) o próprio capital se encarregou de construir, a partir da segunda década do século, a primeira via de transporte moderno para o Centro-Oeste: a Estrada de Ferro de Goiás."

O primeiro contato mais direto que a economia goiana teve com os trilhos aconteceu em 1896, quando eles chegam à cidade mineira de Araguari, distante poucos quilômetros de Goiás. Em 1906, é criada a Companhia Estrada de Ferro de Goiás, de caráter privado, para construir a linha e explorá-la de maneira econômica.

No ano de 1913, a estrada de ferro chega a Goiandira, cidade goiana localizada no sudeste do Estado. Posteriormente, outras regiões foram servidas pela linha: Ipameri, Urutaí, Pires do Rio, Leopoldo de Bulhões e Anápolis são apenas alguns exemplos.

Mesmo com problemas técnicos apresentados pela linha, a pouca eficiência dos serviços prestados pela companhia e tendo ainda os trilhos permanecidos estacionados na Estação de Roncador até 1922, não alcançando portanto a capital do Estado, a Estrada de Ferro de Goiás, com seus 233 km, passou a ser a principal porta de comunicação de Goiás com o resto do Brasil¹.

Goiás, com os trilhos da estrada de ferro, desperta as suas riquezas naturais, desenvolvendo uma próspera agricultura e fortalecendo uma pecuária que já era expressiva. O efeito multiplicador na economia local foi grande. A arrecadação fiscal, o comércio e uma agroindústria nascente cresceram de forma significativa, especialmente nas regiões próximas à estrada.

Doles ao tratar da fragilidade dos meios de comunicação em Goiás, resultado das políticas governamentais para o setor e do relacionamento da mesma com as populações indígenas da região, afirma que:

"A conjunção de fatores naturais e técnicos, a escassez de capitais, o fracasso da política do povoamento e de pacificação do índio e o longo período

de colonialismo, condicionaram o subdesenvolvimento e a fragilidade das comunicações e do comércio fluviais até o final do período colonial, impedindo a abertura do Centro-Oeste ao mundo exterior e que o Tocantins e o Araguaia cumprissem o seu destino histórico na tarefa de integração inter-regional e de reerguimento econômico da tão decadente província de Goiás.⁷⁶

De maneira incontestável, a presença dos trilhos da estrada colabora para a realização de certas transformações na economia de Goiás, como também em seu quadro político e social que vão estabelecer novas relações de poder local.

Podemos definir de maneira precisa o termo "moderno", que vem a ser aquilo que se refere aos tempos mais próximos de nós. Porém, não podemos nos limitar à simplicidade da definição aqui colocada, quando tratamos da questão da modernidade discutida no caso goiano.

Chaul, entende assim a distinção que o historiador francês Lefebvre faz entre modernismo e modernidade:

*"Lefebvre distingue modernismo e modernidade, enfocando a modernidade como um período ou um momento de reflexão crítica, enquanto o modernismo perpassa o tempo em busca do novo, concluindo que a modernidade seria, então, o resultado da reflexão sobre as transformações e as contradições do mundo moderno".*⁷⁷

Contudo, neste trabalho, partimos da idéia de que "o modernismo se insere no contexto da modernidade, buscando o novo, refazendo os caminhos das sociedades, em busca, quem sabe, do tempo perdido."⁷⁸

O que importa realmente para nós é que a modernidade se contrapõe à idéia de decadência e atraso que se construiu sobre o território goiano, basicamente a partir da interpretação que os viajantes europeus fizeram dessa região, todos com seus olhos voltados para o velho mundo, para a Europa.

A ferrovia pode ser entendida e vista como a própria encarnação da modernidade em Goiás. É o novo chegando e apitando para marcar sua presença. É o elemento que moderniza, dentro de uma visão do capitalismo como modo de produção dominante, a nossa economia e sociedade.

Martins, ao tratar do transporte ferroviário, afirma que o mesmo resulta numa mudança significativa dos padrões tecnológicos no mundo:

"Por toda parte a implantação das primeiras ferrovias concorreram para a possibilidade de um desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes, a introdução de profundas altera-

*ções na organização e nos métodos das atividades produtivas em geral, no incremento de outros setores, como por exemplo, a mineração e a indústria de bens de capital, e um aumento generalizado do número de empregos."*⁷⁹

Porém, muito mais do que o novo, as estradas de ferro estão relacionadas, para alguns, com o rompimento do atraso que permeia os estudos da economia goiana. Para grande parte dos historiadores goianos, Goiás, a partir da decadência da mineração, entra em profundo colapso. Palacin, um dos grandes expoentes da historiografia goiana, diz:

*"O mal mais profundo da decadência, e que está na raiz de todos os outros, é o desprezo pelo trabalho, o gosto da ociosidade. Nem se pode dizer que fosse uma doença privativa de Goiás, nem causada pela decadência da mineração, é um mal constitutivo da colonização do Brasil, alimentado pela instituição da escravatura. Mas nas minas, a decadência, se não criou, pôs em evidência todo o seu poder dissolvente. Todas as análises da decadência em Minas assinalam o desprezo pelo trabalho como a principal causa."*⁸⁰

Estudos mais recentes apresentam um novo tratamento à questão do atraso de Goiás, acreditando muitos mais num Estado integrando o processo de acumulação capitalista que se faz marcante no país. Assim, Borges aborda de outra forma tal assunto. Para ele,

*"O Estado de Goiás, com uma economia agrária inserida à divisão inter-regional do trabalho como produtora e exportadora de bens primários, deve ser visto historicamente não como uma região "atrasada" ou "periférica" dentro da economia nacional, mas como espaço econômico integrado ao processo de acumulação que comportava forma distinta de reprodução do capital e de relações de produção".*⁸¹

Um outro trabalho importante que discute a decadência de Goiás, diz respeito à tese de doutoramento de Chaul, onde ele diz que a visão dos goianos sobre o que poderia ser o atraso de sua terra é diferente da visão dos viajantes europeus:

*"(...) quanto ao tema da decadência, cabe observar o termo, decantado pelos viajantes, não encontrava correspondência na sociedade local, distante ainda dos moldes de produção capitalista, que os europeus ansiavam por ver no sertão de Goiás. A sociedade local não se via indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupação e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira".*⁸²

Entender Goiás como uma região pobre, atrasada, decadente, vinculada à

idéia de sertão, afastado do litoral onde para muitos reina o progresso e a felicidade, carece de maiores argumentos. Se a tão decantada decadência realmente existiu ou ainda existe, o que teria levado o capitalismo a investir grandes somas no transporte ferroviário em Goiás? Que Estado atrasado e isolado é esse que consegue por duas vezes ter um ministro da fazenda natural de suas terras, no caso Leopoldo de Bulhões, nos governos Rodrigues Alves e Nilo Peçanha? Em cima disso, várias discussões acadêmicas têm sido travadas. Fica difícil acreditar na presença do grande capital onde não existe a possibilidade do retorno econômico.

Mais uma vez reafirmamos a perfeita sintonia entre a modernidade e os trilhos da estrada de ferro. O apito do trem mexe com a economia goiana, não no sentido de acordá-la, mas de revelar grande parte de suas riquezas ao resto do território brasileiro. Com a ferrovia, acontece o aumento da produção agropecuária do Estado, muito especialmente da agrícola, ao se criar as condições para aquilo que já era conhecido pelos autóctones: uma expressiva economia primária envolvida sob o clima da decadência. Inegavelmente, os trilhos colaboram para a afirmação econômica de Goiás.

Em o "Despertar dos Dormentes", Borges afirma a presença de relações de mercado em Goiás:

*"Mesmo com o isolamento geográfico do Estado, a economia regional, nesse período observada no seu conjunto, já se encontrava organizada dentro da lógica das leis de mercado e se subordinava à produção agro-exportadora nacional".*⁸³

O discurso da modernidade acompanha os trilhos da estrada de ferro. É um passageiro fiel em seus vagões. Portanto, conhece bem o traçado ferroviário e todas as composições da "Maria-Fumaça". Para Campos, os políticos de Goiás, do início do século, tinham um discurso voltado para a manutenção do atraso como forma de manter o poder em suas mãos:

*"(...) com a finalidade de não perder o domínio total sobre Goiás é que afirmo que o atraso era uma forma de controle sócio-político". José Leopoldo de Bulhões, (...) é acusado de obstar o progresso de Goiás (...) E assim, conforme Moraes (1974), entre o progresso de Goiás e a hegemonia política do grupo, não vacilava em optar pelo segundo. E as maiores críticas a ele dirigidas referem-se, especialmente, à questão da via-férrea".*⁸⁴

A oposição ao governo de Goiás, tinha na modernidade, no novo e no progresso a base de sustentação para

todos os seus pronunciamentos. O atraso representava as práticas políticas identificadas com a oligarquia dos Caiado, quer dizer, com o passado e com o velho. Constantemente denunciavam o desprezo que o governo estadual tinha com as ferrovias que, para eles, eram sinônimo de modernidade. Machado expressa bem essa situação quando escreve:

"(...) a ação dos oligarcas propiciava a manutenção do atraso como forma de manter a dominação. Esta atitude veio a se chocar com as necessidades expansionistas do capitalismo nacional e se revela claramente na ausência de empenho da oligarquia dominante em multiplicar os trilhos da estrada de ferro, tão solicitado à época".¹⁵

Chaul destaca com clareza a tática que a oposição usava para justificar a sua ascensão ao poder, onde o discurso do novo se fazia presente para diferenciá-los dos demais:

"Esses grupos procuraram, na representação da modernidade, legitimar sua ascensão ao poder, procurando assim diferenciar-se dos grupos de postos. Para tal, utilizaram as idéias inúmeras vezes divulgadas, ao longo da História, da 'decadência' e do 'atraso' de Goiás, para caracterizar os adversários vencidos".¹⁶

Porém, o mesmo Chaul discorda da idéia de que as ferrovias não teriam o apoio da antiga oligarquia dominante, até porque foram eles muito beneficiados com a chegada dos trilhos, podendo através dos mesmos escoar suas produções, sejam elas provenientes da pecuária ou da agricultura. Assim ele afirma:

"Em todo esse processo, não nos parece evidente que os grupos políticos hegemônicos no Estado tivessem interesses diferentes dos grupos das regiões sul e sudoeste, com o desenvolvimento de um meio de comunicação que traria ao Estado um sentido mais amplo de modernização".¹⁷

Os trilhos provocam mudanças na economia regional, gerando um aumento na produção agropecuária e sua conseqüente comercialização, sendo que essa riqueza estava sendo gerada, principalmente, no sul, sudeste e sudoeste do Estado, exatamente onde se localizavam os maiores focos oposicionistas. É evidente que o poder econômico demanda poder político, e foi isso que aconteceu. A economia de mercado, sedenta por acumulação, assume uma postura progressista e de modernidade, que nem sempre é sua característica, que bem servia aos seus interesses.

Ora, na verdade a presença dos tri-

lhos da estrada de ferro em Goiás é resultado da nova divisão internacional do trabalho aqui presente, fruto do imperialismo que busca incorporar a economia goiana a seus desejos. Ela, a estrada, jamais pode ser compreendida como um processo autônomo, mas sim com o resultado da modernização que chega ao Brasil. Ao Estado de Goiás coube a responsabilidade de produzir alimentos para suprir, principalmente, o sudeste brasileiro envolvido com a produção cafeeira, além de representar um mercado consumidor em ascensão. Logo, a fumaça do trem se mistura com o cheiro do cerrado marcando por um longo tempo o destino dos goianos.

Paulo Borges Campos Júnior é Professor na FACH e na UCG. Especialista em Economia Agrícola e Mestrando em História na UFG.

1 CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da Construção da "Decadência" aos Limites da Modernidade**. São Paulo: USP, 1995. Tese de Doutorado. mimeog. p.10.

2 CHAUL, Nasr Nagib Fayad. op. cit. p.18.

3 BORGES, Barsanufu Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Editora UFG, 1990. p.51.

4 BORGES, Barsanufu Gomides. op. cit., p.55.

5 BORGES, Barsanufu Gomides. op. cit., p.77.

6 DOLES, Dalisia. **As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**

Goiânia: Oriente, 1973. p. 49-50

7 CHAUL, Nasr Nagib Fayad. op. cit., p. 139.

8 Idem, Ibidem, p.141.

9 MARTINS, Margareth G. **Caminhos Tortuosos: Um painel entre o Estado e as Empresas**

Ferrovias Brasileiras. São Paulo: USP, 1995. Tese de Doutorado. mimeo. p. 17-18.

10 PALACIN, Luís. **Goiás 1722-1822**. Goiânia: Oriente, 1982. p.195.

11 BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás: "Modernização" e Crise 1920-1960**. São Paulo: USP,

1994. Tese de Doutorado. mimeog. p.23.

12 CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Op. cit., p.229.

13 BORGES, Barsanufu Gomides. Op.cit., p. 52.

14 CAMPOS, Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 1987. p. 64.

15 MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: Um Tempo Um Carisma Uma História**

Goiânia: Cegraf UFG, 1990. p. 43.

16 CHAUL, Nasr Nagib Fayad. op. cit., p. 168.

17 Idem, Ibidem, p. 149.

O HOMO OECONOMICUS

Délio Moreira de Araujo

1 - A Filosofia Subjacente à Teoria Econômica

Um dos conceitos implícitos na teoria econômica clássica, e que desta passou para o pensamento neoclássico e contemporâneo, é o conceito do homem enquanto agente, isto é, do ser humano enquanto produtor de atividades e de iniciativas.

Nem sempre se explicita, nos textos de Economia, o que seja o ser humano e por quais motivos ou razões age dessa ou daquela forma. Simplesmente se expõe como as atividades econômicas ocorrem e quais são as leis que as regem. No entanto, dois dos luminares da escola clássica eram formados também em Filosofia: Adam Smith, que foi mesmo professor de Ética, e Thomas Robert Malthus, que estudou Filosofia durante seus estudos eclesiásticos.

Para se conhecer suficientemente a base lógica da ciência econômica não se faz necessário dominar e nem sequer se ter uma formação filosófica específica; no entanto, é muito interessante ter algum conhecimento sobre como e por quê o ser humano age, inclusive nas atividades econômicas, e como se entendia o ser humano na época de gestação do pensamento econômico da Escola Clássica.

Expor sucintamente essa concepção é o que se pretende fazer através do presente artigo, embora seja este despretensioso e, devido ao laconismo que o reveste, seja igualmente pouco profundo no enfoque do assunto.

Ao tempo de Smith e Malthus, o latim era língua cujo conhecimento se considerava indispensável para o domínio da Filosofia e de outras ciências. Antes deles, o latim chegou a ser língua comum para a divulgação do conhecimento científico. Copérnico escreveu em latim sua teoria heliocêntrica, Newton expôs suas idéias também na língua de Virgílio e Cícero. Galileu Galilei, o pai da Física moderna, escreveu suas obras científicas na língua do Lácio, assim como faria Bacon, o pai da moderna filosofia da ciência. Na prática, quase todos os cientistas do Renascimento e dos séculos XVII e XVIII conheciam o latim, inclusive Smith e Malthus. Daí o título do presente artigo: O Homo Oeconomicus, isto é, O Homem Econômico.

2 – O Conceito de Ciência Econômica

O primeiro passo lógico, em qualquer abordagem científica, é definir o termo ou o conceito. Isso, segundo a Filosofia aprendida por Smith, se deve à necessidade de se ter clareza a respeito do que se deve entender através dos termos de uma sentença ou através de um vocábulo. Sem a conceituação adequada não se chega ao conhecimento de nível científico e se fica no patamar mais baixo, que é o do conhecimento vulgar ou popular. Ora, o conhecimento científico situa-se em degrau superior ao do conhecimento vulgar e parte de conceitos verificados, claros e bem definidos.

Então, o que é o conhecimento econômico científico, ou seja, a ciência econômica?

A Economia é o conjunto organizado e sistematizado de conhecimentos relativos à ação do homem enquanto este é agente da produção, da distribuição e do consumo de bens materiais, bem como da formação e da distribuição da riqueza agregada de uma sociedade humana. Esse conjunto é obtido mediante a observação dos fatos, sua análise, sua identificação das causas e dos seus efeitos e implicações no passado, no momento e previsíveis no futuro. E a observação, a análise, o diagnóstico e o prognóstico devem ser conduzidos mediante métodos próprios de cada ciência. Portanto, a Economia tem métodos próprios de pesquisa de seu objeto e deve fazê-los evoluir à medida em que os fatos passam a exigir processos novos de observação e de análise.

Como o leitor já deve ter deduzido, os iniciadores da ciência econômica raciocinavam de acordo com a lógica filosófica aplicada às ciências. Esse passo gigantesco foi disparado pelo também inglês Francis Bacon, 1561-1626, político, ensaísta e Lorde Chanceler da Inglaterra, Barão de Verulam e Visconde de Saint Albans. Sua obra filosófica mais importante pode ser resumida na menção da *Instauratio Magna* (como se vê, escrita em latim e cujo título poderia ser traduzido por "O Progresso do Saber") e do *Novum Organon* (novo método de pesquisa, e que definitivamente separou a Filosofia da Ciência da epistemologia original de Aristóteles, este talvez o mais gigantesco dos filósofos).

A Filosofia da Ciência, de acordo com Bacon e outros vultos que o seguiram, é a parte da Filosofia que tem por objeto o estudo do conjunto de princípios lógicos formais que são comuns a todas as ciências ou a um ramo de uma dada ciência. Entende-se por princípio

lógico formal aquela proposição obtida mediante a observação de fatos reais, isto é, realmente ocorridos, proposição que é racionalmente irrefutável e que norteia e deve nortear a obtenção e a condução do raciocínio científico. Exemplos de princípios lógicos formais: todo ser vivo um dia deixa de viver; na natureza material nada se cria e nada se perde, mas tudo se transforma; o ser humano é animal racional; o ser humano age porque prevê uma utilidade em seu ato; o comportamento do ser humano é diferenciado de acordo com o sexo do agente, sendo as diferenciações determinadas por fatores inatos e por fatores adquiridos.

De acordo com a Filosofia da Ciência, a Economia é, portanto, a ciência factual que tem por objeto estudar os fatos representados pelas atividades humanas de produção, de distribuição e de consumo de bens materiais, e estudar também os fatores que induzem essas atividades e as conseqüências destas últimas, isto é, tanto as causas como as implicações das atividades de produção, distribuição e consumo de bens materiais.

Entende-se por bem material qualquer mercadoria ou serviço que o ser humano ou produz ou adquire. A aquisição se dá por troca, ou seja esta um escambo (troca direta de mercadorias), ou mediante pagamento em moeda, ou através de doação, isto é, recebendo sem nada oferecer em contrapartida.

O leitor já concluiu que o sujeito de qualquer fato econômico envolve sempre um ser humano vivendo em sociedade porquanto, caso não viva em sociedade, não haverá troca e, conseqüentemente, não se trata de atividade econômica. Por essa razão, a atividade econômica é uma atividade social e a Economia é, por sua vez, uma ciência social, isto é, tem por objeto o ser humano vivendo em uma sociedade na qual ocorrem trocas de bens materiais. Para isso, a Economia tem por objeto estudar também como se forma a riqueza material de um grupo humano, seja este de natureza familiar, local, nacional ou internacional, e quais são as leis que regem tais atividades enquanto estas são resultado da ação humana. Logo, a Economia se ocupa de fatos materiais realmente ocorridos (esse é o sentido do termo "factual"); entretanto, isso não significa que não tenha, enquanto atividade humana, que se subordina a princípios superiores à ordem material. Ao contrário, a atividade econômica, como qualquer outra atividade humana, deve subordinar-se à Ética, ou seja, à Moral.

Como se deduz, a riqueza intelectual e lógica representada pelo conteúdo filosófico embutido na lógica dos

progenitores da Escola Clássica, lógica que foi exposta acima de modo extremamente sumariado e superficial, é na realidade, riqueza imensa e impossível de ser exposta em um curto artigo.

3 – ADAM SMITH E THOMAS MALTHUS

Para que se compreenda melhor o substrato filosófico dos iniciadores da Escola Clássica, pode ser interessante conhecer, embora rapidamente, alguns detalhes da vida desses autores econômicos.

Adam Smith (1723-1790), escocês, professor universitário de ética, é considerado o iniciador do raciocínio econômico clássico. Estudou na Universidade de Glasgow e na Universidade de Oxford. Foi em 1751 que se tornou professor em Glasgow, na Escócia. Aí lecionou Lógica e Ética. Seu livro "A Teoria do Sentimento Moral" tornou-o conhecido como intelectual da ética e como pedagogo. Esse fato fez com que fosse convidado para ser tutor do então jovem Duque de Buccleuch; acompanhando-o em sua formação acadêmica, Smith efetuou viagem à França. Quando voltou à Inglaterra, em 1776, Smith foi agraciado, pelo padrao do Duque, com uma pensão anual, que lhe permitiu deixar o magistério e dedicar-se à composição da obra "A Riqueza das Nações" e aos estudos particulares nos dez anos seguintes. "A Riqueza das Nações" teve cinco edições ainda em vida do autor, mas quase não teve influência na política econômica da Inglaterra e da Europa continental até o início do século XIX, quando suas idéias econômicas começaram a ter enorme repercussão.

Foi de 1764 a 1766, quando esteve na França, que teve a oportunidade de conviver com Quesnay, o conhecido autor fisiocrata do *Tableau Économique*, e com Turgot, que foi primeiro ministro do império francês e também autor econômico. Durante sua estadia na França, pode Smith melhor analisar os problemas econômicos, sociais e políticos da Europa continental de seu tempo e suas implicações econômicas. De volta à Inglaterra, adicionou à experiência intelectual obtida na França as verificações da revolução industrial em seu país. Dessa dupla experiência, factual e intelectual, brotou a obra, publicada em 1776, intitulada "An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of the Nations", ou seja em português, "A Riqueza das Nações: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas".

Nesse livro, Adam Smith expõe o valor da iniciativa individual nas atividades econômicas sobre o autoritaris-

mo controlador do Estado, como ocorria na França e nos países ibéricos. O absolutismo se mostrava menos eficiente, em termos de formação da riqueza nacional, nas nações absolutistas e de governo autoritário. As necessidades e os interesses individuais são melhor atendidos em situação de livre iniciativa. A mão invisível, isto é, a providência divina (Smith introduz, nesse ponto, um ponto de vista teológico em seu pensamento econômico) harmoniza os interesses individuais e coletivos, embora sempre ocorram conflitos na conciliação desses interesses. Para Adam Smith, portanto, não existe sociedade perfeita no sentido de que não ocorram dificuldades econômicas, sociais e políticas, pois tais percalços decorrem da imensa variedade de personalidades existente entre os seres humanos e as situações da realidade objetiva.

A ordem social e o progresso humano podem atingir elevados níveis em uma sociedade desde que os indivíduos se esforcem por superar o egocentrismo e possam seguir, simultaneamente, seus interesses particulares. Assim, a livre iniciativa e a livre empresa poderiam ser mais eficientes que a mão autoritária e centralizadora dos governantes absolutistas quando se trata de produzir riquezas materiais e, conseqüentemente, riquezas intelectuais e culturais para uma nação. Adam Smith, portanto, tenta diminuir a atração política exercida pelo dirigismo estatal prepotente sobre os detentores do poder de governo e sobre os reformistas sociais da época.

O trabalho, e não o acúmulo de metais preciosos e de moeda, era a origem da riqueza de uma nação. Portanto, Smith se afasta do culto ao mercantilismo continental da Europa de então e ao absolutismo das monarquias européias. Daí o seu liberalismo tanto na economia como na política e na gerência do Estado. Daí, também, a reação de muitos pensadores, até mesmo atuais, à doutrina social e política implícita no pensamento econômico de Adam Smith.

Também Thomas Robert Malthus freqüentou a Universidade de Cambridge. Nasceu em 1766, em Surrey. Ao se preparar para a carreira eclesiástica na Igreja Anglicana, teve que estudar Filosofia e Teologia. Da primeira retirou princípios do comportamento humano. Da segunda, uma sólida formação ética. Sobre a combinação desses dois subsídios intelectuais, Malthus propõe, na obra "An Essay on Population", publicada em 1798, o procedimento ético-moral que os casais deveriam manter para controlarem a prole. Malthus é altamente ético em suas recomendações, sendo pois falso que apoiaria o

aborto e outras práticas antiéticas e imorais que teriam por fim limitar a gestação e a prole.

Amigo do também inglês David Ricardo, outro expoente da Escola Clássica, Malthus com este discutia assuntos econômicos, nele influenciando nas idéias relativas às atividades produtivas, inclusive na teoria da renda da terra.

Suas principais obras sobre Economia são "An Inquire into the Nature and Progress of Rent" e "Principles of Political Economy".

Thomas Robert Malthus lecionou História e Economia Política até sua morte, ocorrida em 1834.

4 – O SER HUMANO ENQUANTO AGENTE DO FATO ECONÔMICO: O HOMO OECONOMICUS

Quais são os princípios fundamentais do comportamento humano ao agir, inclusive no agir econômico?

Smith e Malthus procuraram fundamentar-se na Filosofia para estabelecer as bases do comportamento econômico. Mais tarde, com o desenvolvimento da Psicologia, os Neoclássicos definiram melhor esses princípios.

Entende-se por princípio aquela verificação que é universal e inegável, e portanto se aplica a todas as situações, ao menos em teoria. Vejamos, de acordo com o conteúdo das principais obras econômicas de Smith e Malthus, os princípios subjacentes do comportamento humano.

Primeiro, o ser humano age sempre por algum tipo de utilidade. Isto é, age por causa de algum benefício ou vantagem para si próprio e, em circunstâncias várias, também para benefício de terceiros. O monge que vive em seu retiro o faz porque, agindo desse modo, se mantém melhor no agrado de Deus e se sente mais útil ao próximo. O político se torna candidato porque vê, nesse ato, alguma vantagem ou para seu partido, ou para a comunidade, ou para si mesmo. A caridade cristã é também uma utilidade do mais elevado nível: a pessoa caridosa atende simultaneamente à doutrina cristã e a uma necessidade de outrem, o que é extremamente útil para si, pois se aperfeiçoa, religiosamente falando e, ao mesmo tempo, é altamente útil para a sociedade. Assim, o egocentrismo e o egoísmo são condenáveis, muito embora possam ser úteis para o indivíduo. Logo, a utilidade de um ato humano não o justifica se o mesmo ato for ruim ou mau pelas intenções do agente, ou se sua finalidade ou suas conseqüências o forem. O ato humano deve ser bom, ou seja correto, sob todos os aspectos, para que seja considerado certo. Ora, tal doutrina implica em

que o ser humano deve ser moral, ou ético em todos os seus atos e em todos os aspectos do ato.

Do conteúdo do parágrafo anterior, filosoficamente se infere que o ser humano não é somente um animal racional, mas é, também, ético ou moral. Portanto, o conceito de ser humano como sendo somente animal racional é, antes, um conceito incompleto. Logo, o valor do ato humano depende do fato de ser bom ou certo em todos os seus aspectos.

Quanto aos efeitos do ato humano, qualquer ato produz efeitos na sociedade em que vive, pois o homem é um animal social. Logo, o ato bom ou certo é socialmente bom, isto é, contribui para o bem da sociedade. Ao contrário, o ato mau ou errado é anti-social, isto é, prejudica o bem da sociedade.

O ato errado ou mau admite diversos graus de gravidade. Por isso, um ato humano errado pode ser pouco prejudicial à sociedade, enquanto outro pode ser altamente danoso para o bem público. E por que são praticados atos extremamente maus, como o assassinato, o assalto, o aproveitamento do cargo ou da função pública em benefício pessoal ou de grupos? Porque, de algum modo, são úteis para quem os pratica. Portanto, a utilidade de um ato não o justifica de maneira alguma se o ato for errado ou mau.

A doutrina da Ética ou da Filosofia Moral se aplica a todos os tipos de atos humanos, de atos grupais, de atos dos governantes e dos governados. Aplique-se, pois, a todas e quaisquer situações.

As atividades econômicas são, portanto, praticadas por sua utilidade para o agente econômico. O agricultor cuida de sua lavoura porque dela retira o sustento próprio e da família e, mediante o comércio dos excedentes, obtém o dinheiro necessário para adquirir os bens que não pode produzir por si mesmo, ou obtém recursos para poupar, isto é, para fazer frente a necessidades futuras, pois o futuro não é previsível na maior parte das situações factuais. Caso aja dentro dos princípios éticos expostos, seu ato econômico não pode ser taxado como errado. Portanto, esse tipo de "individualismo" não pode ser condenado. Quando se coíbe o individualismo-sadio, se coíbe também o interesse das pessoas em progredirem mediante sua própria iniciativa e a se esforcem para atingirem objetivos sociais e econômicos. Nessa situação as pessoas passam a implorar ao poder público a solução de problemas que deveriam ser de solução individual. Daí o que hodiernamente se denomina paternalismo vem a ser condenável, porque o paternalismo tende a atender

primeiramente aos objetivos do dominador ou do grupo deste e não aos objetivos maiores da sociedade. Nesse caso, o paternalismo é praticado por egoísmo, isto é, por interesse em subordinar, de algum modo, o ser humano ou a sociedade aos objetivos do dominador ou de seu grupo.

Como se vê, a doutrina ética ou moral subjacente à doutrina econômica de Malthus e Smith é altamente ética. Erram, por conseguinte, os que os acusam de antiéticos e acreditam que o liberalismo contido nas obras dos iniciadores da Escola Clássica é ou anti-social, ou anticristão, ou antievangélico, ou que prega a dominação dos fracos pelos fortes, e do trabalhador pelo capital, e que prega a sede do lucro.

A reação contra a ética inserida na doutrina econômica clássica foi combatida especialmente por três motivos. Primeiro, por não terem os opositores aprofundado a vertente ética de Smith e de Malthus. Segundo, porque as tendências socialistas tendem a simplesmente negar validade à livre iniciativa e enxergam nesta última um erro doutrinário irreparável. Em terceiro lugar, ainda era um tanto forte, ao tempo de Smith, Malthus, Ricardo e outros, a influência da rigorosíssima moral medieval, a qual era considerada, especialmente nos meios religiosos, como sendo o parâmetro ideal para a ação humana orientada pelo cristianismo.

Para que o leitor tenha um idéia do rigor moral medieval, mencione-se um fato muito elucidativo (Cfr. FUSFELD, Daniel R. "The Age of the Economist", Glenview, Illinois: Scott, Foresman & Co, 1966, p. 3): um monge comprou, por ocasião de uma peregrinação a Roma, um magnífico cálice de prata para o culto em sua catedral na Alemanha (entenda-se na Alemanha atual). Na viagem de volta, aproveitando a companhia de uma caravana de mercadores germânicos para não viajar sozinho, teve ocasião de mostrar aos companheiros de viagem o belíssimo cálice. Interrogado quanto ao preço do mesmo, disse quanto havia pago pela artística obra. Os mercadores o elogiaram pela compra e pelo preço pago, na realidade bastante baixo. O preço real deveria ser um tanto mais alto, disseram os mercadores. O monge sentiu remorsos por haver regateado no preço e voltou imediatamente a Roma para devolver a diferença ao vendedor, pois queria ficar em paz com a consciência, embora não tivesse tido o desejo de impor sacrifício ao ourives que lhe vendera o cálice!

O ser humano age também condicionado por hábitos. Estes podem ter

origem em fatores inatos ou podem ser adquiridos. Os hábitos, se forem certos ou bons, denominam-se virtudes. Se forem maus ou errados, denominam-se vícios. Estes não podem ser aceitos nem admitidos, porque são, por sua própria natureza, intrinsecamente errados ou maus. A mentira pode tornar-se um hábito decorrente da repetição de mentiras, mas o mentiroso dela se serve devido à utilidade ou vantagem que vê na mentira. Há hábitos que são tão naturais que não os consideramos hábitos adquiridos apesar de o serem. Por exemplo, a linguagem ou fala, que é adquirida pela criança mediante a repetição imitativa de atos dos mais velhos, atos praticados quanto estes a ela se dirigem. Os hábitos podem ser aperfeiçoados e o ser humano também o pode. Isso se dá através da Educação. Desde o berço a criança está sendo educada, pois está recebendo orientação sobre o modo como deve agir no futuro. Daí que a Educação em Moral e Ética desempenha função primordial na formação de bons cidadãos e de seres humanos, pois os molda para agirem corretamente. A Educação, como atividade social, não deve ser dominada pelo Rei, hoje diríamos pelo Estado, porque o mais provável é que venha a descambar para a dominação ideológica da sociedade pelo governante.

Por sua vez, a educação é o instrumento mais apto para alçar o ser humano a degraus sempre mais altos de vida social e econômica quando plasma a pessoa para sempre agir corretamente e de maneira sempre mais atualizada. Por isso, a educação sempre é de longo prazo e divide-se em "educação fundamental", que é adquirida no lar desde o primeiro instante de vida e nos primeiros anos da existência; em "educação formal", que é adquirida nas escolas, e em "educação complementar", que é aquela que se adquire mediante recursos diversos (leitura, estudos, consultas, influências sociais e grupais, etc.), após o período escolar. Assim sendo, a "educação" somente termina com a morte da pessoa. A preocupação mais importante da Educação deve ser formar hábitos bons no ser humano e transmitir-lhe os conhecimentos necessários para sempre progredir qualitativamente na vida em sociedade. Através da educação boa e certa dos indivíduos é que a sociedade progride; caso não o seja, a sociedade involui e surge o que se denomina, na linguagem atual, desigualdades e desajustes sociais.

Como se vê, o substrato ético e comportamental que imbuíu os dois pais da Escola Clássica não pode ser condenado. Talvez nem sequer criticado. Seus

críticos o criticam antes por desconhecimento do conteúdo correto das suas obras filosóficas e éticas, sendo mais comum a crítica por desconhecimento e por generalização. Por exemplo, se há individualismo, necessariamente a doutrina é condenável. Ora, é preciso atentar qual tipo de individualismo se propõe. Esses autores não admitem o individualismo egoístico e nem o individualismo dominador. Individualismo, para Smith e Malthus, significa liberdade consciente e ética para que o indivíduo escolha o que é melhor para si, sem contudo ferir o bem maior da sociedade.

Interessante é que, de acordo com a ética ou moral implícita nos escritos desses autores clássicos, o ser humano tem obrigação de corrigir seus atos errados e seus atos maus. De outro lado, a autoridade pública, em nome da sociedade, deve cobrar a observância das regras sociais e exigir a correção dos atos errados ou maus. E por qual motivo a autoridade pública tem essa obrigação, que também é de natureza ética? É porque a autoridade pública emana do consenso do grupo ou sociedade. As regras sociais, as leis e as regulamentações devem passar pelo crivo da sociedade através dos representantes desta no poder público, ou seja no governo.

Toda sociedade tem custos. Nada há que seja gratuito. O que é gratuito para alguém é custeado pelos membros da sociedade que pagam tributos. O membro da sociedade, portanto, tem obrigação ética ou moral de pagar os impostos. É antiético, por conseguinte, sonegar tributação, seja esta imposto ou taxa. Mas a carga tributária deve ser proporcional à capacidade econômica do indivíduo: não é, todavia, antiético nem imoral tributar desigualmente caso a desigualdade seja estabelecida em função da capacidade econômica do indivíduo. Altamente antiéticas e anti-sociais são as isenções, as mordomias, os privilégios de grupos e de pessoas, as pensões acima da média, os pagamentos em função da "dignidade" do ocupante de cargos públicos, os salários estabelecidos em função do cargo e não da "produção" do indivíduo...

Seria longo alinhar todos os aspectos éticos ou morais contidos nas obras não econômicas de Smith e de Malthus. Por esse motivo, bastam as considerações contidas neste texto, embora sejam muito incompletas e superficiais, para se ter uma idéia, reconhecidamente imperfeita, do fato de que o homo oeconomicus deve, antes de tudo, agir de modo ético e moral.

Délio Moreira de Araujo é professor da Universidade Católica de Goiás.

A relação universidade/sociedade e a produção do saber

Maria Antônia Gomes

O presente trabalho constitui uma reflexão sobre a relação universidade/sociedade e a produção do saber, objetivando compreender as manifestações e os limites que são impostos à vida universitária.

Ao enfocar a relação universidade e sociedade parto do pressuposto que não tem sido fácil estudar essas relações, uma vez que:

Existe uma ambígua relação de fascínio e estranheza, atração e rejeição, e ao mesmo tempo de amor e ódio entre as sociedades e as universidades (MORAIS, 1995:9)

É com fascínio e estranheza que, ao abordar a universidade enquanto instituição, não podemos negar que esta é resultado do processo de produção da existência humana, em determinadas e objetivas condições históricas. É produto da ação do homem que, ao se apropriar do mundo, forja as suas próprias circunstâncias, assinalando o seu tempo e o seu lugar. Há, assim, uma intervenção do sujeito no seu processo de criação e, por isso mesmo, deve-se perceber a universidade não como uma "coisa em si", mas como a expressão das relações que os homens estabelecem entre si, ao produzirem as condições materiais e espirituais de sua existência. "Com efeito, estamos diante de processos históricos-sociais, de acontecimentos, e não de fatos" (COELHO, 1995:21).

A universidade é, portanto, processo histórico e se constitui como uma realidade concreta, uma instituição essencialmente educativa e, assim, falar em universidade é falar em educação.

I. Universidade - instância do saber: Todo saber, sabemos nós, é histórico. E falar em educação é falar da própria história da humanidade. Em todos os lugares o homem educou e foi educado. Qualquer que tenha sido a organização social, nela sempre a educação se fez presente, com diferentes perspectivas e para diferentes classes sociais.

A história da educação é um cam-

po de estudos e pesquisa que envolve os homens desde o Egito antigo, Grécia, Roma clássica, as sociedades da Idade Média e todos os estados-nações da modernidade ocidental até as atuais sociedades contemporâneas, demandou características mais ou menos distintas que foram alinhavando a trajetória da construção do saber, da formação dos homens, das próprias sociedades e do pensamento humano.

Estas características estão marcadas por uma intencionalidade, que apresentam pressupostos baseados em fatores econômicos, sociais, culturais, enfim nas distintas ideologias de cada período. Tudo aquilo que foi produzido pelos gregos era fruto de seu tempo, sua cultura. O mesmo se aplica aos romanos e a quaisquer outros povos nos distintos períodos históricos.

Embora a Grécia tenha sido considerada o berço da civilização ocidental e tenha alcançado avanços consideráveis em todos os campos do saber, é na Idade Média que surge um novo tipo de saber, que vai se expressar na figura do intelectual. Esse intelectual que aparece na Idade Média se desenvolve nas escolas urbanas do século XII e se expande a partir do século XIII nas universidades. Os intelectuais são os que fazem do pensar e do ensinar seu pensamento uma profissão. "Os intelectuais do século XII têm o sentimento vivo de construir o novo e de serem homens novos" (LE GOFF, 1995: 23).

Assim, apesar de ter os gregos como precursores, a universidade é uma instituição com característica do período medieval. "O século XIII é o século das universidades" (LE GOFF, 1995:59). Tais instituições se tornaram centros de profissionalização, de estudos clássicos e de disputas teológicas e filosóficas.

Ao longo do século XIII foram desenvolvidas certas características na estrutura da universidade, tais como nome e localização centralizados, professores com relativa liberdade acadêmica, corpo discente, aulas em torno de seminários, outorga de diplomas e estrutura administrativa com centros ou faculdades que prevalecem, ainda, nas universidades contemporâneas.

Le Goff afirma que a corporação universitária parisiense pode ser tomada como exemplo típico. Ao longo do século XIII, ela definiu ao mesmo tempo sua organização administrativa e sua organização profissional. Até então ela se compunha de quatro faculdades: Ar-

tes, Decretos ou Direito Canônico, Medicina e Teologia (1995:64/65). Sem dúvida, a universidade medieval e toda a sociedade daquela época estavam envolvidas com a reflexão filosófica.

É com o advento da imprensa que a universidade soma à busca da verdade também a acumulação de sabedoria. Essa transformação mudou o ato pedagógico, uma vez que antes, mestres e estudantes formavam uma comunidade de iguais e, a partir do século XV, passaram a ser distintos. Foi nesta ocasião que apareceu a universidade institucionalizada em sua estrutura acadêmica e em seu currículo. "Assim, os humanistas abandonam uma das tarefas capitais do intelectual: o contato com a massa, o laço entre a ciência e o ensino" (LE GOFF, 1995: 123).

Durante o Renascimento, como não poderia deixar de ser, a Universidade sofreu transformações, como a própria sociedade que também sofria transformações econômicas, sociais, culturais, religiosas e de mentalidades.

Com o insurgimento de uma nova organização econômica - o modo de produção capitalista - que introduz alterações radicais na forma de elaboração dos bens necessários à vida, conseqüentemente aquelas instituições do saber que são as universidades, são as que serão mais drasticamente desafiadas: pois sofrerão demandas para se incorporarem à dinâmica mercantil em curso.

Isso significava reformulação do seu modo de inserção ao mundo, uma vez que tudo aquilo que lhe era característico: isolamento, beatitude e separação entre pensar e fazer deixaram de ser critérios definidores para o social. Assim as Universidades devem apresentar uma nova especificidade, qual seja, a de promover uma ligação entre o pensar e o fazer, com vistas à produção de saberes condizentes com as necessidades do novo processo produtivo e social.

A forma como as universidades se organizam nas sociedades as quais se inserem, durante a fase inicial do capitalismo, ou seja, como acontece este processo na França, pós-Revolução Francesa, na Inglaterra e Alemanha pós-Revolução Industrial, passa necessariamente pelos encaminhamentos de ordem pragmática do sistema econômico-social que se instala, e isto significa atribuir as universidades novos papéis e novas funções.

O tipo de universidade

implementado na França contrapõe-se ao humanismo, concepção filosófica de sustentação da Universidade da Idade Média, surge assim:

Um novo humanismo fundado na ciência e comprometimento com a problemática nacional, com a defesa dos direitos humanos, empenhados em absorver e difundir o novo saber científico e tecnológico em que se baseava a revolução industrial (RIBEIRO, 1978:52)

A universidade inglesa nesse período esteve simultaneamente por um lado, formando profissionais competentes para os cargos de direção e por outro, preparando operários técnicos de qualificação diferenciada para o novo desenvolvimento do capitalismo em sua fase industrial..

A Alemanha, diferentemente da França e da Inglaterra, já nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo, ensinou e promoveu as ligações entre pensamento e prática. No século XIX, Humboldt, o idealizador da universidade alemã, passou a visualizar a atividade universitária como uma busca incessante de conhecimento e como uma procura de novas verdades. Seu modelo enfatizava não só a filosofia, mas também, a ciência através da pesquisa e do ensino de pós-graduação. O ensino e a pesquisa passaram a ter como princípio a liberdade acadêmica.

A influência de Humboldt se espalhou pela Europa e chegou até ao continente americano. Isso refletia a nova concepção de ensino superior, com um caráter democrático e emancipador, que destrutura o sistema das disciplinas clássicas humanistas, forjando um currículo moderno, que incorpora as novas profissões e ciências consoantes às necessidades do capitalismo.

II - A Universidade Brasileira - Desde que as universidades surgiram como instâncias sociais mais elevadas do saber institucionalizado, passaram a sofrer modificações em seu desenvolvimento, alterações estas no seu processo de secularização e laicização que remonta ao Renascimento. Entretanto, a universidade continua sempre sendo vista como o lugar por excelência de qualificação intelectual e profissional. "As universidades devem ser lugares de investigação, documentação, criatividade e ensino" (MORAIS, 1995:21). Isto quer dizer que encaminham o processo do saber/fazer pertinente a cada área do conhecimento que a sociedade demanda para sua continuidade no tempo e

espaço social histórico.

Neste ponto, torna-se inevitável o questionamento quanto ao grau de aproximação e compromisso que cada instituição universitária mantém com a sociedade que a criou, a subsidia financeiramente e acolhe. Desse modo a universidade é entendida como uma das manifestações da vida social, e como tal, um processo histórico, expressando a relação com a sociedade à qual está inserida, e estabelecendo com esta, diferentes níveis de mediação.

As universidades são partes componentes de sistemas complexos, porque são produtoras e disseminadoras de conhecimento em seus próprios países, além do que participam direta ou indiretamente, de um sistema internacional no qual de forma intencional ou não, interagem com instituições estrangeiras (MORAIS, 1995:19).

Tal visão permite-nos compreender a universidade brasileira, a forma como esta se relaciona com a sociedade e como é o processo de sua inserção na ordem internacional do conhecimento.

Se na Europa, as universidades possuem uma tradição de séculos, no Brasil sua história é recente, datando do século XX. "Afim é concebido que temos universidades sem que tenhamos acumulado tradição universitária em sentido amplo" (MORAIS, 1995:67).

A concepção de universidade no Brasil ainda é por demais confusa e até controversa, uma vez que ela está por descobrir sua verdadeira identidade e sua função na sociedade, para isso necessário se faz fortalecer-se como instituição e como organização complexa, reflexo da sociedade que se engendrou.

Tal situação talvez se remonte ao processo de colonização do Brasil, que represou novas expressões nacionais, impondo-nos férreo cerco de isolamento já a partir do século XVI, como adverte Alceu Amoroso Lima:

Portugal manteve a colônia em rigoroso isolamento. Uma cortina de ferro já havia, naquele tempo, entre o Brasil, as nações Hispano-Americanas e América do Norte (...) fomos o povo que mais tardiamente teve instituições universitárias (1951: 167-168).

Essas universidades desenvolvidas nas Américas de inspiração napoleônica, estiveram voltadas para o ensino profissional, com caráter automático e de simples justaposição de faculdades para depois, mais precisamente na década de 60, resvalar para o mo-

delo americano.

Ainda em relação ao surgimento da universidade brasileira, Amoroso Lima, afirma: "Tivemos literatura antes de ter cultura, e tivemos cultura antes de termos universidade" (1951:171).

Enquanto as colônias espanholas possuíam seis universidades ao final do século da conquista e 19 por ocasião da independência; a América inglesa possuía nove universidades quando se tornou independente. O Brasil, em 1940, possuía apenas 21.235 estudantes universitários e formaram-se seis universidades por aglutinação de cursos... o nosso atraso em relação aos principais países da América era evidente (FILHO, 1995:33)

Nesse contexto, não refletindo as necessidades reais do país, a universidade brasileira constituiu-se de forma retardatária. As contradições existentes na sociedade se resvalam também para dentro da universidade, uma vez que é permeada por esta, revelando uma das dimensões da dinâmica social.

A Universidade do Rio de Janeiro foi fundada em 1920. A criação da Universidade Federal de Minas Gerais se deu em 1927, obedeceu a técnica de organização por aglutinação. A Universidade do Rio Grande do Sul surgiu de forma diferente das de Minas e do Rio, pela diferenciação de uma única unidade, a Escola de Engenharia. Segundo L.A.Cunha foi aí que se fez pela primeira vez no Brasil pesquisa tecnológica dentro do ensino universitário (CUNHA, 1980:190).

A fundação da Universidade de São Paulo, traz consigo a peculiaridade de um ato político. Ao perder a hegemonia política com a Revolução de 30, o Estado busca através da elite Paulista conquistar esta hegemonia por outras vias. A base de criação da USP seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde se desenvolvia a pesquisa em tempo integral, ficando a aplicação desse conhecimento para as escolas profissionais. A instituição seria autônoma do ponto de vista administrativo, acadêmico e formaria a elite cultural, dinâmica, capaz de assumir a liderança do país.

O modelo adotado pela USP recebeu influências francesa, inglesa e, em alguns casos americana, sem que houvesse predomínio de qualquer deles. Essa convivência com modelos de orientação diferentes, os contrastes com a centralização vanguardista fez da USP o estabelecimento de ensino e pesquisa

mais importante do País.

A partir de 1945 a sociedade brasileira defronta-se com uma nova forma de organização política, um regime com características democráticas. Na década de 50 e início da década de 60, esboçaram-se na sociedade brasileira movimentos que apontavam para a implantação de uma sociedade menos submissa e portanto mais democrática. A universidade teve papel fundamental neste momento de riqueza e efervecência do saber. Coube a esta o papel de organização de novas forças e novos atores sociais, o cinema novo, o teatro popular, os movimentos estudantis, entre outros. Este processo foi abruptamente interrompido pelo golpe militar de 64.

É apenas na década de 70 que começou de forma mais intensa e generalizada a pesquisa na universidade brasileira, com a implantação da reforma universitária de 1968. Esse modelo norte-americano herdado da universidade de Humboldt prevalece ainda hoje no sistema universitário do Brasil.

Essa reforma é um dos resultados do período de transformação no sistema educacional brasileiro, e estas enquanto consequências do golpe de Estado de 1964, quando implementaram-se substanciais mudanças na política econômica do país e em todas organizações da sociedade.

A relação universidade/sociedade nesse período reflete a influência da filosofia tecnicista de caráter reprodutor tal e qual é apresentada nas linhas diretivas dos órgãos gestores do Estado, subordinado à política do acordo MEC-USAID. E assim, o ensino superior deveria ser mais diversificado em cursos para as carreiras liberais e para as profissões técnicas.

A partir de 1980, findo o regime militar, afloram os debates sobre a universidade brasileira. As reflexões enfatizam a relação universidade e sociedade e tais discussões apontam para a autonomia universitária. Essa autonomia universitária enseja no plano teórico e empírico a busca de novos caminhos para uma compreensão sobre esse processo.

Nesse buscar novos caminhos é preciso considerar que:

Se a autonomia é essencial para que a universidade possa realizar os fins para os quais foi criada e é mantida pela sociedade, seu exercício pela instituição como um todo e por suas instâncias deve necessariamente produzir tal realização. (COELHO, 1995:102).

Fica claro que a relação de deter-

minação entre universidade e a sociedade nos aponta para a necessidade de situar o lugar que a universidade, enquanto prática educativa escolar, ocupa no seio das relações sociais na sociedade atual.

Tal necessidade se impõe dada a importância de, por um lado, ultrapassar as representações imediatas, aparentes e abstratas da realidade e, por outro lado, apreender as múltiplas determinações desta, enquanto totalidade concreta e da universidade enquanto parte desta totalidade.

Coelho (1980), analisa a relação universidade/sociedade, tomando como ponto de partida a diversidade de posicionamentos teóricos sobre essa relação que, no seu entender, pode ser vista sob diferentes formas:

- A primeira refere-se à concepção que postula que a educação determina a sociedade;

- A segunda inverte a posição de determinação da primeira e defende que a sociedade produz e reproduz a educação da qual necessita;

- A terceira diz respeito à concepção dialética que defende a relação de determinação recíproca e de complementaridade entre educação e sociedade.

A análise de Coelho ajuda a perceber que as duas primeiras posições assumem uma perspectiva mecanicista e automática da relação universidade/sociedade. A terceira, ao recuperar justamente a perspectiva histórica, o caráter contraditório e a visão de totalidade que supõe a sociedade e suas instituições, resgata o movimento dialético que lhes é inerente e o sentido positivo e concreto da relação universidade/sociedade.

Considerações finais: Podemos perceber ao longo do texto que a universidade enquanto instituição reproduz as relações sociais de produção, como instrumento da sociedade capitalista, e que pode também, contribuir para a transformação desta mesma sociedade, se assume o papel crítico frente a ela.

Ao assumir um papel crítico, a universidade se capacita a ultrapassar os mecanismos ideológicos, gerando as condições necessárias para a produção do conhecimento social isto é, se houver um rompimento com a ideologia dominante.

A produção do saber estará vinculada ao projeto que a sociedade coloca para a universidade brasileira, e que pressupõe a produção de um conhecimento que exerça a função crítica de

desmistificar as contradições presentes

Visualiza-se assim que a universidade deverá se constituir em produtora de um saber em que se desvelem os mecanismos de recomposição da hegemonia burguesa e, ao mesmo tempo, atue como instrumento de transformação da estrutura social.

Nesse sentido, a universidade surge, no pensar e no fazer, como utopia, desafio, "pro-jeto", um possível histórico, algo lançado para a frente, uma exigência ético-política que se impõe como devendo ser construída, um fazer-se no qual cada um de nós, nossa ação e o que de fato produzimos são inseparáveis, intrinsecamente ligados" (COELHO, I, 1996:94).

Como utopia, o desafio fundamental é reconhecer que a relação universidade/sociedade e produção do saber é um processo sempre em construção.

Os avanços e impasses desse processo se delineiam cada vez mais, isso se as experiências em desenvolvimento se submeterem à crítica e à reflexão, tanto por parte da academia como da sociedade. Considerando que a utopia faz parte de nossa realidade, descrevendo seu conteúdo mais dialético, Pedro Demo afirma: "A utopia é a fonte alternativa, a busca imortedoura de uma realização melhor" (1989:142).

Se assumir esta postura, até utópica, a universidade explicitaria uma relação dialética com a sociedade e a produção do saber, apresentando contradições, mas com capacidade para propor alternativas, dentro de um processo contínuo de construção e representação da sociedade e do saber.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Ildeu Moreira. **Realidade e utopia na construção da universidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 1996.

DEMO, Pedro. **Sociologia: uma introdução crítica**. São Paulo: Atlas, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Ed. Brasileira, 1995.

MORAIS, Regis. **A universidade desafiada**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

INACIO FILHO, Geraldo. **A monografia na Universidade**. São Paulo: Papyrus, 1995.

Maria Antônia Gomes é socióloga, especialista em Metodologia do Ensino Superior, professora da FACH e assessora pedagógica do SINTEGO.

É PRECISO FORMAR CONTADORES GERENCIAIS

Alexandre Francisco e Silva

As causas que têm influenciado o Contador a não usar a Contabilidade para fins gerenciais e o que os cursos de Ciências Contábeis e os institutos que congregam a categoria podem fazer para reverter o quadro atual.

Os cursos de Ciências Contábeis e os institutos que congregam os profissionais da contabilidade no Brasil podem estar chegando no final deste século com uma dívida social que precisa ser resgatada no novo milênio: não terem preparado contadores adequados para participarem das decisões que as entidades precisam tomar no sentido de que haja eficiência na administração de seus patrimônios. Uma das causas da pouca existência de profissionais com habilidades para gerência é a pouca cultura contábil que tem o empresário brasileiro e o contador. Se fizer uma pesquisa sobre a quantidade das empresas no Brasil que mantém a escrituração contábil do movimento de suas atividades, perceberá que este número talvez não ultrapasse a 40% e, ainda, que é acanhado, dentre elas, o percentual daquelas que utilizam as informações contábeis como parâmetros para tomadas de decisões, caindo muito mais ainda, o percentual daquelas que consideram o contador indispensável nas discussões de natureza gerencial.

Cada causa de um efeito é efeito de outras causas. A falta de escrituração do movimento das entidades, em particular as empresas comerciais, as empresas industriais, e as empresas da atividade da prestação de serviços, bem como a não elaboração de suas demonstrações contábeis, peças indispensáveis para o processo de análise e interpretação de resultado, tem um elenco de causas secundárias. Talvez uma das causas mais fortes tem sido a deturpação que empresários e contadores vêm fazendo a cerca dos objetivos da contabilidade, ou seja, considerá-la exclusivamente como instrumento para cálculos de impostos e para o cumprimento de obrigações burocráticas. Talvez até tenha razão esta cultura, se for levado em conta o grande número de tributos e exigências de natureza acessória existentes no Brasil.

A Cobrança do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro das empresas, calculados sobre as bases de cálculos estimadas sobre as vendas, e a dispensa da escrituração contábil, por parte da secretaria da Receita federal, para este fim, têm levado o contador a

desprezar a escrituração e o levantamento das demonstrações contábeis. A opção pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, com base no regime de Lucro Presumido, deve ser exercida pelo contador e não pelo empresário, já que o que ela considera é a diminuição do trabalho de contabilidade não importando se o contribuinte está pagando imposto a maior ou a menor do que o efetivamente devido. Este pensamento é, mais uma vez, uma demonstração de que o contabilista não dá importância para as questões gerenciais do seu cliente.

A lei que criou o sistema de micro e pequenas empresas tem contribuído para o entendimento de empresários e profissionais da contabilidade de que, para elas, a contabilidade é dispensável. Este pensamento tem levado o comerciante a não se preocupar com a parte gerencial de seus negócios, tendo, como consequência, gerado aumento de descontinuidade de grande número de empresas.

Outra causa da falta de contabilização das empresas tem sido a forma como o profissional da contabilidade tem se integrado no exercício da profissão. Na maioria dos casos, são auxiliares dos escritórios de contabilidade que, antes de adquirirem conhecimentos suficientes, se estabelecem, totalmente aderidos às costumeiras práticas de calcular tributos e fazer serviços de despachos em repartições fazendárias e cartorais.

A evasão de receitas na área governamental, nas empresas públicas e privadas e a falta de transparência na regularidade do patrimônio das pessoas físicas, têm contribuído negativamente para a cultura da escrituração contábil. A falta de utilização de controles contábeis em todos esses segmentos tem gerado motivos para os clamores sociais, tais como: que os governantes acabem de uma vez por todas com a corrupção e o mau uso do dinheiro público, que as empresas privadas acabem com a evasão de impostos e que as pessoas físicas tornem transparentes as origens de seus patrimônios, causas essas que dão seqüência à educação ineficiente, ao mal estado da saúde, à falta de moradias, de segurança, de transporte viável, de cesta básica, enfim, todas as omissões que venham afetar o estado emocional do povo brasileiro.

É preciso que esse quadro seja revertido com rapidez, sob pena de que o mercado de trabalho do contador venha sofrer pesadas perdas. O consumo não irá regredir. As fontes de produção terão que se reengenhar. Empresários competentes deverão surgir para comandar a indústria, o comércio e os serviços, na busca da melhoria da qualidade de vida. A Contabilidade tem o dever de contribuir com esse progresso, daí, não se poder admitir que não haja profissionais com habilidades para atender, na parte que lhe é devido fazer e contribuir. Os Profissionais da contabilidade terão que entender esta realidade, devem se comprometer

com esta proposta de mudança. A tendência mundial é cada vez mais substituir o direito de exercer uma profissão pela competência que alguém possa ter para fazê-la melhor. Pode acontecer que profissionais de outras áreas possam vir a se especializar em contabilidade e exercer os mesmos direitos que tem um graduado em Ciências Contábeis, desde que, para isso, se especialize e tenha capacidade de atender o que o mercado de trabalho reclama. Já estão sendo sabiamente discutidos, pelos institutos que congregam a classe contábil, as habilidades ou linhas mestras do perfil do contador competente. Entre essas habilidades estão sendo citados conhecimentos da área de humanas, social, política e em especial domínio de línguas estrangeiras, principalmente o inglês e o espanhol.

Um profissional com competência para atuar no mercado de trabalho, com perfil de gerenciamento e administração de negócios e conflitos, pode ser trabalhado pelos cursos de Ciências Contábeis e os institutos que congregam a categoria. Os cursos de Ciências Contábeis têm o dever de se conscientizarem de que suas responsabilidades, na busca da excelência profissional, precisam oferecer a formação ideal. É preciso entender que apenas o bom nível de transmissão de conhecimentos de contabilidade, quer seja teórico, quer seja prático, somente à luz da informação em sala de aula e a pesquisa bibliográfica não são suficientes para proporcionar ao estudante os conhecimentos necessários, porque a sua reflexão abstrata tem maior domínio da compreensão do que a sua imaginação concreta. O laboratório experimental pode ser o meio adequado para preencher o vazio existente entre o estudo acadêmico e a competência para o exercício da profissão contábil. O que não se pode esquecer é que este recurso, embora considerado instrumental de salutar importância na formação ideal do aluno, esbarra em obstáculos de difícil remoção. Um deles é o estabelecimento do perfil do profissional que a sociedade precisa ter no mercado de trabalho, dada sua constante alteração no acompanhamento da rapidez das mudanças sociais, políticas e econômicas, sobretudo pelo avanço acelerado do sistema de comunicação do mundo atual. Estabelecido este projeto profissional, surge a dependência da existência de fatos contábeis de relevância e com abrangência, tal qual acontece na gestão das entidades do mercado de trabalho; com expressões financeiras concatenadas e adequadas, de modo que, aplicando sobre elas os meios que a contabilidade utiliza, se possa chegar às informações objetos dos seus fins. Em outras palavras, isto significa dizer que o laboratório deve ter modelos desses documentos para a compreensão concreta e capacidade de prova e testes de resultados, deve ter equipamentos de processamento de dados com recursos de última geração. Outro questiona-

mento que tem peso no processo de aplicação do ensino prático, em laboratório, ou escritório modelo, é a questão da carga horária da grade curricular, colocada à disposição do aprendiz, e o regime de trabalho do professor ou orientador. Normalmente, as aulas de estágio, como as de qualquer outra disciplina do curso de Contábeis, são de horário reduzidíssimo (são trinta e seis aulas por semestre). Considerando ainda os feriados coincidentes com dias letivos e outras circunstâncias em que pode haver suspensão de aulas, pode-se concluir que os conteúdos têm grande dificuldade de serem ministrados, além do mais, grande parte deste tempo tem que ser utilizado em aulas práticas. Considerando ainda que o professor, na maioria das universidades e faculdades, não trabalha em tempo integral e que o aluno trabalha em sistema de emprego, também, de horário integral e ainda outras peculiaridades tais como, transporte alternativo e cuidado pessoal, os escritórios modelos terão que ter possibilidade de horários à disposição do aluno, o que requer monitores à disposição em todos os horários. Dentro deste contexto, cumpre ao corpo diretivo dos estabelecimentos de ensino superior de Contabilidade se comprometerem de colocar recursos financeiros e humanos no sentido de que este projeto seja possível de execução em toda sua plenitude. A vontade deverá prevalecer no conjunto das pessoas envolvidas no processo de ensino. Os docentes deverão ser motivados a abraçarem o projeto de aprendizagem com empenho, determinação e amor. Os docentes deverão estar estimulados a se compromissarem com os mesmos projetos da construção do ensino de qualidade.

Os institutos que congregam a categoria contábil, em especial o sistema CFC e CRCs, que eram tidos como encarregados do registro e da fiscalização da profissão, além desses requisitos, devem, cada vez mais, abraçarem a causa da melhoria da capacitação profissional. Um trabalho de formação complementar se faz necessário ser desenvolvido, a fim de que os profissionais se conscientizem de que os objetivos da contabilidade só poderão ser alcançados através da aplicação das técnicas contábeis, sendo a escrituração a base estrutural deste processo. Os conceitos emanados dos princípios fundamentais de contabilidade, das normas brasileiras de contabilidade, das convenções e normas contábeis, precisarão ser amplamente divulgadas ao alcance de todos. A publicação de artigos e produções impregnadores das teorias e práticas contábeis é dever, também, dos órgãos de classe. A educação continuada, proposta exaustivamente discutida no meio contábil de toda a América Central, precisa sair da filosofia e do papel, discutir parcerias com as instituições de ensino, principalmente, no estabelecimento do perfil do

Contador em sintonia com a grade curricular proposta para o ensino da Contabilidade. O Conselho Federal de Contabilidade precisa urgentemente colocar em discussão o contexto das habilidades que deve ter o graduado em Ciências Contábeis para sua submissão ao exame de ordem e o processo da avaliação vigiada. A ética na profissão do Contador é um requisito sob o qual o Sistema deve vigiar com sabedoria, já que, hoje, o conceito de cidadania é abrangente a todas as profissões.

O novo milênio espera que cada profissional se prepare para os desafios que o estreitamento dos endereços mundiais, com certeza, irá exigir da sociedade.

Alexandre Francisco e Silva é Especialista em Auditoria Contábil e Chefe do Depto de Ciências Contábeis da FACH.

Autonomia do Direito Agrário

Cláudia Maria de Sousa

Um tema polêmico que integra o programa do concurso para Juiz Substituto do Estado de Goiás.

Em 1996, quando finalizava a redação da dissertação a ser apresentada no Curso de Mestrado em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, cujo tema diz respeito à autonomia desse ramo jurídico, já previa a introdução da disciplina no programa do concurso para juiz substituto. Eis que através da Resolução nº 12.686, f.9/11, de 20/01/97, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás inova as bases do concurso público para juiz substituto, incluindo a matéria Direito Agrário.

Vê-se agora, mais objetivamente, semeada a visão agrarista da qual bem falava o saudoso mestre Paulo Torminn Borges. Certamente tal semente há de florescer e dar bons frutos porque se propaga rapidamente a consciência de que o Direito Agrário, embora subsidiariamente se valha dos regramentos da esfera civil, com ele não se confunde. É ramo autônomo sob todos os seus aspectos: legislativo, doutrinário, científico e jurígeno.

Malgrado, alguns afirmem que nesse último aspecto ele ainda não se efetivou porque não se instalaram as varas especializadas. Tal fenômeno é apenas um detalhe que se resolverá em breve. O fato de se admitir a necessidade da implantação de tais varas especializadas já atesta a sua autonomia jurídica, pois não se pode laborar bem em causas agraristas se não se pensa como agrarista.

A autonomia legislativa se projetou a partir da Emenda Constitucional nº 10.11.64, quando a Constituição Brasileira de 1946, aditivou mais uma alínea (a) no seu art. 5º, inciso XV, para dar maior elástico à competência legislativa da União, que poderia legislar também sobre a matéria agrária.

A autonomia científica se configura à medida em que o Direito Agrário é regido por princípios próprios, a ele peculiares, tem seu objeto específico (atividade agrária), conceito e constrói-se através da doutrina.

A autonomia didática inicialmente tomou corpo com a Resolução nº 3/72, do Conselho Federal de Educação, que inseriu nos programas das faculdades de direito a matéria, ainda que em caráter opcional ou eletivo. Posteriormente, no I seminário de Direito Agrário realizado em Cruz Alta - RS, foi aprovada a recomendação para que a disciplina fosse ministrada em caráter obrigatório, em dois semestres.

A autonomia jurisdicional não é uma ficção, mas uma realidade que se avulta, mormente quando se verifica a exigência do estudo da matéria agrária para o concurso da magistratura. Embora alguns agraristas entendam que a autonomia jurisdicional não se efetivou em face da não implantação de varas especializadas, entendo que a mentalidade agrarista já contaminou neste estado o Poder Judiciário, pois muitos magistrados tanto da jurisdição colegiada (desembargador), quanto da jurisdição monocrática (juiz), são portadores de uma mentalidade agrarista porque especializados ou mestres em direito agrário e, por conseguinte, fazem de suas decisões ou julgados instrumentos para a efetiva realização da justiça agrária. E o que é a justiça, senão o valor primeiro, escopo supremo do Direito?

Igualmente é grande a procura pelos magistrados dos cursos de mestrado e especialização em Direito Agrário oferecidos pela UFG. Em pouco tempo existirá neste estado um grande número de magistrados portadores de mentalidade agrarista. Isso não é utopia, é realidade!

A justificativa para aqueles que entendem não se configurar a autonomia jurisdicional é a de que ainda não se implantaram varas agrárias. Se esquecem todavia que tais varas deixam de ter tanta relevância se aqueles que atuam diretamente na justiça entregam perfeitamente a prestação jurisdicional porque realizam a justiça agrária pertinte ao caso concreto.

Cláudia Maria de Sousa é Mestre em Direito Agrário; doutoranda em Ciências Jurídicas, professora e funcionária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

A REFORMA AGRÁRIA SEM MITO - DA LÓGICA ESTATÍSTICA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA À QUESTÃO DA PO- BREZA RURAL

Pedro Ferreira Arantes

A miséria no campo é uma realidade incontestável, mas na cidade o processo de degradação se acelera em ritmo mais acentuado. Mas, por outro lado, o mito de que o Brasil é um imenso latifúndio improdutivo é uma incoerência, resultado de análises precipitadas. Estes dois pontos, de uma realidade ou não de nosso país, é que pretendemos discutir neste trabalho, buscando identificar, construir uma linha de raciocínio que mais se aproxime da realidade atual do Brasil, sem mitos e sem paixão, neste assunto quase explosivo que é a "Questão Agrária".

Primeiramente, vamos analisar alguns dados estatísticos da estrutura agrária e distribuição da população brasileira, que são fundamentais para melhor entender e avaliar que tipo de reforma agrária o Brasil comporta, tendo em vista a contribuição para a produção e geração de emprego e renda no meio rural brasileiro, em busca do resgate da cidadania e ingresso de milhões de brasileiros na economia do país, que atualmente vive quase à margem da sociedade.

O Brasil é um país de extensa área territorial, são 850 milhões de hectares, mas apenas 46% (390 milhões de ha) prestam a algum tipo de exploração racional, ou seja que não seja extrativa; e tão somente 13% do território brasileiro, isto é, 110,5 milhões de ha, são considerados bons a regulares, que podem ser explorados sem muita tecnologia ou grandes investimentos em correção, sistematização, curvas de nível de proteção e subsolagem, como são os solos dos cerrados, que correspondem a 204 milhões de hectares(1). Valendo, também, ressaltar que parte das áreas mais férteis do país, os 13% do solo brasileiro, já estão bastante degradados por exploração intensiva e muitas vezes sem tecnologia, como as regiões da Mata Atlântica do Nordeste e Sudeste (MG, ES, RJ) e as regiões dos minifúndios da região Sul. São áreas bastante acidatadas, de difícil mecanização, mas dado sua qualidade, permite uma exploração com baixa tecnologia, que ao longo das dezenas de anos de uma agricultura tradicional vem causando graves problemas ecológicos. Restando as áreas de terras roxas do Paraná e São Paulo, planas e com explo-

ração intensiva e elevada tecnologia, em propriedades médias e grandes, porém bem aproveitadas.

A região dos cerrados, que pode ser considerada a grande potencialidade de exploração agropecuária do Brasil, ainda possui cerca de 150 milhões de ha a serem explorados, ou seja 73,5% dos seus 204 milhões. Sendo 90 milhões de ha considerados aptos a agricultura, desde que se adote tecnologia adequada e se implante uma boa infra-estrutura de escoamento da produção. Atualmente, são explorados nos cerrados apenas 47 milhões de ha com pastagem e culturas perenes e temporárias(1).

Da Floresta Amazônica, com seus 350 milhões de ha, segundo os levantamentos realizados pelo projeto RADAM, via satélite, apenas 3%, ou seja, 10,5 milhões de ha, prestam a uma exploração intensiva.

Desta forma podemos afirmar que o Brasil já produz bastante e apresenta um grande potencial de produção, mas será viável um processo produtivo em pequenas propriedades que dificulta uma mecanização intensiva, como se faz necessário nos cerrados? Ou não estaremos, ao distribuir pequenas áreas, gerando mais miséria no campo e agravando o problema ecológico?

Analisaremos a seguir a questão do tamanho da população brasileira no campo e o tamanho de uma propriedade rural viável economicamente, tendo por base dados do IBGE e o trabalho a "Lógica da Reforma Agrária"(2).

maior renda "per capita", objetivos que devemos perseguir, como meta para nossa economia.

Observa-se, na tabela 1, o tamanho da população brasileira no campo e seu percentual: 26% da mão-de-obra ativa ainda reside no campo, daí a menor área entre todos os países comparado por trabalhador, ou seja 26 ha, fato que nos leva a uma triste realidade, somos grandes importadores de produtos agrícola, deste conjunto de países que apresentam uma eficiência invejável de produção rural, com uma área média por trabalhador cinco (5) vezes maior que a nossa, isto é, 136 ha. Países como a China, Índia, únicos com população rural maior do que o Brasil, possuem, respectivamente 71% e 61% de sua população ativa no campo e são países miseráveis, com renda "per capita" abaixo de 10% da brasileira(2).

Outro fato que nos chama atenção no quadro anterior é o tamanho médio da propriedade, que no Brasil é pequena 64,5 ha e países como EUA, Canadá e Argentina, exemplos de agriculturas altamente produtivas e com as terras mais férteis do mundo, possuem um tamanho médio de propriedades entre 190 a 242 ha, mas sabemos que a estatística, quando se usa o dado médio, pode esconder muitas distorções. Uma coisa fica evidente: o Brasil, tendo por base sua área produtiva e a sua população rural proprietária não é constituído de latifúndios, muito pelo contrário, o que falta é talvez, numa análise mais profunda, fa-

POPULAÇÃO RURAL (tabela 1)

| Países | População residente no campo | Percentual desta população no PEA* | Tamanho médio das propriedades rurais | Nº de ha produtivos por trabalhador |
|-------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| Brasil | 16.812.436 | 26% | 64,5 ha | 26 ha |
| Reino Unido | 522.000 | 2% | 107,0 ha | - |
| EUA | 3.509.000 | 3% | 190,0 ha | 122 ha |
| Argentina | 1.201.000 | 12% | 242,0 ha | 147 ha |
| Canadá | 481.000 | 2% | 242,0 ha | 140 ha |
| Austrália | 433.000 | 5% | 3.710,0 ha | - |

Fonte: IBGE 1990/91

Britânica 1996

- Extraído do Trabalho - "Lógica da Reforma Agrária" (2).

*PEA = População Economicamente Ativa

Os dados acima por si só já dizem muita coisa, porque estamos comparando o Brasil com os países maiores produtores mundiais de grãos e carne e de

zer algumas correções localizadas na estrutura fundiária, mas com muito critério, para não criarmos minifúndios improdutivos sem auto sustentação eco-

nômica, que em curto espaço de tempo estarão sendo abandonados, gerando um grande desperdício de recursos públicos, aplicados em assentamentos e que poderia ter sido usados criando emprego urbano e/ou capacitando esta mão-de-obra hoje desqualificada.

A Matemática da reforma agrária no Brasil é simples e com alguns cálculos podemos verificar que existe muitos mitos que transformam o assunto polêmico. Segundo dados do IBGE, o Brasil possuía em 1985, 5.834.779 propriedades rurais, sendo que 37,33% destas eram exploradas por arrendatários, administradores e posseiros, o que corresponde a 1.926.531 pessoas (2). Em outro dado, de 1994 (3), o IBGE registra que 24,05% das pessoas ocupadas no campo, correspondente a 3.997.052 pessoas, que não possui propriedade ou posse de terra.

Uma primeira tese lógica seria começar a reforma agrária pela distribuição de terras às pessoas mais capacitadas a fazer uso delas, os arrendatários, administradores, posseiros, ou seja, que já apresentam condições para explorá-la. Se tomarmos por base uma propriedade média dos países de maior eficiência agropecuária (E.U.A., Argentina, Reino Unido e Canadá) que corresponde a 195, o que é bastante coerente com a realidade dos cerrados, que exige tecnologia intensiva em sua exploração, necessitaríamos 375.673.540 ha para assentar arrendatários, administradores, etc. e se fizermos o mesmo exercício para os 3.997.052 trabalhadores sem terras do país, seria necessário 779.425.140 ha. Por outro lado, a área agricultável do Brasil, excluindo as reservas necessárias, corresponde a 390.000.000 ha, destes, 50.000.000 estão em lavouras, perenes e temporárias, 220.000.000 com pastagens e 120.000.000 em campos cerrados ainda não explorados (1), ou seja, não temos área suficiente para uma reforma agrária distributivista eficiente.

Outro fator que deve ser analisado com muita seriedade na alocação de recursos públicos em assentamentos rurais é a capacidade de gerar renda entre o setor produtivo urbano e rural, já que o objetivo de qualquer política pública deva ser o bem social, a geração de riqueza. No quadro abaixo temos

o PNB "per capita" por trabalhador rural e urbano do Brasil e em países de importância agrícola mundial.

Deixando claro, a capacidade de gerar renda no meio rural é bem menor do que o setor industrial, que agrega bem mais valor em seu processo produtivo; é claro que não podemos perder de vista que a relação capital investido e geração de emprego é significativamente menor no setor rural, mas também não podemos esquecer os limites da capacidade produtiva do solo e as degradações ecológicas de uma exploração desordenada do mesmo.

Dois outros aspectos muitos importantes precisam ser analisados. O primeiro é que o País necessita urgentemente de uma ampliação de seu volume de produção, pois o País vem importando até 10 milhões de toneladas de produtos agrícolas, que corresponde a cerca de 15% de sua produção interna; o segundo é que temos cerca de 30 milhões de habitantes famintos que não consomem mais do que 50% das calorias necessárias a uma vida digna. Mas, por outro lado, quando o País produz um pouco mais dos 77 milhões de toneladas de grãos, que já tornou históricos os últimos anos, não consegue comercializar.

A situação acima expõe o impasse que vive nossa economia agrícola, e que só será rompido por dois caminhos: redistribuição de renda (geração de empregos) e preços mais baixos dos alimentos (eficiência do setor agrícola). Nestes dois pontos, reside toda a contradição da reforma agrária distributivista. O parcelamento da terra, em pequenas propriedades é incompatível com uma agricultura moderna, tecnificada e eficiente, capaz de produzir alimento barato. Temos na própria América Latina exemplos históricos do México e Bolívia, que passaram por revoluções violentas e vitoriosas de camponeses e parcelaram suas terras há décadas, e mais recentemente o Peru com uma ditadura popular fez distribuição maciça de terra; e os resultados são evidentes até hoje, desestruturaram sua produção agrícola e o

nível de miséria no campo e cidade se acentuou. Mais evidente neste processo foram os casos do Vietnã, logo após a vitória contra os EUA, na década de 60 e China, com a Revolução Vermelha, mais ou menos na mesma época, provocaram uma verdadeira expulsão de pessoas da cidade para o campo. O resultado é um esforço, vinte e cinco (25) anos depois, em industrializar o setor urbano e tentar uma modernização no campo, provocando um fluxo migratório contrário, campo/cidade.

Como exemplo inverso temos a Argentina, que, na década de quarenta, já era um país bastante urbanizado e necessitava elevar a produção agropecuária. Para aproveitar as oportunidades de mercado externo do período guerra e pós-guerra, e na Ditadura Peronista, em vez de uma Reforma Agrária Populista, facilitou a migração europeia de mão-de-obra experiente para seus campos produtivos; e os E.U.A. na década de cinquenta que percebeu que havia cerca de um milhão de propriedade agrícolas pequenas e que eram inviáveis num processo produtivo intensivo e facilitou a agregação de propriedade. O resultado na produção destes dois países nas últimas décadas é surpreendente.

Aqueles que vêem a Reforma Agrária numa ótica puramente social dizem que seu objetivo é destazer a condição objetiva de exclusão e marginalização da maioria da população rural produzida nas últimas três décadas pelo processo de transformação capitalista acelerado da agricultura brasileira. Temos consciência da necessidade do resgate social destes milhões de brasileiros, não só do campo, mas também da cidade, que uma vez integrados ao mercado darão suporte a uma nova dinâmica da economia, mas o que eles primeiro irão demandar é alimentos e de preferência baratos, e só uma agricultura eficiente, tecnificada, terá condição de produzir nos 204 milhões de ha dos cerrados.

Ocorre que modernização no campo significa liberação de mão-de-obra, é uma processo histórico em todas as economias e pelo qual o Brasil está passando. Apenas atividades específicas comportam uma exploração intensiva e moderna nas pequenas propriedades, mas restrita ao "cinturões verdes" próximos aos centros urbanos na produção de hortifruticultura; temos também a avicultura e suinocultura, que viabilizaram os minifúndios no sul do país e a produção de leite no sul de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Porém, estas duas atividades, que vêm ocupando

| Países | Ano | PNB Per capta por trabalhador (US\$) | |
|-----------|------|--------------------------------------|------------|
| | | Agrícola | Industrial |
| Brasil | 1990 | 3.661 | 11.429 |
| França | 1993 | 35.097 | 57.252 |
| Austrália | 1993 | 21.475 | 39.495 |
| E.U.A. | 1993 | 36.407 | 54.628 |
| Índia | 1991 | 439 | 1.835 |

Fonte: *Britannica, 1996*

Extraído do trabalho: *"A Lógica de uma Reforma Agrária no Brasil" (2).*

grandes espaços no Centro-Oeste do país, a concepção de estrutura de produções, está mudando para média a grande propriedade, com o objetivo de torná-las mais competitivas.

Em nossa conclusão queremos endossar as conclusões contadas no trabalho "A Lógica da Reforma Agrária do Brasil", que são

1) o Brasil não dispõe de grandes extensões de terras férteis;

2) a população rural brasileira é excessiva;

3) o Brasil é um país de pequenas e médias propriedades;

4) a agricultura gera pouca renda, tanto para empregados quanto para empregadores, inclusive nos países onde ela é altamente desenvolvida; e

5) a divisão, ainda maior, do território rural brasileiro em pequenas propriedades poderá agravar mais o problema de degradação do solo, que em algumas áreas já é catastrófico.

Esses cinco pontos por si só já desaconselhariam a adoção de qualquer política que tivesse como consequência a fixação do homem no campo.

Também queremos afirmar que a solução da questão social dos excluídos está muito mais na geração de empregos na cidade e capacitação da mão-de-obra dos despreparados, apoiada na produção de matérias primas e alimentos baratos no campo, através da modernização e aproveitamento de toda a sua capacidade produtiva num processo equilibrado com o meio ambiente, pois alimento, água potável e ar puro são os grandes dilemas do século XXI.

Fontes consultadas:

(1) Brasil no século XXI - Oportunidades para a Liderança Mundial no Agribusiness - Ailton Barcelos Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento

(2) A Lógica de uma Reforma Agrária no Brasil - Cândido Mendes Prunes, Advogado e Doutor em Direito Econômico

(3) IBGE - mapa do mercado de trabalho no Brasil - 1990

(4) O Conceito de Agribusiness - Ray Goldberg

(5) Nota sobre o Mercado de Trabalho nº 2 - Julho/98 (Geração de empregos e relocação espacial no mercado de trabalho brasileiro) - Ricardo Paes de Barros e outros (IPEA)

Pedro Ferreira Arantes é professor na FACH

GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE

Eber Vaz

1. O Conceito

Primeiramente gostaríamos de ter alguns comentários sobre o conceito de globalização, para sabermos exatamente do que estamos falando. Se observarmos o mundo de hoje, com suas mudanças rápidas e influências além das fronteiras nacionais, e o compararmos com algumas décadas atrás, ou mesmo alguns séculos, veremos que ainda estamos longe da tão falada globalização. Termo ainda de caráter muito mais ideológico e preconceitual que uma objetividade concreta.

Vejamos então como nos cabe conceituar os tempos modernos, deste final de século XX. Se não há globalização, então como nominar o que está acontecendo? Na verdade o que estamos vendo nas últimas três ou quatro décadas é o prosseguimento de uma tendência secular de internacionalização das economias e de unificação do mercado mundial. A diferença é que a tendência vem se acelerando cada vez mais, pelo avanço do conhecimento e sua materialização em tecnologias, sobretudo no campo da informática, telecomunicações e finanças.

Então, o fenômeno atual continua sendo a expansão da internacionalização iniciada no século XVII, nos primórdios da estruturação do capitalismo mundial. A internacionalização é caracterizada por três fatores: (a) expansão da informação e dos mercados; (b) grande importância para a economia interna; e (c) poder político centralizado e soberano. E é exatamente isto o que temos observado na estrutura dos Estados nacionais. Estamos confundindo o todo pela parte, ou seja, pela intensa expansão da informação e pela violência da conquista dos mercados, estamos tentando derivar a totalidade sem atentarmos para os demais fatores.

Basta olharmos um pouco para trás na história da humanidade que constataremos que nossa situação atual não difere da que viviam os personagens do final do século passado: intensa expansão da informação e dos mercados, inúmeras mudanças políticas, econômicas e sociais, talvez mais intensas que as nossas de hoje. Se remontarmos mais ainda ao final do século XVIII, veremos a mesma coisa. O que muda em tudo isto é a dimensão, pois o conhecimento é cumulativo e nossas ferramentas se fazem cada vez mais capazes de nos dar respostas a nossas indagações, mas cer-

tamente nossa perplexidade, nossos sonhos e angústias ainda são os mesmos, dentro de um mesmo ambiente cuja base nacional é fundamental.

Ora, globalização é um fenômeno global, onde o globo, a terra enquanto planeta, se manifesta como uma só sociedade, ainda que se preservem identidades, culturas, valores nacionais etc. E isto significa que (a) há uma integração da informação e dos mercados; (b) a economia interna perde sua importância, apenas grandes grupos econômicos possuem importância, porque realizam e participam da integração global; e (c) enfraquecimento dos Estados nacionais, com o fortalecimento de organismos políticos de caráter transnacional - isto é, que transcende as nações, que não possuem base nacional. Sem querermos ser dogmáticos, a passagem da fase de internacionalização para a globalização nos parece inevitável, como um curso histórico construído pela coletividade mundial, em suas relações político-econômicas e sócio-culturais. Isto, a julgar pela tendência observada nas últimas décadas, parece ser exatamente a imagem do futuro, embora não sabemos se próximo ou ainda distante.

2. O Cenário Histórico

A forte expansão capitalista, sobretudo no final do século passado, que avança as fronteiras nacionais, aproxima os países economicamente e os torna relativamente vulneráveis às instabilidades externas. A anarquia da produção proporcionada pela liberdade do mercado provoca uma superprodução de bens e serviços totalmente desordenada. Daí, quando caem abruptamente os índices da Bolsa de New York, o fenômeno se alastra pelas nações com o sistema interligado atingindo o mundo inteiro.

A situação de crise profunda do capitalismo mundial vai ser resolvida pela participação do Estado na economia. Como a crise é de superprodução e o desemprego se alastra assustadoramente em grandes proporções, o antídoto vai ser (a) ocupação remunerada para as pessoas e (b) consumo para os bens e serviços ofertados e em estoque. Faz-se necessário que os Governos injetem recursos monetários na economia, gerando emprego para os trabalhadores e a consequente renda para consumo, sem a contrapartida do produto econômico para não concorrer com a iniciativa privada. As economias nacio-

nais passam a ter grande proteção do Estado. É a chamada participação do Estado na economia, que se estabelece de duas formas: (a) através da regulamentação econômica e (b) do investimento monetário direto.

Duas são as razões que sustentam a necessidade de efetivação de investimentos diretos pelo Estado e lhes dá o direcionamento. Primeiramente, é fundamental que o Estado entre onde não há interesse da iniciativa privada, ou seja, (a) nas atividades que geram renda para o consumo, mas que não são lucrativas na época: investimentos sociais em geral; e (b) nos investimentos em infra-estrutura, seja social ou econômica, porque exigem grande soma de recursos e possuem longo prazo de maturação, isto é, o retorno em forma de lucro é muito demorado. Com a poupança da sociedade, o Governo pode perfeitamente atender aos reclames do capitalismo de então.

Desta forma, vai ocorrer uma grande transferência de renda do setor público para o setor privado, que ocorre de várias formas. (a) através dos incentivos fiscais para o investimento produtivo, para as atividades de exportação e para o desenvolvimento tecnológico, bem como (b) através da venda de matérias-primas e serviços básicos a preços subsidiados. Durante muito tempo a infra-estrutura econômica, sobretudo a indústria de base, nas mãos do Governo, vai subsidiar a expansão empresarial.

Com isto se propicia uma grande acumulação de capital, com a expansão definitiva para além das fronteiras nacionais, onde as multinacionais se consolidam produzindo suas mercadorias em vários países, ao invés de apenas tê-los como mercado consumidor. Paralelamente ao desenvolvimento do capital industrial, ocorre uma grande expansão do capital financeiro, com o consequente aprimoramento do sistema financeiro mundial.

A acumulação e ampliação do capital implica em acirramento da concorrência a nível internacional. A concorrência exige das empresas ajustes permanentes. O objetivo final dos ajustes é a obtenção de maior receita com vendas sob duas premissas: menores preços e maior qualidade. Os preços mais baixos são obtidos pela redução dos custos, o que sempre ocorre com redução do quadro de trabalhadores, portanto gerando desemprego. O aumento da qualidade também é dado via desemprego de mão-de-obra, na medida em que se consegue através da automação de processos ou via técnicas de qualidade total, que sempre reduzem a necessidade de pessoal.

Esta busca constante de melhoria de processos e garantia de novos mercados proporciona a mudança do eixo econômico para o predomínio do setor de serviços sobre o setor industrial, sobretudo os serviços que possibilitam a comunicação mais rápida e segura.

Nos últimos anos o desemprego de pessoas possibilitou a expansão de pequenos e microempreendimentos (individuais e familiares, formais e informais), favorecidos pelo avanço tecnológico no setor produtor de máquinas e equipamentos. Esta expansão também é favorecida na medida em que o desemprego é maior nos grandes empreendimentos, onde a mão-de-obra é mais qualificada, com maior grau de disciplina e conscientização.

Entretanto a concorrência generalizada também se alastra pelos pequenos empreendimentos reduzindo-lhes a margem de lucro e implicando em ajustes permanentes. Tais ajustes, sejam na estrutura, seja apenas setorialmente na empresa, sempre acabam gerando desemprego, pois todos implicam em redução dos custos, mecanização e ou automação, e ou aplicações técnicas que melhoram a qualidade via racionalização de processos. Tudo isto com o objetivo de manter-se no mercado, de preferência com a expansão de sua participação. Os empreendimentos, sejam grandes ou pequenos, que não conseguem se ajustar permanentemente, ou fecham suas portas, ou reduzem seu tamanho perdendo parte do patrimônio.

Durante muito tempo o setor terciário consegue, de certa forma, absorver o contingente de desempregados do setor secundário, mas a velocidade do desenvolvimento tecnológico aumenta extraordinariamente a liberação de mão-de-obra, pelo constante aumento da produtividade sem o aumento do consumo compatível. Daí, pouco a pouco o setor terciário não suporta a carga e vai perdendo capacidade de absorção, até porque também este setor acaba por usufruir de novidades técnicas que lhe reduzem a necessidade de mão-de-obra. Portanto a capacidade de absorção do setor se torna insuficiente porque (a) o volume de liberação dos outros setores, agrícola e industrial, ocorre a taxas crescentes, com alta elevação e (b) porque o setor terciário também se ocupa na absorção de tecnologias e no aprimoramento de processos.

3. A "globalização" e o Estado

O que se chama largamente hoje de "globalização", pode ser entendido através de cinco fatores fundamentais, quais sejam:

Mudança tecnológica muito acelerada, baseada na informática e na capacidade de processar informações rapidamente

e a baixo custo, com sua aplicação voltada para o processo produtivo.

Grande desenvolvimento da comunicação, sobretudo via satélites, com a consequente redução dos custos de transmissão de informações culturais, econômicas e financeiras por meios eletrônicos, tais como televisão, telefone, fax e internet.

Barateamento e aumento substancial na oferta de transporte internacional, o que tem levado a um crescimento notável das viagens ao exterior, com grande troca de informações e acumulação de conhecimentos.

Expansão das instituições capitalistas para quase todas as áreas do mundo subsequente à derrocada do socialismo real tal como existia no Leste Europeu.

Desregulamentação dos mercados financeiros domésticos, nos países industrializados, e seu crescimento para uma competição internacionalizada.

A maior agilidade e o maior volume de recursos intermediados por meio do mercado financeiro é, por si só, uma das características mais distintas da nova ordem internacional – trazendo inúmeras implicações tanto benéficas, quanto portadoras de um grande potencial instabilizador.

A caminhada para a globalização que o mundo presencia vem acompanhada da formação de blocos regionais, porque a similaridade, dada pela vizinhança, facilita a celebração de acordos de abertura e livre comércio. Assim, o final de século XX é tanto um período de crescente internacionalização quanto de crescente regionalismo em termos de blocos econômicos. A união de nações cria a possibilidade de fortalecimento em todos os sentidos, para fazer face à concorrência externa, mantendo a soberania nacional e expandindo seus domínios sobre outros países, sobretudo os menos organizados ou enfraquecidos.

O avanço tecnológico implica numa redução brutal dos custos com transporte e comunicações, permitindo uma alocação dos recursos mais eficiente a nível internacional, ampliando a eficiência dos mercados. Mas o mercado é uma coisa cega, onde ganha mais quem tem mais poder. Por isto há quem compare este fenômeno ao processo de seleção darwiniano, no qual os mais ágeis e adaptativos sairão vencedores. Pois as perspectivas são de que a disparidade de renda entre os países dos dois grupos (pobres e ricos) aumente.

O mundo capitalista, neste processo, exige redução de todas as barreiras econômicas para que o dinheiro e o produto possa circular rapidamente, com o mínimo de desgaste possível e o Estado aparece como uma destas bar-

reiras, sobretudo com as regulamentações, por isto as pressões para a retirada do Estado.

Mas a retirada do Estado não se resume na liberalização dos mercados produtivos e financeiros, na simplificação das regulamentações internas, com vistas a uma homogeneização internacional, a retirada do Estado deve ocorrer também na ampliação dos próprios mercados internos, ou seja, na transferência do patrimônio público produtivo para a iniciativa privada. Com este objetivo se levantam as mais variadas argumentações, a grande maioria falaciosa. Na verdade, hoje o grande capital acumulado requer novos nichos para sua valorização e crescimento e, dada sua dimensão, pode perfeitamente ser aplicado em investimentos de grande vulto, que no passado era tarefa do setor público. Por outro lado, o crescimento das rendas nacionais vem possibilitando muitos ganhos na prestação de serviços, que antes ficavam a cargo do Estado, por não serem lucrativos.

As perspectivas são de que a saúde, educação, transporte coletivo e segurança sofram uma forte participação do setor privado, reduzindo os gastos do setor público e melhorando a prestação destes serviços para as camadas mais pobres da população, com o Estado reduzindo sua participação na economia. O desafio a estes Governos é de como manter uma razoável rede de proteção social, paralelamente a práticas capitalistas, ditadas pela necessidade de sustentar a competitividade das economias nacionais. Pois, durante quanto tempo ainda o Estado estará transferindo recursos públicos ao setor produtivo privado? Como é possível proteger uma economia cuja competitividade está pautada em técnicas que inexoravelmente geram desemprego e, consequentemente, problemas sociais para os Governos resolverem? Como poderão os Governos abrirem mão de encargos e tributos, para ampliarem a competitividade de sua economia privada, se precisam destes recursos para fazerem face aos investimentos sociais destinados às classes que não estejam integradas ao mercado lucrativo das empresas?

4. O Caso Brasileiro

Calcula-se que o Brasil precisa crescer a taxas médias de pelo menos 6% ao ano para manter a estabilidade macroeconômica e caminhar para o desenvolvimento, minimizando seus problemas sociais. O principal problema hoje do Governo é uma dívida mobiliária muito elevada, cujo ônus é

pesado em face dos juros altos, daí não se conseguir reduzir o déficit para gerar poupança, no sentido de dar curso a investimentos sociais. A única coisa que resta ao Governo é lançar mão do patrimônio público, através da privatização, pois dado o contexto internacional é um equívoco tentar resolver o problema do déficit por meio da elevação da carga tributária. Isto faz com que a economia interna se torne menos competitiva, pois os tributos reduzem o capital de giro das empresas.

Em média o Brasil gasta 36% do PIB – Produto Interno Bruto – e arrecada cerca de 31%. O PIB está em cerca de US\$ 590 bilhões. A carga tributária pode ser considerada muito elevada na medida que a renda per capita do brasileiro está em torno de US\$ 3.700,00 e a economia privada se apresenta com grau tecnológico defasado e com pouca competitividade. Apesar disto o Governo federal vem buscando o caminho mais fácil, que é ampliar a carga sobre a sociedade, aumentando tributos e criando novas formas de arrecadação.

Na prática, o Governo está caminhando no rumo contrário, porque suas medidas visam tão somente sustentar a estabilidade da moeda, fazendo crer que isto será suficiente para a tomada de rumos futuros. Na sustentação da estabilidade dos preços e valorização da moeda, o caminho está correto, mas não levará o país a uma inserção saudável no contexto internacional, do ponto de vista do fortalecimento de sua economia e da geração dos empregos necessários ao desenvolvimento interno. Em síntese, as medidas que deveriam ser tomadas para o ajuste macroeconômico e impulso ao crescimento interno seriam adversas: (a) desvalorização cambial; (b) reforma administrativa do Estado com racionalização da estrutura em todos os níveis e redução das despesas; (c) redução das taxas de juro; e (d) redução da carga tributária.

5. A Falácia da "Globalização"

O termo "globalização" explica muito mais os anseios neoliberais de abocanhar o patrimônio público, de internacionalizar a empresa e seus produtos através da liberdade de produção e comércio e de ampliar o domínio do capital sobre o trabalho.

Não se pode chamar de "globalização" uma situação em que o peso dos mercados internos continua fundamental. Na economia mundial, os mercados internos absorvem cerca de 80% da produção e geram 90% dos empregos. A

poupança doméstica financia mais de 95% da formação de capital. E no âmbito global a liberdade se restringe ao capital, com inúmeros limites à movimentação do fator trabalho, fundamental para a geração da riqueza.

Na realidade, o fenômeno da "globalização", que dita o distanciamento do Estado das questões econômicas, não vem consolidando estas premissas nos países mais ricos do mundo, cujo termo apresenta sua origem e sua defesa. No Grupo dos 7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália e Reino Unido), a relação gasto público/PIB aumentou de 36% para 40%, entre o início dos anos 80 e a primeira metade da década de 90, segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

No mesmo período acima citado, a carga tributária nos Estados Unidos não se reduziu, mantendo-se em cerca de 31% do PIB. Já no Japão, aumentou de 27% para 32% e na Alemanha, de 45% para 46%; no Grupo dos 7, a carga tributária aumentou em média de 33% para 36% do PIB. O endividamento do setor público, em 1995, é de 68% do PIB, em média no Grupo dos 7, enquanto nos Estados Unidos chega a 63%, no Japão, 72% e na Alemanha, 53%.

Com relação ao desenvolvimento tecnológico, apenas de 10% a 30% das atividades tecnológicas de pesquisa e desenvolvimento das empresas multinacionais se realizam em países estrangeiros, fora de sua base nacional. As firmas das principais economias do mundo – Alemanha, Japão e Estados Unidos – realizam menos de 15% da sua atividade tecnológica fora do país de origem.

O neoliberalismo pode ter triunfado no plano retórico, ideológico e acadêmico, mas esse triunfo ainda não se fez sentir na prática concreta dos principais países desenvolvidos. Houve uma redução de controles sobre diversos setores e os programas de privatização lograram êxito em transferir para a iniciativa privada alguns empreendimentos estatais. Mas a participação do Estado na economia, que já vinha crescendo de modo mais ou menos contínuo ao longo de todo o século XX, continuou a aumentar na maioria dos países desenvolvidos no período recente, a despeito da preponderância do pensamento neoliberal.

Eber Vaz é Professor universitário, Presidente do Sindicato dos Economistas e Consultor econômico-financeiro de empresas.

As políticas de formação profissional e o papel da Universidade

Luiz Fernandes Dourado

A relação entre o Estado e as políticas públicas nos anos 90 tem sofrido novos contornos decorrentes, dentre outros, de alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal que resultam na emergência de novos mecanismos e formas de gestão, redirecionando as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais.

A análise das políticas educacionais, nesse contexto, nos remete à busca da compreensão das prioridades e compromissos que as delineiam retratando, desse modo, interesses e funções colocadas a essas políticas no bojo dos novos padrões de intervenção estatal. Dessa forma, entendemos que as políticas educacionais são expressão, elas mesmas, dos embates travados no âmbito do Estado e nos desdobramentos assumidos por este. Nessa perspectiva, tais embates se situam no contexto de mudanças tecnológicas e, portanto, no reordenamento das relações sociais sob a égide ideológica da globalização da economia, como sinalização objetiva do triunfo da política neoliberal, que ao redimensionar o papel do Estado, buscando minimizar a sua atuação redireciona as políticas sociais empreendidas por este e, conseqüentemente, rearticula o papel social da educação e da escola. A escola, nesse modelo, passa a ser entendida como importante insumo ao desenvolvimento onde é destacado o papel da escolarização básica.

As políticas educacionais no Brasil vêm, nesse contexto, sendo balizadas por importantes mudanças, destacando-se, sobremaneira, as de ordem legal/institucional. Na área educacional, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases coloca-se como um passo decisivo nessas mudanças. A LDB, em que pesem os seus limites e condicionantes, é a expressão dos embates efetivados entre as diversas forças sociais e, dessa forma, apresen-

ta-se como um balizador para as políticas educacionais no país e, conseqüentemente, para as políticas de formação profissional.

As discussões sobre a política de formação de profissionais não pode negligenciar esses marcos. Nessa óptica, resgatar a discussão sobre formação e profissionalização constitui tarefa complexa na medida em que muitos espaços e agências se dispõem a assumir este papel e também em decorrência das profundas transformações vivenciadas pelo mundo do trabalho e da produção, resultantes das macro políticas estabelecidas mundialmente em decorrência, dentre outras, do redimensionamento, automação e modernização do processo produtivo que, contraditoriamente, tem resultado na redução de postos de trabalho, na exigência de qualificação e formação continuada, cuja implicação mais severa tem sido a tendência mundial de desemprego estrutural.

Sem negligenciar a fertilidade dos diversos cenários de formação, é nosso interesse focalizar especialmente a Universidade enquanto locus de formação e profissionalização em nível superior. A tarefa colocada a essas agências é o de responder às novas exigências, redimensionando o seu papel frente a diversidade ético cultural, aos desafios colocados pelo setor produtivo e à garantia de sua identidade institucional como espaço que não deve se restringir à formação de profissionais stricto sensu. Nessa caminhada, cabe à Universidade vincular-se, organicamente, aos novos desafios e exigências a ela colocados, buscando novas formas de credenciamento e financiamento.

A busca de um parâmetro mínimo de qualidade deve ser alvo a ser perseguido e deve contar com o estabelecimento de novas interlocuções com a sociedade civil organizada. A articulação com os conselhos de profissionais, entendidos como espaços políticos de acompanhamento, tematização e fiscalização das profissões, pode ser um importante elo no redimensionamento do papel da universidade e, particularmente, na defesa da qualidade na formação o que, certamente, implica na luta pela equidade social. Nessa perspectiva, quaisquer políticas que se voltem para a formação profissional devem considerar o contexto em que se inserem tais po-

líticas, as necessidades daí decorrentes e as condições objetivas dos profissionais que, predominantemente, têm sido margeadas por baixos salários, múltiplas jornadas e precárias condições de trabalho.

A definição de políticas explícitas para a formação de profissionais pelas Universidades passa pela garantia de padrão de qualidade a ser efetivada através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na articulação responsável com a sociedade civil e as demandas do setor produtivo. A avaliação e o acompanhamento do processo de formação e profissionalização, bem como o acompanhamento dos egressos e a formação continuada, colocam-se como importantes indicadores para a garantia de padrões de qualidade dessa agência. Nessa óptica, a formação em nível superior coloca-se como uma bandeira a ser implementada através da democratização do acesso, permanência e da gestão desse nível de ensino como caminho fértil à formação e profissionalização. Considerando que a educação, enquanto prática social, não se circunscreve apenas à escolarização, prática educativa institucionalizada, mas tem nessa o seu locus privilegiado, é fundamental situarmos que essas políticas não podem ser entendidas a partir da submissão à lógica utilitarista de vinculação irrestrita às demandas do processo produtivo. Assim, o redimensionamento do papel da Universidade, enquanto agência de formação, não deve se circunscrever meramente à lógica do mercado de trabalho. Há que se resgatar o papel político-institucional desta resgatando a sua função social.

Dessa forma, a discussão sobre a formação e profissionalização passa pelo resgate de políticas concretas que incluam o questionamento e novos acenos aos atuais marcos de formação, incorporando, desse modo, a formação continuada; a melhoria das condições de trabalho (salário, plano de carreira, política de capacitação, avaliação) frente ao novo cenário sócio, político, econômico e cultural que se delinea mundialmente.

Luiz Fernandes Dourado é Professor Titular da Fac. Educação da Universidade Federal de Goiás, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (NEDESC) -UFG.



Homenagem

Amigo SÉRGIO MAGALHÃES,

Hoje resolvi lhe escrever. Exatamente hoje, em que estamos comemorando 25 anos de início das atividades da Faculdade Anhanguera. Estamos lançando também aquela revista que tantas vezes planejamos juntos.

Sabe a "Galeria" que nós pensávamos em fazer? Agora fizemos. É pena que você não esteja aqui para vê-la. A sua foto e a minha, eu usei aquela tirada pelo fotógrafo de Araguari.

Os nossos amigos continuam batalhando pela educação. O "De Paula" virou Universidade. O Gabriel também. E estamos trabalhando para nos transformarmos num grande "Centro Universitário".

A família vai bem. Você já tem dois netos e eu também.

Nessa data, fui tomado de saudades. Revejo os álbuns, antigos registros, e constato, nesse memorial de uma vida, uma lição de amor, de ideal e de cidadania, dada por você, Sérgio, que guardou sempre fidelidade a uma mesma linha de conduta.

Você sonhou e lutou pelo bem comum. Sua convicção de princípios lhe permitiu compreender, desde logo e antes de todos, o que poderia ser a Faculdade Anhanguera.

Você, com seu vôo próprio e largo tirocínio, seguiu sempre à frente, enamorado dos segredos do novo e atraído por suas infinitas dificuldades.

Você partiu muito cedo, amigo. Mas sei que sua caminhada foi suave e você seguiu guiado pela luz mais brilhante.

Nós, seus amigos, ficamos nesse ninho de esperanças que você ajudou a construir, aquecidos e reanimados com o calor da sua lembrança e eu, bem sei, da sua proteção.

Sérgio, nas comemorações dos 25 anos da Faculdade Anhanguera, você é muito mais do que um sorriso na fotografia.

Do amigo

PAULO LIMA

Á L B U M
**IMAGENS QUE
FAZEM PARTE
DA NOSSA
HISTÓRIA**

